

**Universidade Federal do Rio de Janeiro**

**Tatiana Guimarães Sardinha Pereira**

Tiro de Misericórdia: Uma análise dos Fatores Institucionais do Suicídio na Polícia  
Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ

Rio de Janeiro

2015

Tatiana Guimarães Sardinha Pereira

**Tiro de Misericórdia: Uma análise dos Fatores Institucionais do Suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientadora: Joana Domingues Vargas

Rio de Janeiro

2015

PEREIRA, Tatiana Guimarães Sardinha.

Tiro de Misericórdia: Uma análise dos Fatores Institucionais do Suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ / Tatiana Guimarães Sardinha Pereira. – Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2015.

XII, 157f. : il; 30cm

Orientadora: Joana Domingues Vargas Dissertação (mestrado) – UFRJ/ IFCS/ Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, 2015.

Referências Bibliográficas: f. 155-157.

1. Suicídio Policial. 2. Polícia Militar. 3. Estresse Ocupacional. 4. Modos de Adaptação. 5. Rotulação/Estigma I. Vargas, Joana Domingues. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia. III. Tiro de Misericórdia: Uma análise dos Fatores Institucionais do Suicídio na Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Tiro de Misericórdia: Uma análise dos Fatores Institucionais do Suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ

Tatiana Guimarães Sardinha Pereira

Orientadora: Joana Domingues Vargas

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada por:

---

Presidente, Professora Dr<sup>a</sup> Joana Domingues Vargas

---

Professor Dr<sup>o</sup> Michel Misse

---

Professora Dr<sup>a</sup> Dayse Miranda

Rio de Janeiro

2015

## RESUMO

PEREIRA, Tatiana Guimarães Sardinha. **Tiro de Misericórdia**: Uma análise dos Fatores Institucionais do Suicídio na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – PMERJ. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2015.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que em 2020 ao redor do mundo, se mantidas as condições atuais, cerca de 1,53 milhões de pessoas morrerão por suicídio. A associação entre suicídio e ocupação tem sido alvo de diversas pesquisas empíricas internacionais. Entre profissões diversas, policiais são um grupo apontado na literatura como de alto risco de suicídio. O presente estudo tem como objetivo analisar de que forma a organização policial militar carioca pode tornar o agente da lei mais vulnerável à morte por suicídio. O estresse presente na atividade policial surge como um dos fatores mais proeminentes no risco de suicídio dos agentes da lei. Compreender como os policiais lidam com o risco de morte e as pressões sociais sobre seu trabalho são fatores relevantes para o estudo do suicídio policial. Na PMERJ, o estresse é (re)tratado como algo inerente a atuação policial, em contrapartida, poucas são as ações institucionais destinadas a redução do alto estresse a que estão submetidos. Ao analisar os discursos dos próprios policiais militares e (re)tratar as principais questões que lhes afligem, este estudo buscou contribuir para melhor compreensão das manifestações suicidas existentes entre os policiais militares.

Palavras-Chave: Suicídio; Polícia Militar; Suicídio ocupacional; Estresse ocupacional; Modos de Adaptação; Estigma; Rotulação;

Rio de Janeiro

2015

## ABSTRACT

PEREIRA, Tatiana Guimarães Sardinha. **Tiro de Misericórdia**: Uma análise dos Fatores Institucionais do Suicídio na Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro – PMERJ. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 2015.

The World Health Organization (WHO) estimates that in 2020 around the world, if kept the actual conditions, about 1.53 million people will die by suicide. The association between suicide and occupation has been the subject of several international empirical researches. Among various professions, police officers are a group pointed in the literature as high risk for suicide. This study aims to examine how the Rio military police organization can make the agent of the law more vulnerable to death by suicide. The stress on police activity emerges as one of the most prominent factors in the risk of suicide of law enforcement officials. Understanding how the police deal with the risk of death and social pressures on their work are factors relevant to the study of police suicide. In PMERJ, stress is shown as something inherent in policing, on the other hand, there are few institutional actions focused at reducing the high stress to which they are subjected. By analyzing the speeches of their own military police and reveal the main issues that afflict them, this study tried to contribute to improving understanding of the suicidal events among military police.

Keywords: Suicide; Military police; Occupational suicide; Occupational stress; Adaptation modes; stigma ; labeling ;

Rio de Janeiro  
2015

## Lista de Tabelas

Tabela1: Resultado das Consultas aos Policiais Militares nas Palestras.....	59
Tabela2: Resultado do Cadastramento de Policiais Militares, segundo os Grupos de Entrevistados.....	60
Tabela3: Resultado da Operação do Survey.....	61
Tabela 4 – Sexo dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ – 2011.....	66
Tabela 5 - Faixa de Idade dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ – 2011.....	66
Tabela 6 - Escolaridade dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ – 2011...	67
Tabela 7 - Raça/Cor dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ – 2011.....	67
Tabela 8 - Situação Conjugal dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ – 2011.....	67
Tabela 9 - Número de Filhos dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ – 2011.....	68
Tabela 10 - Possui Religião, Policiais Militares Entrevistados, PMERJ – 2011.....	68
Tabela 11 - Renda Mensal Bruta dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ – 2011.....	69
Tabela 12 - Motivações para Ingressar na Corporação, PMERJ - 2011.....	69
Tabela 13 - Graduação ou Patente, PMERJ - 2011.....	70
Tabela 14 - Número de Anos de Trabalho, PMERJ – 2011.....	71
Tabela 15 - Tipo de Atividades Desempenhadas, PMERJ – 2011.....	71
Tabela 16 - Foi Transferido nos Últimos 5 Anos, PMERJ - 2011.....	72
Tabela 17 - Motivo da Última Transferência, PMERJ - 2011.....	73
Tabela 18 - Pouco Interesse ou Prazer em Fazer as Atividades de Trabalho, PMERJ – 2011.....	74
Tabela 19 - Sofreu Insulto, Humilhação ou Xingamento, PMERJ – 2011.....	74

Tabela 20 - Sofreu Amedrontamento ou Perseguição, PMERJ - 2011.....	74
Tabela 21 - Teve Problemas com Sono, PMERJ - 2011.....	75
Tabela 22 - Principal motivo da sua dificuldade para dormir, PMERJ - 2011.....	75
Tabela 23 – Desejos de se ferir de alguma maneira ou pensamentos de que seria melhor estar morto/a, PMERJ- 2011.....	75
Tabela 24 – Desejos de matar ou ferir de alguma maneira outra pessoa, PMERJ- 2011.....	76



## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

BM - Brigada Militar do Rio Grande do Sul

BOPE – Batalhão de Operações Especiais

BPM – Batalhão de Polícia Militar

CHOQUE – Batalhão de Choque

DIP - Diretoria de Inativos e Pensionistas

FLORESTAL (BPFMA) - Batalhão de Polícia Florestal e de Meio Ambiente

LAV - Laboratório de Análise de Violência

PF – Polícia Federal

PM – Policial Militar

PMBA – Polícia Militar do Estado da Bahia

PMERJ – Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

PMESP - Polícia Militar do Estado de São Paulo

QG – Quartel General

OMS - Organização Mundial de Saúde

RENASCER – Projeto Renascer, Servir e Proteger

SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública

SIM - Sistema de Informação de Mortalidade

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

À meu querido primo, Anderson.

De quem a vida roubou a esperança e a  
morte apagou o sorriso.

## **Agradecimentos**

Agradeço a meus pais primários, Evalda e Luiz, e a meus pais secundários, Zeny e João, por todo amor, carinho e cuidado que tenho recebido desde o meu nascimento. Dentre estes, está a oportunidade contínua de estudar, mérito não meu, mas deles que me ofereceram a infraestrutura necessária para isto.

Para realização deste trabalho agradeço a minha orientadora Joana Vargas por toda paciência, compreensão e dedicação. Essas poucas linhas são incapazes de retribuir todo seu esforço em conduzir esta orientanda, por muitas vezes, perdida.

Como bolsista CAPES agradeço pelo apoio financeiro que me foi prestado durante todo período do mestrado, apoio este que foi fundamental para feitura deste trabalho.

Agradeço ao professor Michel Misse pelas indicações e críticas feitas a este trabalho, sem dúvida, contribuíram para o crescimento do trabalho final.

À professora Dayse Miranda agradeço pelos comentários, conselhos e pela construção de uma parceria. Sem esta, não seria possível a realização deste estudo.

Aos professores Dorian Borges e Gláucio Soares agradeço pela cobrança e torcida contínuas, suas interpelações foram fundamentais para conclusão deste trabalho.

Dedico também este trabalho a meu irmão Diogo por ser figura constante de cobranças e incentivo. Agradeço a meus grandes amigos Felipe(s) Corbett e Magalhães pela longa parceria. Rendo também créditos a torcida e apoio de Tássia Gusmão, Ana Montandon e Fábio Santos.

Por fim, agradeço a meu grande amor Thiago, companheiro inseparável dos momentos de empolgação, criatividade, desânimo e desespero que permearam este trabalho. Com carinho lidou com minha ausência, falta de paciência e choro. Sem você a conclusão deste trabalho seria muitíssimo mais difícil.

## Sumário

Introdução.....	13
1. Sociologia, Suicídio e Atividade Policial Militar.....	20
2. Polícia: Origem, Papel e Cultura.....	38
3. Histórico da pesquisa.....	56
4. Perfil dos entrevistados.....	65
5. A vida intramuros: o trabalho, o estresse e os modos de adaptação à PMERJ.....	78
6. Duplo desvio: policial militar - um grupo ocupacional desviante e a carreira dos agentes da lei marginalizados.....	116
7. Faca de Dois Gumes: a Instituição Policial Militar como Fator de Risco ou Proteção para as Manifestações Suicidas.....	139
Considerações Finais.....	149
Referências.....	155

## Introdução

A Organização Mundial de Saúde (OMS) estima que em 2020 ao redor do mundo, se mantidas as condições atuais, cerca de 1,53 milhões de pessoas morrerão por suicídio. Além disto, é esperado que um número de pessoas 10 a 20 vezes maior do que este tentará tirar a própria vida. Baseado nesta estimativa, a OMS revela que ocorrerá em todo o mundo uma morte por suicídio a cada 20 segundos e uma tentativa a cada 1 a 2 segundos (Bertoloti, M. & Fleischmann, A. 2002).

No Brasil, na década de 2000, mais de um milhão e meio de pessoas morreram vítimas de mortes violentas (acidentes, homicídios e suicídios). Este elevado número de mortes mostra a importância de serem realizados estudos mais aprofundados destes dados, objetivando um melhor entendimento da complexidade destas mortes. No período de 2000 a 2012, 1.703.499 brasileiros foram vítimas de morte violenta, 112.506 destes óbitos receberam do SUS a classificação de “lesões autoprovocadas voluntariamente”, isto é, mortes por suicídio.

Inúmeros são os estudos nacionais e internacionais que investigaram a relação entre fatores demográficos e suicídio. Com eles aprendemos que 1- as taxas de suicídio entre homens são maiores do que entre as mulheres em diversas partes do mundo, exceto, na China; 2- pessoas acima de 55 anos são suscetíveis às mais altas taxas de suicídio em comparação aos demais grupos etários; e 3- brancos se matam mais do que os negros (Frederick, 1978; Mello-Jorge & Gotlieb, 2000, Souza, *et. al.*, 2002; Minayo, 2002; Meneghel, *et al.*, 2004 ; Barros *et. al.*, 2004; Minayo, 2005; entre outros). Por outro lado, muito pouco se conhece a respeito dos fatores ocupacionais associados ao suicídio. Esse trabalho visa contribuir nesta direção.

A associação entre suicídio e ocupação tem sido alvo de diversas pesquisas empíricas internacionais, apesar dos limites das estatísticas de morte

disponíveis. Análises multivariadas são ainda mais raras (Boxer, Burnett e Swason, 1995). As estimativas de suicídio entre grupos ocupacionais são muito pouco confiáveis. Este problema é comum a diferentes unidades de análise - nos níveis federais, estadual e local. Estudos sociológicos e epidemiológicos nos EUA e Inglaterra, por exemplo, apresentam várias inconsistências no que concerne à variação das taxas de suicídio entre categorias ocupacionais no tempo e espaço.

Apesar dessas limitações, esses trabalhos chegaram a algumas conclusões interessantes no que se refere ao comportamento da taxa de suicídio por ocupação. As elevadas taxas de suicídio são encontradas, em grande parte, entre os desempregados. Já entre os empregados quatro ocupações ganham destaque, são elas: dirigentes, gerentes e executivos; químicos; fazendeiros; e agentes de segurança (Boxer *et al*, 1995).

Entre profissões diversas, policiais são um grupo apontado na literatura como de alto risco de suicídio. Violanti, J. (2007), revisando diferentes resultados de pesquisa, encontrou relevantes controvérsias no que se refere à validação e confiabilidade das taxas de suicídio entre policiais. Até que ponto é possível afirmar que policiais se matam mais do que outras categorias ocupacionais: médicos, trabalhadores manuais ou químicos? Essa questão é ainda uma incógnita para os especialistas no tema.

A literatura especializada está dividida em função dos distintos resultados de pesquisa. Há trabalhos que sugerem a relação entre as condições do trabalho policiais e o suicídio (Violanti, Vena e Marshall, 1986). Por outro lado, estudos argumentam que o estresse ocupacional e a disponibilidade de armas de fogo não são fatores exclusivamente associados aos agentes cumpridores da lei - Kappeler, Blumberg e Potter (1993). É importante ressaltar que não há consenso sobre as estimativas de suicídio e a sua associação com o trabalho policial.

Neste sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar de que forma a organização policial pode tornar o agente da lei mais vulnerável à morte por suicídio. Para tanto, serão investigadas as seguintes questões: de que forma a

estrutura e cultura organizacional da polícia são capazes de modificar de forma significativa a vida dos indivíduos que ingressam na corporação? Como estes se adaptam à organização ou tornam-se desviantes em relação às regras que lhes são impostas? Quais as situações e/ou os processos que levam a estes indivíduos tornarem-se mais propensos à morte autoinfligida?

### **Quando o Suicídio é Notícia**

No Brasil, os dados oficiais sobre mortes violentas (homicídios, suicídios e acidentes) são disponibilizados anualmente, com defasagem de dois anos, pelo Ministério da Saúde. Estes dados são a única fonte nacional de informação sobre as características socioeconômicas dos indivíduos mortos no país. Da base do SIM/Datasus (Sistema de Informação de Mortalidade), é possível obter informações sobre: idade, sexo, raça/cor, estado civil, ocupação (entre outros) de grande parte dos óbitos registrados em território nacional.

Entretanto, apesar da grande utilidade deste sistema de informação de mortes, nem todas as informações podem ser obtidas com qualidade. Nos casos de suicídio, a variável do SIM referente à ocupação, que é de grande interesse para realização deste trabalho, possui um grande percentual de perda de informação ao longo dos anos, variando entre 12 e 38% (Guimarães, 2012). Como o objetivo deste trabalho não é o estudo das taxas de suicídio policial, mas sim, como a morte auto-infligida pode ser analisada a partir de um contexto cultural e organizacional, uma primeira aproximação de casos empíricos pode ser útil para melhor compreensão deste fenômeno.

Para tanto, foi realizada uma ampla busca na internet<sup>1</sup> sobre casos de suicídio de policiais no Brasil. No período de 2009 a 2015, foram encontradas 93

---

<sup>1</sup> Para o levantamento dos casos de mortes de policiais foram utilizadas as seguintes palavras-chave: “policial se mata(ou)”; “policial comete suicídio”; “suicídio de policial” e; “policial tira(ou) a própria vida”. Pesquisa realizada através do site “Google” no período de 28/01/2015 a 04/02/2015.

notícias relacionadas a mortes de policiais por suicídio<sup>2</sup>, destes 2 mortos pertenciam a Polícia Rodoviária Federal, 6 eram Policiais Federais, 27 eram Policiais civis e 58 atuavam como Policiais Militares. Apenas 6 dos 93 casos se referiam a suicídios de policiais do sexo feminino, esta informação pode ser entendida como reflexo da baixa participação de mulheres nas forças policiais brasileiras.

Algumas informações importantes podem ser obtidas das notícias de jornais, em 44 dos 93 casos de suicídios, os policiais eram casados(as) ou tinham companheiras(os) e em 59 dos casos a morte foi consumada na própria residência. Outro dado relevante é utilização massiva da arma de fogo como meio de consumir a própria morte, isto foi observado em 79 dos 93 casos obtidos. Os demais suicídios foram causados por enforcamento (n=10), queda de prédio (n=1) e outros meios não descritos (n=3).

Uma das informações obtidas nas notícias são os casos de homicídio seguido de suicídio envolvendo policiais. Das 93 notícias analisadas, 23 casos se referem a uma seqüência homicídio-suicídio cujos autores são policiais civis ou militares. Nestes casos, as principais vítimas de homicídio são as companheiras e ex-companheiras dos agentes da lei, em apenas um dos casos o policial matou também sua própria filha, juntamente, com sua ex-esposa, antes de cometer suicídio. Em alguns destes casos, há referência de que a arma utilizada pertencia à corporação policial.

Juntamente com as descrições das circunstâncias da morte, há uma tentativa de levantamento dos possíveis motivos para os suicídios destes policiais. As principais motivações atribuídas a estes casos de morte são: depressão; endividamento financeiro; problemas e ou separação conjugais; disputa pela guarda de filhos(as); perseguição ou ameaça no trabalho; punição

---

<sup>2</sup> É importante considerar as limitações da internet como fonte de dados. Comumente, os casos de suicídio noticiados são selecionados pela dramaticidade do fato ocorrido e/ou por sua grande repercussão – por exemplo, quando o agente da lei não tira apenas a própria vida, mas também a de seus familiares. Portanto, este tipo de análise, embora nos forneça algumas informações relevantes, deve ser encarada como seletiva e ilustrativa, carecendo de informações variadas sobre os diferentes casos e dinâmicas da morte por suicídios das forças policiais brasileiras.



disciplinar; problemas com superiores hierárquicos; afastamento da cidade natal e ou familiares e ou; estar respondendo a inquérito. É importante ressaltar que, na maioria dos casos, com poucas exceções daqueles nos quais os policiais escreveram cartas suicidas, as possíveis causas para o suicídio são atribuídas por terceiros.

Dois dos policiais deixaram cartas acusatórias a respeito do papel da instituição policial em sua decisão pela morte autoinfligida. Na carta de um soldado da PMBA (Polícia Militar do Estado da Bahia), as motivações apontadas seriam as humilhações e desmandes de seus superiores hierárquicos. Já a mensagem deixada por um Major da PMERJ (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro) aponta para o desgaste gerado por ter que lidar com a política, nomeada pelo policial como “podre”. No primeiro caso, do policial baiano, o suicídio e, sobretudo, a carta ganharam grande visibilidade por conter os nomes dos oficiais a quem o soldado suicida acusou de perseguição.

Em 2013, a Revista Isto É publicou uma reportagem especial sobre os suicídios na Polícia Federal. Segundo a publicação, somente em 2011, foram registrados 12 casos de suicídios na PF, que à época contava com um efetivo de aproximadamente 13 mil policiais. Segundo a delegada da PF, que estuda este assunto, Tatiane da Costa Almeida, o número elevado de suicídios na Polícia Federal pode ser atribuído a três fatores principais: cultura organizacional; quebra das expectativas iniciais após o efetivo ingresso na corporação; fácil acesso a arma de fogo. A ocorrência de suicídio na PF tornou-se tão emblemática que uma das notícias encontradas durante este levantamento enunciava: “Polícia Federal registra 15º suicídio de um policial nos últimos dois anos”<sup>3</sup>.

Dotada de um efetivo bastante superior ao da Polícia Federal, a Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) que, segundo a publicação da Senasp – “Perfil da Segurança Pública 2013 (ano base 2012)”, contava com efetivo de 91.766 policiais militares, registrou 59 casos de suicídios consumados e 86 tentativas de suicídio em sua corporação, somente no período de 2010 a 2012.

---

<sup>3</sup> Notícia do Jornal digital “Diário do Poder” veiculada na data de 29 de Agosto de 2014.

Esta informação foi disponibilizada à imprensa pela “Frente Parlamentar em Defesa da Segurança Pública” pertencente à Assembléia Legislativa de São Paulo. Uma notícia sobre suicídios na Brigada Militar (RS) aponta ocorrência de 8 casos de suicídio apenas no ano de 2013.

Dos 56 suicídios ocorridos na Polícia Militar do Estado de São Paulo no período de 2010 a 2012, apenas 7 foram encontrados na busca realizada no *Google*. Esta mesma defasagem entre a ocorrência de suicídios e sua publicação foram observadas na Polícia Federal e na Brigada Militar. O efeito de imitação/contágio que paira sobre o fenômeno do suicídio pode ser uma das explicações para sua limitada veiculação midiática. Os casos que se tornaram públicos são aqueles que de alguma forma causaram comoção nos lugares de ocorrência do fato, seja pela existência de uma carta suicida denúncia, seja pela ocorrência de homicídio seguido de suicídio, seja pela indignação dos familiares e colegas pela perda de alguém estimado.

É importante ressaltar que, as dificuldades de acesso a dados oficiais confiáveis sobre suicídios cometidos por policiais e o descompasso entre a ocorrência destas mortes e sua publicidade, torna quase impossível traçar uma dimensão sobre o suicídio policial no Brasil, com base nesta fonte. Entretanto, é possível observar que o suicídio de policiais não é um fato incomum e, em cerca de um quarto dos casos aqui descritos, além de tirar a própria vida, os policiais causaram a morte de suas (ex)companheiras.

A partir destes dados, resta-nos uma inquietação: de que forma podemos entender o suicídio policial? Quais são os fatores capazes de tornar um policial mais propenso ao suicídio? Seria as relações internas à corporação, dotadas de grande rigidez hierárquica? Ou a constante exposição a situações de risco de morte adoece mentalmente os agentes de segurança? Seriam o choque entre ideal de infalibilidade do policial, o constante aliciamento às práticas de corrupção e as discrepâncias entre as expectativas e meios de atuação? O objetivo deste estudo é analisar como estes fatores estão presentes no dia a dia do policial militar do Estado do Rio de Janeiro e, mais importante, compreender se e como esses

elementos podem ser influenciadores nos casos de ideações e tentativas de suicídio entre os policiais militares da polícia carioca.

Este trabalho está organizado da seguinte forma: o capítulo 1 trata as diferentes abordagens sociológicas sobre o suicídio, o desvio, a atividade policial militar e, principalmente, como estes temas se relacionam entre si; no capítulo 2 serão discutidos a origem, os papéis e a cultura organizacional da polícia; o capítulo 3 explica as escolhas metodológicas e os caminhos percorridos para realização deste estudo; no capítulo 4 são apresentados os perfis socioeconômicos dos policiais militares que participaram da pesquisa sobre o suicídio policial na PMERJ – grupo controle X grupo de risco; no capítulo 5 serão analisados os principais estressores presentes na atividade policial, a forma como estes fatores se relacionam com as manifestações suicidas ocorridas na PMERJ, assim como, as diferentes formas que estes agentes da lei se adaptam as frustrações advindas de sua atividade laboral; no capítulo 6 analisaremos como ser um policial militar pode ser considerado pertencer a uma atividade desviante e, ainda neste capítulo, será discutida a construção do *duplo desvio* – um policial militar se tornar desviante no interior da própria corporação e, por fim, no capítulo 7 iremos analisar, a partir de dois relatos de policiais, como a instituição policial militar carioca pode atuar como fator protetivo ou de risco de manifestações suicidas para seus próprios membros.

## 1. Sociologia, Suicídio e Atividade Policial Militar

O suicídio foi entendido como uma intervenção humana no curso da natureza, assim como muitas outras existentes no cotidiano dos homens. Desta perspectiva, há entre o homem e a sociedade uma relação de troca, se em algum momento este câmbio estiver exigindo demais do homem, este pode voluntariamente abrir mão de sua existência. Do ponto de vista social, a retirada de um homem da sociedade não é capaz de lhe causar mal algum, somente o impede de fazer o bem (Hume, 2004).

Se o suicídio pode ser descrito como inofensivo à sociedade, por que razão se tornou um objeto de estudo para sociologia? Neste capítulo serão investigadas algumas das principais perspectivas sociológicas sobre o suicídio como desvio, apontando para sua compreensão como fenômeno social - portanto, um possível objeto sociológico.

O primeiro autor a discutir o suicídio a partir das pressões sociais, foi Karl Marx. Baseado em casos de suicídio descritos pelo policial Jacques Peuchet, em 1846, Marx escreve um ensaio “Sobre o suicídio”. Para o autor:

“O número anual de suicídios, aquele que entre nós é tido como uma média normal e periódica, deve ser considerado um sintoma da organização social deficiente de nossa sociedade; pois na época de paralisação e das crises da indústria, em temporadas de encarecimento dos meios de vida e de invernos rigorosos, esse sintoma é sempre mais evidente e assume caráter epidêmico”. (Marx, 2006:24).

As perturbações de uma determinada ordem social e a miséria subsequente são apontadas como fatores relevantes para a compreensão do suicídio como fenômeno de cunho social, sobretudo, entre os pobres. Doenças debilitantes, amores traídos, problemas familiares, entusiasmo frustrado e reprimido seriam as

principais causas de suicídio entre os mais abastados (Marx, 2006). Não é possível esquadrihar a diversidade de causas atribuíveis a este tipo de morte.

Marx (2006) acreditava que *“é um absurdo considerar antinatural um comportamento que se consuma com tanta freqüência (...) está na natureza de nossa sociedade gerar muitos suicídios”* (p:25). É possível concluir desta argumentação marxista que: a ocorrência de maior ou menor número de suicídios varia de acordo com o aporte social, cada sociedade é capaz de criar um terreno mais ou menos fértil para ocorrência de mortes autoprovocadas.

“Que tipo de sociedade é esta, em que se encontra a mais profunda solidão no seio de tantos milhões; em que se pode ser tomado por um desejo implacável de matar a si mesmo, sem que ninguém possa prevêê-lo? Tal sociedade não é uma sociedade, ela é, como diz Rousseau, uma selva, habitada por feras selvagens”. (Marx, 2006:28)

Em uma sociedade composta por “feras selvagens”, o suicídio surge como uma evidência da constante luta social da qual alguns se retiram voluntariamente. Marx (2006) descreve quatro casos de suicídio - três femininos e um masculino. Em todos os casos, as mortes teriam sido motivadas por desesperos momentâneos, porém a causa principal estaria presente nas pressões sociais que estes indivíduos não teriam sido capazes de suportar. Para o autor, a observação e delimitação das causas do suicídio são motivadas pela inevitabilidade da morte - *“eu queria saber se entre as causas determinantes não poderiam ser encontradas algumas cujo desfecho se poderia prevenir”* (p. 28).

Uma observação bastante atual é descrita por Marx (2006) nas considerações finais de seu ensaio, a indefinição ou subestimação das mortes autoprovocadas. Segundo o autor, o afogamento era causa mais freqüente de suicídios em Paris, a principal suspeita era que os números fossem maiores do que os relatados - em vários casos de afogamento não era possível discernir quais pessoas tinham a intenção de se suicidar e quais não. Toda a argumentação de Marx (2006) neste escrito tem como objetivo apontar o suicídio como fruto do

meio social: “A *classificação das diferentes causas do suicídio deveria ser a classificação dos próprios defeitos de nossa sociedade.*” (idem, p. 44).

Apesar da primazia e dos esforços de Marx, a teoria durkheimiana sobre o suicídio se tornou a principal referência sociológica sobre as mortes autoprovocadas. Durkheim (2004) propõe uma inovadora perspectiva para o estudo do suicídio em sua obra: *O Suicídio: Estudo Sociológico*. Em diálogo com os estudos psicológicos, o autor afasta sua análise das explicações individuais para o ato suicida. Abandonando o individualismo metodológico, o autor descreve o suicídio como um *fato social*. Como um dos fundadores da sociologia como ciência e propositor de regras para o estudo sociológico, Durkheim trouxe a voga um novo método para análise do suicídio – a análise social.

A definição durkheimiana para mortes voluntárias é:

“Chama-se suicídio todo o caso de morte que resulta direta ou indiretamente de um ato, positivo ou negativo, realizado pela própria vítima e que ela sabia que produziria este resultado. A tentativa é o ato assim definido mas interrompido antes que dele resulte a morte”. (Durkheim, 2004:14)

Durkheim argumenta, entretanto, que esta é uma visão reducionista do suicídio, atribuindo-o a uma ação individual – característico da análise psicológica, deixando de fora a influência da coletividade. Deslocando-se deste individualismo metodológico para uma análise com método sociológico, o autor indica que para além da vontade individual há uma força social capaz de induzir o indivíduo ao ato suicida. Considerando o suicídio não mais como uma patologia puramente individual, Durkheim explica que este ato é também e, sobretudo, social - possuidor de regularidade e cujas explicações estão presentes na própria sociedade.

A fim de ratificar sua premissa do suicídio como um *fato social* – uma expressão de certos traços patológicos da sociedade – Durkheim analisa as taxas

sociais de suicídios de diferentes países europeus ao longo de vários anos. A conclusão é que o número de suicídio é relativamente constante em cada sociedade. Esta estabilidade comprova que o suicídio é um fenômeno social: “*cada sociedade está predisposta a fornecer um determinado contingente de mortes voluntárias. Essa predisposição pode, portanto, ser objeto de estudo especial, que pertence ao domínio da sociologia*”. (idem, p.24); um aumento repentino no número de suicídios evidencia um momento de desequilíbrio da vida social.

Após o exame das “*taxas sociais de suicídio*”, Durkheim explica:

“Concluimos, de fato, que existe, para cada grupo social, uma tendência específica ao suicídio que nem a constituição orgânico-psíquica dos indivíduos nem a natureza do ambiente natural explicam. Resulta disso, por eliminação, que essa tendência deve depender de causas sociais e constituir por si mesma um fenômeno coletivo; inclusive, certos fatos que examinamos, sobretudo as variações geográficas e periódicas do suicídio, nos levaram expressamente a essa conclusão” (Idem, p:25).

Após esta delimitação do suicídio como um objeto sociológico, Durkheim investiga quais fatores da vida social seriam capazes de tornar um indivíduo mais ou menos propenso ao ato suicida. Para tanto, o autor explica que o suicídio é socialmente encontrado em mais de uma forma. É proposta pela teoria durkheimiana uma tipologia do suicídio: 1- *Suicídio Egoísta*; 2- *Suicídio Altruísta e*; 3- *Suicídio Anômico*.

Em relação ao *suicídio egoísta*, a quebra do laço social do indivíduo em relação a um grupo influencia a opção pela morte voluntária. Durkheim (2004) explica que no caso egoísta:

“O suicídio varia na razão inversa do grau de integração da sociedade religiosa. O suicídio varia na razão inversa do grau de integração da sociedade doméstica. O suicídio varia na razão inversa do grau de

integração da sociedade política (...). Chegamos portanto à seguinte conclusão geral: o suicídio varia na razão inversa do grau de integração dos grupos sociais de que o indivíduo faz parte. (...) Quanto mais os grupos a que pertence se enfraquecem, menos o indivíduo depende dele e, por conseguinte, mais depende apenas de si mesmo. (...) conviermos chamar de egoísmo esse estado em que o indivíduo se afirma excessivamente diante do eu social (...) poderemos dar o nome de egoísta ao tipo particular de suicídio que resulta de uma individuação descomedida” (Idem, p. 258-259).

Durkheim (2004) explica que o pertencimento do indivíduo a um determinado grupo é capaz de refrear suas paixões individuais. O grupo condiciona o indivíduo de maneira que este em prol de razões coletivas (sociais), e por meio de regras sociais de comportamento tem sua ação individual delimitada. A integração em diferentes grupos sociais é capaz de deixar o indivíduo a salvo de si mesmo e da exacerbação de seus desejos.

O afrouxamento dos laços sociais exaspera a individuação, fazendo com que os desejos individuais se tornem cada vez mais elevados e inatingíveis. Distantes de saciar estes desejos e livres da coerção do grupo, os indivíduos se tornam mais inclinados ao *suicídio egoísta*. Antes de ser uma propensão individual, este tipo de suicídio revela como a desintegração da coesão social afeta o indivíduo.

Em contrapartida, o *suicídio altruísta* é atribuído por Durkheim a um elevado grau de integração do indivíduo ao grupo social. Neste caso, o indivíduo é demasiadamente imerso no social, a ponto de sucumbir sua identidade individual. Em determinadas circunstâncias, este indivíduo é socialmente impelido a cometer suicídio. Este tipo de suicídio está mais presente em sociedades primitivas, nas quais as formas de identificação de cada indivíduo estão mais ligadas ao grupo do que a ele próprio. A perda de um membro próximo ou de um referencial coletivo faz com que o indivíduo sinta o dever de abrir mão de sua própria existência, cometendo suicídio (Durkheim, 2004).

“Portanto, estamos diante de um tipo de suicídio que se distingue do anterior por características nítidas. Ao passo que este (*o egoísta*) se



deve a um excesso de individuação, aquele (o altruísta) tem como causa uma individuação demasiado rudimentar. (...) Por isso chamaremos de suicídio altruísta aquele que resulta do altruísmo intenso”. (Durkheim, 2004:275)

Os dois primeiros tipos de suicídio descritos na teoria durkheimiana comprovam como a sociedade é fundamental para o entendimento do suicídio como *fato social*. A sociedade – esteja ela enfraquecida, ausente ou demasiado presente – é capaz de influenciar a ocorrência de maior ou menor número de suicídios. O argumento durkheimiano central é que as características individuais são pano de fundo na ocorrência de um suicídio, a inclinação do indivíduo a cometer este ato tem seu cerne no meio social que, degradado ou demasiadamente gregário, torna o indivíduo mais vulnerável ao ato suicida.

As taxas de suicídio apresentadas por Durkheim (2004) eram relativamente estáveis, quando levado em consideração um pequeno espaço de tempo. Entretanto, há alguns aumentos inesperados, quebrando a estabilidade. De acordo com a teoria durkheimiana, os homens encontram na sociedade um freio moral cerceador de sua liberdade plena. Entretanto, quando a hegemonia da sociedade é quebrada, quando sua capacidade refrear os indivíduos é diminuída, os inibidores sociais do suicídio se afrouxam, fazendo com que as abruptas transformações ocorridas na vida social se expressem em picos na frequência de suicídios.

Neste contexto de crises socioeconômicas, Durkheim (2004) coloca a pobreza como um elemento protetivo em relação ao suicídio. As limitações trazidas aos pobres por sua situação econômica fazem com que estes indivíduos não tenham grandes aspirações e estejam acostumados a limites externos. Durante a crise ou bonança econômica, os indivíduos ricos são os mais afetados, seus limites econômicos são grandemente alterados, trazendo um desequilíbrio entre seus desejos e sua capacidade de saciá-los, o que os torna mais vulneráveis a cometer suicídio.

O *suicídio anômico* é fruto do desregulamento da vida social advindo da transformação da ordem social que, até então, vigorava. Este tipo de suicídio está intimamente relacionado às transformações do mundo do trabalho e sua reorganização. À época, Durkheim estava muito empenhado na investigação das novas formas organização do trabalho e, principalmente, nas consequências que estas novidades trariam a vida coletiva moderna.

“A anomia é portanto, em nossas sociedades modernas, um fator regular e específico dos suicídios; é uma das fontes em que se alimenta o contingente anual. (...) O suicídio egoísta tem como causa os homens já não perceberem razão de ser na vida; o suicídio altruísta essa razão lhes parece estar fora da própria vida; o terceiro tipo de suicídio (...) tem como causa o fato de sua atividade se desregrar e eles sofrerem com isso. Por sua origem, daremos a esta última espécie o nome de suicídio anômico”. (Durkheim, 2004:329).

Uma contribuição surpreendente deste trabalho de Durkheim é encontrada no fato de que as mudanças sociais, independentemente delas serem positivas ou negativas, estão associadas a incrementos no número de suicídios. Isto revela que não é propriamente devido à natureza da transformação social que ocorre o suicídio, mas sim da quebra das regras morais a que o indivíduo estava acostumado.

“Tanto não é o crescimento da miséria que provoca o crescimento dos suicídios que também crises favoráveis, cujo efeito é aumentar bruscamente a prosperidade de um país, agem sobre o suicídio do mesmo modo que desastres econômicos”. (Durkheim, 2004:306).

Examinando os fatores que podem estar associados a cada tipo de suicídio, Durkheim analisa como as características individuais – sexo; idade; estado civil; profissão e; status econômico – correlacionadas as mudanças sociais, podem incrementar as “*correntes suicidógenas*”, dando origem a um crescimento repentino no número de suicídios ocorridos em uma determinada sociedade.

Em sua análise, Durkheim (2004) também relaciona a ocorrência do suicídio com o tipo de atividade profissional. O estudo durkheimiano aponta que este tipo de morte é mais frequente em indivíduos com atividades industriais e comerciais, pois estão envolvidos em um meio social de constantes transformações. Já os indivíduos do meio rural apresentam número menor de suicídios, podendo ser considerados menos inclinados a este ato por pertencerem a um ambiente mais conservador, cuja ordem social é alterada mais lentamente.

Utilizando dados de mortalidade de oito países europeus entre os anos de 1873 a 1890, Durkheim (2004) demonstra que funções industriais e comerciais estão entre as profissões de maior risco de morte por suicídio. As taxas de suicídio nestes grupos chegam a ser próximas a do nível das carreiras liberais. Profissionais do setor agrícola são, por outro lado, os menos suscetíveis a morte por suicídio em todos os países investigados (França, Suíça, Itália, Prússia, Baviera, Bélgica e Saxônica). O autor explica estas estatísticas pelo argumento da baixa regulação social.

Os indivíduos que ocupam posições de maior status social e hierárquico, nas quais o controle dos pares sobre suas atividades é mais limitado, são mais suscetíveis a cometer suicídio. A proposição central de Durkheim para explicar as variações das taxas sociais de suicídio é que a taxa social do suicídio varia diretamente com o estado de anomia e inversamente com a coesão social.

A variação da taxa de suicídio é resultado da falta de integração social. O suicídio em sociedades modernas, explica o autor, resulta do enfraquecimento de regras e crenças sociais, constituindo um estado de anomia social. Essa condição resulta de uma baixa regulação social. Em sociedades, onde o controle social sobre o indivíduo é fraco, suas paixões o tornam vulnerável a cometer suicídio. O estado de anomia econômica, pela qual as sociedades modernas passam ao longo do tempo, acarreta mudanças na estrutura produtiva e ocupacional. É nessa perspectiva que Durkheim testa a relação entre o status socioeconômico dos membros de grupos ocupacionais e a frequência de mortes por suicídio.

O estudo de Durkheim (2004) não tem como foco analisar a relação existente entre a atividade laboral e o suicídio. Porém, nas considerações feitas sobre o suicídio altruísta e anômico, o autor analisa algumas taxas a partir do cruzamento com algumas ocupações. No que diz respeito ao suicídio altruísta, Durkheim desenvolve a teoria de que militares possuem um elevado número de suicídios em comparação à população civil de mesma idade. Ao ingressar na vida militar os indivíduos substituem a família da qual faziam parte pela nova família militar, por esta razão, a relação estabelecida com a atividade de trabalho é muito mais intensa.

Durkheim em sua construção da “*suicidogênese*” propôs um novo método de análise propriamente sociológico em detrimento de uma análise puramente psicológica. O autor estuda o suicídio e os elementos capazes de influenciá-lo a partir de uma macroestrutura – a sociedade. Além da introdução de novas formas de análise de fenômenos sociais, Durkheim em: *O Suicídio: Estudo Sociológico* deu origem a uma inovadora perspectiva sociológica a um fenômeno, até então, tratado sob a ótica de uma patologia individual.

Durkheim foi o primeiro autor a estabelecer a relação entre suicídio e ocupação. O autor aponta que a *anomia* presente nas atividades econômicas e ocupacionais dos tempos modernos tornava os indivíduos mais propensos ao suicídio. À luz da teoria durkheimiana, de que maneira o suicídio policial pode ser entendido? Após ingressar na corporação, o policial enfraquece seus laços sociais e se torna um indivíduo mais propenso ao suicídio egoísta? Ou, ao contrário, sua relação com seus pares é demasiado íntima, sua honra e a sua missão de *servir e proteger* são tão centrais que o impelem ao suicídio altruísta? Outra possibilidade é supor que, uma vez imerso na corporação, imiscuído com os valores de um guerreiro destemido e quase onipotente, o policial militar se depara com as atividades cotidianas, diante das quais seus pilares existenciais são colocados em xeque, seria este um terreno fértil para o suicídio anômico? Para responder a estas questões, é preciso entender como um conjunto de indivíduos se torna parte de uma sociedade e ou um grupo.

Desviante é a qualidade daquele que se desvia, que diverge ou se diferencia de uma proposição previamente definida. Para além da discussão semântica, o desvio/desviante é um campo de estudo sociológico bastante desenvolvido. Merton (1970) aborda as tensões existentes entre a ordem social, o conformismo e o desvio. O que faz os indivíduos cederem à pressão, submeterem seus impulsos e desejos às restrições sociais? E por qual razão, outros indivíduos desta mesma sociedade adotam um comportamento desviante, não conformista? Estas questões norteiam a discussão mertoniana a respeito do conformismo e da anomia na ordem social.

As sociedades são compostas por normas e restrições sociais, esse é um ponto de convergência da análise de Merton e Durkheim. É esperado que os indivíduos se comportem em conformidade com estes padrões de comportamento normalizados. Por outro lado, há uma expectativa similar no que se refere à conduta desviante, ou seja, também é esperado que uma parcela dos atores sociais caminhe em desacordo com as normas, apresentando um comportamento desviante e que este comportamento venha a ser visto como inovação.

A existência de um agente social inovador é outro ponto de consonância entre as teorias de Merton e Durkheim. Este indivíduo cujo comportamento destoa dos outros de seu tempo, aponta para mutabilidade da vida social. Neste sentido, Durkheim explica que, entre seus contemporâneos, Sócrates foi considerado um criminoso, porém, nas gerações seguintes tornou-se um inovador. Para Merton, o sujeito inovador resulta de uma adaptação individual às frustrações sociais, este indivíduo é capaz de burlar e/ou criar novas formas de (re)interpretar e (re)experimentar as regras sociais. Em suma, estas duas teorias sugerem que o sujeito desviante dos dias atuais pode ser encarado como inovador em tempos futuros.

O ensaio de Merton (1970) sobre a *Estrutura Social e a Anomia* tem como seu foco principal: “descobrir como é que algumas estruturas sociais exercem uma pressão definida sobre certas pessoas da sociedade, para que sigam uma conduta não conformista” (p.204). Uma estrutura social regida por regras e permeada de amarras poderia se tornar uma determinante para o desvio de seus

próprios membros? Esta é questão que (co)move muitas teorias sociológicas, dentre elas: as proposições teóricas de Durkheim e Merton. Ambos os autores argumentam que a anomia social, o desregramento dos indivíduos e o comportamento desviante têm seus pilares no próprio seio da organização social. O primeiro passo para o desvio seria o surgimento das regras sociais, dos objetivos culturalmente definidos e das aspirações comuns a um determinado grupo social.

Cada grupo social define para si um conjunto de alvos a ser alcançado e as formas aceitáveis de chegar até estes. Dessa forma, são originados os costumes, os padrões de conduta, os valores e as normas institucionalizadas capazes de modelar as práticas individuais. Para manter o equilíbrio da ordem social, as pressões culturais são institucionalmente balanceadas - quando um indivíduo alcança um objetivo que lhe foi socialmente imposto há incentivos positivos, recompensas sociais, reconhecimento de seus esforços e conquistas. Como também são vedados certos meios para o alcance de objetivos. Por exemplo, a publicação de trabalhos é estimulada para acadêmicos ou escritores, mas o plágio lhes é vedado. Para Merton (1970), o comportamento desviante surge exatamente neste contexto – no descompasso entre as aspirações culturais e a existência de meios institucionalizados para alcançá-las.

“Minha hipótese central é que o comportamento aberrante pode ser considerado sociologicamente como um sintoma da dissociação entre as aspirações culturalmente prescritas e as vias socialmente estruturadas para realizar essas aspirações” (Merton, 1970, P.207)

Merton investiga a tensão resultante entre os valores socialmente exaltados e os processos disponíveis para alcançar os alvos compartilhados por uma determinada cultura. Essa tensão torna o terreno social mais instável, perturbado pela tentativa dos indivíduos de se adaptar às demandas sociais. O ponto central para compreender os tipos de adaptação propostos pelo autor é a “dissociação entre meios e aspirações”.

Com uma breve descrição, Merton aponta a sociedade americana como um exemplo de como a dissociação entre alvos e meios pode ser observada no cotidiano social. Os americanos criaram para si uma série de motores de sucesso - metas e valores relacionados ao dinheiro, exaltando como êxito social a capacidade de alguém de alcançar por meio de esforço próprio e desfrutar dos melhores bens e serviços. Diante das aspirações sociais, os indivíduos traçam caminhos para alcançá-las. Entretanto, os meios para alcançar o enriquecimento financeiro não estão disponíveis igualmente para todos os americanos.

A “desinstitucionalização dos meios” presente na teoria mertoniana aponta que, sem oportunidades institucionalizadas para alcançar as metas de sucesso culturalmente construídas, mas, sujeitos às pressões sociais, os indivíduos optam por comportamentos adaptativos. São cinco os tipos de adaptação propostos por Merton: *1 – Conformidade; 2 – Inovação; 3 – Ritualismo; 4 – Retraimento e; 5 – Rebelião*. A tipologia mertoniana de comportamentos desviantes analisa as reações de determinados indivíduos diante das pressões e restrições sociais para o êxito, por isso, são mutáveis e não devem ser confundidas com traços de personalidade individuais. Para entender cada um destes tipos de adaptação se faz necessário:

“o exame do modo pelo qual a estrutura social opera a fim de exercer pressões sobre os indivíduos, num ou outro desses modos alternativos de comportamento, deve ser precedido pela observação de que as pessoas podem mudar de uma alternativa para outra, à medida que se lançam em diferentes esferas de atividade social” (Merton, 1970, P.213).

A análise da “*desinstitucionalização dos meios*” e destes cinco tipos de adaptação propostas por Merton é um terreno fértil para o entendimento da instituição policial e, ainda mais relevante, para compreensão do objeto deste estudo – o suicídio na polícia militar. Desde o seu ingresso na corporação, o policial recebe uma série de metas institucionais a serem alcançados, estes alvos são os responsáveis pela formação de uma imagem coletiva de êxito profissional.

O exercício prático da atividade, entretanto, coloca o novo recruta diante de uma série de empecilhos para obter o aclamado título de bom policial. As barreiras diárias requerem do novo policial processos adaptativos; é necessário (re)adequar as expectativas geradas durante o treinamento inicial à realidade de trabalho existente diante dele. Os modos de adaptação de Merton nos fornecem um rico arcabouço para a compreensão destes meios alternativos de ação presentes nos relatos dos policiais militares entrevistados.

A *Conformidade*<sup>4</sup> é o primeiro tipo de adaptação, ocorre em uma sociedade estável, na qual os objetivos culturais estão em equilíbrio com os meios institucionalizados. O comportamento correspondente aos padrões culturais é o preponderante neste tipo de adaptação e, neste caso, não há conduta desviante.

O segundo tipo de adaptação se origina quando há uma maior ênfase nos objetivos associada a uma menor oferta dos meios, impelindo alguns indivíduos à *Inovação*. Este caminho é adotado por indivíduos cujas aspirações sociais são maiores que os meios institucionalizados para alcançar seus objetivos. Nestes casos, os indivíduos optam por “*manobras espertas*”, isto é, criam meios alternativos, estratégias desviantes para obtenção de seus objetivos.

Merton (1970) explica que “o comportamento ilegal, longe de ser uma manifestação anormal, do ponto de vista social ou psicológico, é na verdade um fenômeno muito comum” (p.217). A *Inovação* surge quando há uma grande ênfase no êxito, porém poucas alternativas legais são criadas para obtenção deste último – “a estrutura social restringe rigorosamente ou fecha completamente o acesso aos modos aprovados para alcançar estes objetivos” (p.220).

No caso das policiais militares, diante de uma estrutura rígida de comando hierárquico e poucas oportunidades de ascensão e reconhecimento por vias legais, é formado um tipo de mercado interno de oportunidades, no qual a concorrência por melhores postos e oportunidades é acirrada. É esperado que o

---

<sup>4</sup>Os termos em itálico são conceitos e expressões de Robert k. Merton (1970, p. 203-233).



bom policial apresente resultados positivos em suas ações - efetue prisões, apreensões e reduza a criminalidade de sua área de trabalho. Diante de barreiras estruturais e meios institucionalizados escassos, parte dos indivíduos da corporação opta por caminhos extralegais para obter as melhores respostas às pressões a que estão submetidos.

Diante de uma realidade repleta de exigências e poucas oportunidades, a polícia militar pode ter sua estrutura analisada pelo que Merton denomina de “*inconsistência estrutural*”. Desde o treinamento os policiais são treinados segundo valores de guerreiros contra o crime - extirpadores de todo o mal que há na sociedade. Por outro lado, estes mesmos combatentes não dispõem de recursos necessários para exercer este papel. Não nos compete nesta análise se é adequado ou não este modelo de policial guerreiro contra o mal, o que nos chama a atenção é a discrepância entre tais valores e a realidade de trabalho do policial militar.

No trecho acima destacado, o entrevistado aponta a existência de pressões internas e externas para o exercício exitoso da atividade policial e, como alguns de seus companheiros de farda, optam por meios corruptos para ter acesso a um “serviço bom”. Segundo Merton (1970), estes policiais rumaram em direção às “práticas inovativas” e, abandonando os meios institucionalizados, optam por práticas extralegais de conduta. Esta atitude é prova de uma socialização imperfeita, na qual o indivíduo abandona os meios institucionais, mas mantém consigo a busca pelas metas culturalmente exaltadas. Merton (1970) explica que “*a ausência de oportunidades realísticas para ultrapassar aquele nível, tem como resultado a tendência acentuada em direção ao comportamento desviante*” (p:218).

Em um sentido contrário estão os indivíduos que traçam o caminho do *Ritualismo*. A obediência às normas é a questão central para este grupo, o abandono e/ou a redução dos alvos culturalmente impostos se faz necessário para aplacar a ansiedade trazida pela competitividade. “O medo produz a inação, ou mais exatamente, a ação rotinizada” (Merton, 1970. P.224). Um ponto relevante neste tipo de adaptação é o fato dele ser descrito por Merton como uma atitude de autopreservação, diante de metas demasiado elevadas, alguns indivíduos optam

por “rotinas seguras”, conformam-se com uma posição inferior, afastando-se de possíveis frustrações.

No caso da polícia militar este tipo de adaptação é, normalmente, descrita como algo pejorativo. Um policial que atua nas ruas de forma rotineira, obedecendo minuciosamente às regras, incapaz de sair das atividades prescritas pela norma é retratado como um policial acomodado – um indivíduo não vocacionado para exercer sua função de defensor da sociedade. Em um sistema social altamente competitivo e poucas oportunidades, a teoria mertoniana propõe que alguns indivíduos optam por ações extralegais, outros agem com submissão exacerbada e, em casos menos frequentes, algumas pessoas rejeitam tanto os objetivos quanto os meios institucionais. Este *Retraimento* ocorre quando os indivíduos se sentem estranhos na sociedade a qual pertencem - não se reconhecem como parte desse grupo, não compartilham dos valores comuns à sociedade.

Uma sucessão de derrotas e frustrações impelem alguns indivíduos a romper com as normas e objetivos de seu grupo social:

“O derrotismo, o quietismo e a resignação são manifestados em mecanismos de fuga que posteriormente o levam a “fugir” dos requisitos da sociedade. É assim um expediente que resulta do fracasso continuado em aproximar-se da meta por meios legítimos, e da incapacidade em usar a rota ilegítima devido às proibições assimiladas; e este processo ocorre quando ainda não se deu a renúncia à concepção do valor supremo atribuído ao atingimento do êxito. O conflito é resolvido, abandonando-se ambos os elementos conflitantes: os fins e os meios. A fuga é completa, o conflito é eliminado e o indivíduo assocializado” (Merton, 1970 P.227).

O *Retraimento* é um tipo de adaptação de grande importância para o estudo do suicídio na polícia militar. A alta cobrança por resultados, a iminência da punição diante de erros cometidos, a existência de poucas oportunidades de ascensão na carreira e a corrupção interna para ter acesso aos melhores postos de trabalho são fatores frequentemente apontados pelos policiais de baixa patente como fonte de estresse e frustração.

A restrição dos meios institucionais para obter êxito na atividade policial traz à voga a existência de meios alternativos, muitas vezes ilegais através dos quais, parte dos policiais age em direção ao sucesso pecuniário e reconhecimento profissional. Entretanto, esta “rota ilegítima” não é considerada uma alternativa para todos, como explicado por Merton, o *Retraimento* pode ser observado entre os indivíduos dotados de valores sociais capazes de inviabilizar a opção por estas vias extralegais.

A opção pelo *Retraimento* não é um processo no qual o indivíduo sai incólume. Aqueles que optam por esta via sofrem perseguição, são (re)tratados como deserdados sociais, indivíduos frustrados e inaptos para vida em sociedade. No microcosmo da atividade policial, tais indivíduos tendem a ocupar lugares de baixo ou nenhum destaque. Sua desprestigiada situação é sempre atribuída a uma inaptidão individual. Neste mesmo sentido, podemos analisar a problemática do suicídio policial, as questões estruturais e ou organizacionais não são consideradas neste caso, mas sim as fraquezas e problemas a que o policial potencial suicida está submetido.

Por fim, a Rebelião é proposta por Merton como o tipo de adaptação que rompe totalmente com a ordem vigente, seu objetivo é a transformação completa do sistema institucional. Os meios e os objetivos culturais devem ser recriados, uma nova ordem social deve ser proposta e instaurada. Para análise do suicídio na polícia militar, este tipo de adaptação não é de grande valia. Apesar de existirem inúmeros descontentamentos com a estrutura da organização policial, as propostas se concentram em melhorias de oportunidades e não na extinção da instituição existente.

Em uma perspectiva diferente da de Merton, Becker (2008) analisa o comportamento desviante como reação social. É fundamental considerar a existência de diferentes significados conferidos à categoria *desviante*. No entendimento do senso comum, ato de desviar é parte integrante do indivíduo – há algo em sua estrutura capaz de explicar uma propensão em desobedecer às regras. Para a estatística, ser desviante é simplesmente a qualidade daquele que se distancia excessivamente da média grupal. De acordo a metáfora médica, o

desvio também pode ser entendido por uma perspectiva patológica, um desajuste capaz de indicar o mau funcionamento do organismo.

Por outro lado, o entendimento sociológico do desvio analisa a existência de processos capazes de reduzir a estabilidade social – traços que contribuem para perenidade social são funcionais, ao passo que, aqueles que rompem a estabilidade são disfuncionais ou desviantes. Outra vertente da sociologia identifica o desvio como relacionado às normas ou regras (Becker, 2008:20).

Mais relevante do que chegar a uma definição uníssona do desvio, é demonstrar seu caráter artificial e político, argumenta Becker (2008). O comportamento desviante não deve ser encarado como um traço de personalidade, muito menos como a consequência inevitável de uma situação de vida. Para entender o porquê de um indivíduo se tornar um desviante, é necessário considerar um:

“fato central acerca do desvio: ele é criado pela sociedade. Não digo isso no sentido que é comumente compreendido, de que as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviante ou em “fatores sociais” que incitam sua ação. Quero dizer, isto sim, que grupos sociais criam desvio ao fazer regras cuja infração constitui desvio, e ao aplicar essas regras a pessoas particulares e rotulá-las como outsiders. Desse ponto de vista, o desvio não é uma qualidade do ato que a pessoa comete, mas uma consequência da aplicação por outros das regras e sanções a um infrator. O desviante é alguém a quem o rótulo foi aplicado com sucesso; o comportamento desviante é aquele que rotulam como tal” (Becker, 2008:22).

Um indivíduo desviante não possui em si mesmo as qualidades necessárias para receber este rótulo. O desvio é fruto da reação dos outros, só existe na medida em que um membro de um determinado grupo aponta a infração cometida por outrem. Becker (2008) entende o desvio como um produto social, o resultado de um processo sequencial de passos e da interação entre os indivíduos. O interesse central do autor é compreender o caminho percorrido desde o

cometimento de uma determinada infração até a rotulação de um determinado indivíduo/grupo como *desviante/outsider*.

Neste capítulo, discutimos como as teorias de Durkheim, Merton e da rotulação apontam a sociedade como a chave para entender os diferentes tipos de suicídio, de adaptação, e o processo de rotulação aos quais estão sujeitos alguns atores sociais. A estrutura social e grupos sociais que criam e impõem regras são a fonte dos comportamentos desviantes. Uma organização social altamente competitiva, cuja ênfase é colocada sobre os fins em detrimento dos meios institucionalizados, proporciona um terreno fértil à tensão social e a anomia.

Grupos sociais criam regras e apontam como desviantes aqueles que fogem a essas regras. Estes, por sua vez, podem incorporar a identidade de desviante, tornando-se aquilo que se espera deles ou então passam a operar na vida social esforçam-se para ocultar essa identidade deteriorada (Werneck, 2014). Neste sentido, um primeiro passo para compreender como e porque alguns policiais estão mais suscetíveis ao suicídio, é necessário conhecermos a instituição à qual se ligam - esquadrinhar suas bases, seus valores e sua cultura. No próximo capítulo, iremos tratar a origem, o papel e as principais características da organização policial.

## **2. Polícia: Origem, Papel e Cultura**

A instituição policial é parte relevante da estrutura do Estado Moderno, dois de seus papéis principais são a manutenção da ordem e o monopólio da violência. Estes pilares formativos da polícia influenciam sua relação com a sociedade em geral - ser encarado como braço armado do sistema estatal tem colocado a instituição no centro de grandes debates e conflitos sociais. Neste bojo, a vida dos agentes da lei não permanece incólume de pressões exercidas pela sociedade e pela própria instituição. Este capítulo terá como cerne a compreensão da polícia como uma organização social complexa, apontando como sua origem e seus papéis e sua cultura influenciam a vida de seus próprios membros.

### **2.1 Origem da polícia**

No mundo medieval a violência é parte constitutiva da vida social. A agressividade era parte da normalidade social, este período de grandes incertezas constituía um ambiente propício a constantes rixas e batalhas. O recurso à violência como forma de resolução dos conflitos transbordava a todas as classes sociais – a violência era um meio de sociabilidade.

A ideia de um processo disciplinador em constante progresso é o cerne da obra de Elias (1992). Durante o processo civilizador, a sociedade, os costumes e a violência passam por um processo de domesticação. O autor explica que “a estrutura emocional do homem é um todo”, uma espécie de circuito de orientações socialmente impressas sujeito ao processo de civilização. A agressividade é um importante indicador de seu “estágio de controle das emoções” (Elias, 1994, Parte II:182-183).

As sociedades modernas deram origem a um forte controle social sobre os “prazeres da vida” medieval, sobretudo, “a crueldade e a alegria com a destruição e o tormento de outrem” (Elias, 1994, Parte II:183). Este controle é exercido através do Estado – leis, sanções e punições para violência deliberada – e através do controle social informal – controle por meio da vergonha e repugnância dos pares.

A formação do Estado Moderno foi um dos aceleradores do processo de domesticação das relações humanas. A violência passa a ser de uso exclusivo - monopólio do Estado, os homens são forçados a viver em paz, há um controle rigoroso dos afetos. O prazer em matar e destruir são eliminados do cotidiano da vida civilizada. O processo civilizador deu origem ao autocontrole socialmente inculcado, há uma clara curva de moderação e humanização na transformação das emoções.

O uso exclusivo da violência foi imposto, conquistado pelo domínio estatal sobre forças militares e bens privados:

“Por toda parte inicia-se o desenvolvimento do Estado Moderno, pela tentativa de desapropriação, por parte do príncipe, dos portadores “particulares” de poder administrativo que existem a seu lado, isto é, daqueles proprietários de recursos administrativos, bélicos e financeiros de bens politicamente aproveitáveis de todos os tipos” (Weber, 2012, p. 526).

O Estado criou para si uma imagem de onipotência e controle integral, diante da qual os indivíduos estavam obrigados a se submeter. A figura estatal surge como principal mantenedor da ordem social, suas instituições têm como papel disciplinar os corpos individuais e inibir por meio do ensino, da força e ou da punição os comportamentos socialmente indesejados.

A existência do Estado é patente no mundo moderno. Coação física é um dos pilares da definição sociológica do Estado moderno. A subsistência estatal é

assegurada pela submissão dos homens à sua autoridade, utilizando meios de coação legítima.

“O Estado é aquela comunidade humana que, dentro de determinado território, reclama para si (com êxito) o monopólio da coação física legítima, pois o específico da atualidade é que todas as demais associações ou pessoas individuais somente se atribui o direito de exercer coação física na medida em que o Estado o permita.” (Weber, 2012:525-526).

A submissão dos homens ao Estado não é um processo natural. Para assegurar a sobrevivência estatal é necessário submeter os diferentes grupos de indivíduos à vigilância constante. Para este fim, é formado um instrumento de monitoramento dos indivíduos, amplamente utilizado para imposição da força e da vontade estatal – este um braço armado do Estado é denominado polícia.

A polícia tem como objetivo principal a manutenção da ordem social, o combate ao crime, a detenção de suspeitos e asseverar o cumprimento das leis. Diante disso, “a polícia implementa a violência (legítima ou ilegítima) do Estado para neutralizar ou eliminar dissidentes políticos, domesticar as classes subalternas e manipular ideologicamente a classe média” (Paixão, 1982:64). A atividade policial é evocada em situações de perturbação social, seus agentes intervêm em momentos críticos, nos quais haja indicação de potencial uso da força para manutenção da ordem. Corroborando com Paixão, Kant de Lima (1997) explica:

“o caráter “real” da polícia, tanto militar como civil, no Brasil e no Rio de Janeiro: desde D. João VI, cuja coroa enfeitada o brasão de nossa PMERJ, até o ethos repressivo que permeia nossa Polícia Civil, está, sempre, a polícia, a serviço do Rei, do Estado, para conciliar forçadamente ou para reprimir conflitos e não para resolvê-los, garantindo a ordem estatal pública e, não, negociando e disciplinando, preventivamente, a ordem dos cidadãos (p:13)



Bittner (2003) aponta para existência de uma expectativa sobre a ação policial no combate ao crime e manutenção da ordem. Por grande parte da população, é esperado que os agentes da lei hajam com veemência e intrepidez no controle daqueles que transgridem as regras sociais. Segundo autor, a polícia atua como um elemento simbólico de autoridade, ainda que não seja necessário o uso da força, a presença da força policial representa um espectro constante da violência legal.

Com uma atividade ligada à defesa das leis e manutenção da ordem estatal, a visão clássica aponta o martelo como a figura que melhor representa o papel policial - um artefato que precisa ser manipulado, cuja ação está em consonância com a vontade do agente manipulador. Como um instrumento eficaz, a força policial é aplicada em maior ou menor proporção, segundo o comando que lhe é dado (Monjardet, 2002: 21-22).

O entendimento clássico sobre a atividade policial desconsidera sua função moderna de proteção dos direitos do homem e do cidadão, inspirado na Revolução Francesa. Além disso, aponta para existência de uma ferramenta estatal inerte, esperando pelos comandos de um único e poderoso mestre. Monjardet (2002) argumenta que o agente policial não deve ser considerado um mero objeto nas mãos do Estado. Como qualquer outro grupo profissional, a polícia:

“desenvolve interesses e cultura profissional próprios, que constituem outros tantos princípios e capacidades de resistência à instrumentalização por terceiros: não há profissão sem um *quantum* de autonomia. Na prática, nenhuma polícia se resume à realização estrita da intenção daqueles que a instituem e têm autoridade sobre ela, à pura instrumentalidade”. (Monjardet, 2002:23)

Em contraste com esta instrumentalização político-estatal, uma das principais características apontadas nos estudos sobre a atividade policial é a existência de uma forte cultura organizacional própria, baseada na disciplina e na

hierarquia, que aliada a um enorme poder discricionário influenciam as decisões dos indivíduos desta ocupação em seu cotidiano (Monjardet, 2003; Bittner, 2000; Oliveira Jr. 2010).

Em campo, as práticas policiais têm como cerne a defesa do interesse público, porém estas são amplamente (re)vestidas pelas diretrizes e interesses do grupo profissional. Outras profissões também possuem interesses particulares imbricados em seus afazeres diários, entretanto, a polícia possui uma organização diferenciada, fechada entorno de si mesma, grandemente beneficiada pela ausência de limites pré-definidos para sua atividade e por uma baixa eficácia no monitoramento externo de suas práticas cotidianas (Bittner, 2000). Todos estes fatores influenciam profundamente o papel cotidiano do policial.

## **2.2 O Papel da Polícia**

A polícia é uma corporação de trabalho para aplicação da lei, uma profissão orientada para o policiamento e, principalmente, para prevenção ao crime. Em sua atividade diária, policiais empenham seus esforços na assistência à população, no combate a criminalidade, detenção de suspeitos e na manutenção da paz e da ordem. As atividades policiais diárias representam uma gama infinita de possibilidades e tipos de atuações. Um fator fundamental para o entendimento da atuação policial em campo: é o caráter disciplinador da ação policial (Bittner, 2000 & Monjardet, 2002).

O combate a ações criminais é apenas uma parcela mínima do trabalho policial. Durante o patrulhamento nas ruas, os policiais se deparam com uma infinidade de demandas, diante das quais os atores em campo escolhem como e quando irão atuar e, até mesmo, se não agirão de forma alguma. O treinamento policial tem como prioridade disseminar estratégias de defesa da lei e da ordem e, sobretudo, o combate ao crime - qualquer atividade de outra natureza é

encarada como de menor importância, vista como fora da alçada dos agentes da lei.

Nas ruas os próprios agentes estabelecem suas prioridades de atuação, são livres para tomar suas próprias decisões e definir os cursos de sua atuação. Entretanto, as escolhas dos policiais não são tomadas de forma aleatória, *“muitos dos casos para os quais a polícia é solicitada envolvem problemas sociais e humanos críticos e sérios. (...) seria surpreendente se os policiais não desenvolvessem algumas rotinas para lidar com elas”* (Bittner, 2000:19).

A atuação policial junto à população é baseada na imposição de autoridade. É de conhecimento público que um policial no exercício de sua função está autorizado a utilizar coação e força física, quando necessário. Este aspecto do trabalho policial torna sua figura temida e, por vezes, distante da população. Bittner (2000) argumenta:

“o papel da polícia é entendido melhor como um mecanismo de distribuição de força coerciva não negociável empregada de acordo com preceitos de uma compreensão intuitiva das exigências da situação” (p:138).

A intimidação atribuída à figura policial está intimamente relacionada à necessidade de respeito à autoridade. O conhecimento mútuo entre um cidadão e o agente de segurança pública pode facilitar um contato direto e continuado, porém, no imaginário policial, o contato íntimo entre as partes seria capaz de reduzir a distância e o respeito necessário à prática policial. (Bittner, 2000; Monjardet, 2002; Paixão, 1982)

Pouco é sabido sobre a organização interna da atividade policial. A polícia é uma instituição cuja principal característica é o isolamento. A grande desconfiança em relação à sociedade em geral e a atitude evasiva diante das investidas de estudiosos acadêmicos torna obscuro e escasso o conhecimento

sobre o cotidiano da organização policial. A relação estabelecida entre a sociedade e as instituições policiais se baseia em desconfiança e evitação mútua:

A solidariedade interna, a confiança entre os pares, a autoproteção diante de agentes externos – não policiais – se torna um dos pilares para prática cotidiana de policiamento. *“A maior parte do policiamento é feita por policiais que estão, literalmente, por sua própria conta, trabalhando sozinhos ou aos pares”*. (Bittner, 2000:35). Dessa forma, os policiais estabelecem entre si redes de aprendizado e confiança mútua. O contato com agentes veteranos possibilita o acúmulo de experiências e melhoria da qualificação individual do agente.

O agente mais antigo compartilha experiências, auxilia o novato a descobrir o manejo mais adequado das ocorrências. A seleção de tarefas é uma das questões relevantes para o aprendizado de como desempenhar o papel policial de forma satisfatória. A imprevisibilidade é um elemento vigoroso no exercício do trabalho policial, uma gama diversificada de ocorrências surge durante um dia de policiamento, em campo, os agentes possuem certo grau de autonomia e controle sobre suas escolhas de (in)ação.

Monjardet (2002) aponta que o trabalho policial não é delimitado por tarefas minuciosamente prescritas. As tarefas policiais diárias são definidas por sua origem: autoridades superiores; autoridades internas; ocorrências e; chamadas que possuem diretrizes gerais sobre como agir nas ruas. Na prática, os agentes ficam livres para organizar seu trabalho e definir suas prioridades. Nestes casos, menos a qualificação formal e mais as experiências estarão em voga para delimitar como e quando um determinado objetivo deve ser cumprido.

A habilidade prática, a capacidade de (re)ação diante de uma ameaça ou uma situação de perigo em curso é aclamada como fundamental para a prática policial. Bittner (2000) explica que *“não há nenhuma diretiva legal que informe, ao policial em ação, se o que ele está fazendo deve ser feito, ou como deve ser feito”* (p:45). O agente de segurança deve estar sempre em condições de responder a situações em curso, cujas conseqüências, positivas ou negativas, serão analisadas a posteriori. Para minimizar os riscos e maximizar a eficiência

de suas ações, os policiais delimitam suas ações em campo a partir de experiências coletivas compartilhadas.

Apesar do grande poder discricionário dos atores em campo, Monjardet (2000) argumenta que nas práticas policiais “*a dimensão coletiva é dominante*” (p:57). No processo de seleção de atividades são instituídos mecanismos de negociação, um consenso sobre a forma de atuação é formulado, são realizados ajustes das práticas individuais. Durante sua formação, os novatos das escolas de polícia são socializados formalmente: através do aprendizado de normas institucionais e; informalmente: colocados sob o jugo de mecanismos de controle coletivo mútuo.

A coletividade policial, além de estabelecer mecanismos de controle, demarca no dia a dia as tarefas legítimas ou ilegítimas a serem. Na estrutura interna da instituição policial não há consenso sobre quais são suas genuínas atribuições. Comumente, a polícia é acionada pelas entidades públicas para defesa da lei e da ordem. Por parte da população, a presença dos agentes é solicitada em situações de risco iminente, durante a ocorrência de um crime ou posteriormente a este.

Há um amplo debate sobre a natureza e o conteúdo da atividade policial. Seria a polícia um instrumento de manutenção da ordem e da paz? Um órgão defensor dos direitos cidadãos? Uma força armada a serviço das demandas da população? Ou uma ferramenta de combate ao crime?

“Mais do que quaisquer outras, são três as expectativas que definem a função da polícia na sociedade moderna. Primeiro, espera-se que a polícia vá fazer algo a respeito de qualquer problema que seja solicitada a tratar; segundo, espera-se que vá atacar os problemas em qualquer lugar e hora em que ocorram; e terceiro, espera-se que prevaleçam em qualquer coisa que façam e que não recuem ao enfrentar oposição” (Bittner, 2000:315).

A manutenção da ordem foi o primeiro papel a ser solicitado às forças policiais. Com desenvolvimento do Estado e o avanço do capitalismo, a polícia surge como uma resposta das elites aos protestos de trabalhadores. Desde sua fundação, a polícia pode ser descrita como um instrumento de dominação das classes subalternas - é esperado que o agente policial reprima o desvio e aplique a lei (Bretas, 1997).

Entretanto, como já dito, a maior parte do trabalho policial não se refere a atividades de repressão à criminalidade. A manutenção da ordem e da paz é a atividade mais corriqueira do trabalho policial, durante o patrulhamento diário os policiais lidam com uma diversidade enorme de ocorrências que, em sua maioria, não envolvem crimes. A maior parte da demanda se refere a pequenos conflitos, situações de resgate, acidentes de trânsito, brigas e pânico. (Bittner, 2000; Monjardet, 2002; Oliveira Jr, 2007).

Com relação a natureza plural da atuação policial, Bittner (2000) explica que:

“Em muitos desses casos, a ajuda proporcionada pela polícia poderia de fato ser proporcionada por qualquer pessoa competente. Os policiais são chamados principalmente porque se sabe que estão sempre disponíveis e vão atender as pessoas que estiverem em necessidade” (p:34).

De fato, a polícia desempenha quatro papéis fundamentais: 1 – age como uma instituição de interesse público: a polícia tem o papel de mantenedor da paz; 2 - atua como parte do aparato estatal: os policiais recebem diretrizes governamentais, agem como detentores da violência do Estado, um braço armado mantenedor da ordem; 3 - é um instrumento da coletividade: os agentes públicos agem em favor da defesa dos direitos dos cidadãos. 4 – é organização profissional de combate ao crime: os policiais trabalham com o objetivo de combater a criminalidade. Nos discursos policiais, este último papel recebe maior destaque.

Como organização de trabalho, a polícia possui três grupos de interesses: materiais (melhoria das condições de trabalho e manutenção de direitos adquiridos); corporativos (mudança na forma de execução do trabalho, por exemplo, ampliação do patrulhamento motorizado e diminuição do patrulhamento a pé – considerado pelos policiais um trabalho degradante e pouco eficaz) e; profissionais (imposição de autoridade e repressão ao crime). (Monjardet, 2002).

O combate ao crime recebe destaque entre os interesses corporativos policiais. A polícia criminal, responsável pelo monitoramento e repressão do crime, é a parcela da corporação capaz de angariar maior destaque internamente e externamente à organização policial. A repressão à criminalidade é o produto mais mensurável da atividade policial, é por meio do monitoramento e avaliação desta atividade que uma polícia vai ter sua eficácia avaliada.

“A avaliação da prestação de serviço policial vai portanto se focalizar no domínio que pode parecer traduzir um resultado, uma eficácia, uma mobilização, isto é, no domínio repressivo. É o único que produz um número imediatamente interpretável: número de contravenções, de interpelações, de prisões preventivas, de deferimentos do Ministério Público, de casos elucidados. Do mesmo modo que é o grande criminoso que faz o grande policial, é a quantidade de atos de repressão que faz o bom serviço”. (Monjardet, 2002:159)

A principal atividade da polícia deveria ser o combate a criminalidade, esta é a ideologia dominante entre os policiais (Monjardet, 2002; Bittner, 2000; Paixão, 1982; Muniz; 1997; Oliveira Jr, 2007). A maior valorização da repressão policial não está totalmente relacionada à transparência dos resultados, Monjardet (2002) aponta que “*é o grande criminoso que faz o grande policial*”. Em suma, a repressão criminal traz uma oportunidade de destaque à figura do policial. Um agente capaz de efetuar muitas prisões, apreender grande quantidade de armas e drogas ou combater um criminoso com visibilidade na mídia local, tem uma imagem de bom policial promovida entre seus pares, recebe reconhecimento público e de seus superiores.

O controle do crime, a administração de conflitos sociais e a manutenção da ordem pública são importantes pilares da atividade policial. Entretanto, o controle do crime é a sua face mais notável, sendo constantemente transformada em combate à criminalidade, em repressão ampla e indiscriminada. Neste sentido, Kant de Lima (2003) aponta:

“o ethos militar como a cultura judiciária influenciam contraditoriamente o desempenho da atividade policial que se destina à administração dos conflitos na sociedade. Pois ambas tem como objetivo, respectivamente, o combate e o extermínio do inimigo ou a inexorável punição dos transgressores. Em ambos os casos, duas atitudes inadequadas para o ethos policial, que se deve ater à interminável e inevitável tarefa de administração dos conflitos que se explicitam na sociedade, sem emitir juízos de valor, a não ser aqueles necessários para ensejar a aplicação das regras em vigor” (Kant de Lima, 2003:14).

A proeminência do combate a criminalidade é uma relevante característica da cultura organizacional policial. A centralidade do crime como mal social a ser combatido fomenta a imagem do policial como um guerreiro em campo, um agente da lei cuja missão é dominar e, por vezes, eliminar o inimigo criminoso. Para tanto, é necessário que o agente não fique detido diante da resistência, tenha capacidade de enfrentar o perigo, e possua personalidade para o trabalho, isto é, obediência, disciplina e vocação.

*“O trabalho como um todo é considerado como uma missão gloriosa e de sacrifício, na qual o dever do guerreiro é “não perguntar por quê”.* (Bittner, 2000:139). Este *ethos* do combatente é fruto de eficazes e contínuos processos internos de socialização, a organização policial através de sua forte solidariedade interna, isolamento social e disseminação de valores culturais próprios incute em seus agentes os ideais e valores da corporação.



### 2.3. A cultura e a organização Policial

As práticas policiais variam enormemente ao redor do mundo. Apesar disso, é possível observar a existência de três pilares fundamentais para existência de uma força policial: 1 – a polícia é parte do aparato estatal do qual recebe diretrizes, assegurando o cumprimento das leis para manutenção da ordem pública; 2 – o trabalho policial tem caráter público, cabe as forças policiais a manutenção da segurança pública e a defesa dos direitos dos cidadãos; 3 – a ocupação policial possui uma cultura organizacional própria cujos símbolos, valores e *modus operandi* são repassados a todos os seus membros por meio desta rígida cultura e diferentes processos de socialização. Neste trabalho, o terceiro e último pilar receberá destaque na análise.

Para o estudo da cultura organizacional policial, primeiramente, é necessário discutir o significado dos dois conceitos sociológicos de cultura e organização. É importante ressaltar que a definição de cultura é um dos exercícios mais antigos e extensos da teoria sociológica, apesar do esforço e do tempo empenhado nesta tarefa, há uma multiplicidade de definições para este conceito.

As primeiras abordagens sobre a cultura explicavam a diversidade das práticas entre os povos como fruto de sua biologia e de sua localização geográfica. Características e habilidades inatas eram atribuídas aos indivíduos - seus defeitos, qualidades, ou aptidões poderiam ser explicados através de sua origem social e aspecto físico.

A teoria lombrosiana<sup>5</sup> é uma das famosas deste grupo de teorias deterministas, os estudiosos criminológicos deste autor explicavam a propensão ao crime a partir de características físicas dos delinquentes. “*Pretendo agora*

---

<sup>5</sup> A teoria lombrosiana faz referência aos escritos de Cesare Lombroso. Seus estudos de criminologia, datados do fim do século XIX ao início do século XX, desenvolveram teorias que apontavam para a existência de características físicas capazes de identificar os indivíduos criminosos e explicar sua propensão ao crime.

*estudar a biologia e psicologia desses homens cujo organismo reúne um número tão grande de anomalias e que se mostram tão constantes na reincidência do crime*". (Lombroso, 1983:191)

Com o avanço de estudos culturais modernos e após a existência do nazismo de Hitler, estas abordagens culturais de matriz biológica determinista entraram em desuso. Entretanto, é possível encontrar traços desta perspectiva determinista nas visões das polícias modernas sobre si.

“Para uns, a competência policial é produzida pelo encontro de certas qualidades pessoais do indivíduo e de um leque tão grande quanto possível de experiências. Ela é, assim, essencialmente subjetiva – ligada à pessoa e a seus traços de caráter próprios (...). As qualidades pessoais requeridas são em pequeno número e medem-se em termos de atitudes: sangue-frio, bom senso, iniciativa, julgamento, diplomacia são as principais; se concedermos que elas podem se desenvolver e, mesmo, adquirir-se, são com mais frequência descritas como um atributo de partida, do qual se é ou não provido e, neste caso, não há muito o que fazer”. (Monjardet, 2002:123).

A vocação é o termo mais utilizado na cultura policial para explicar as habilidades e competência de seus membros. O treinamento e a experiência profissional funcionam como facilitadores - meios capazes de aprimorar características inatas e aptidões pré-existentes do sujeito policial. Em pesquisa realizada na polícia militar de Belo Horizonte, Oliveira Jr. (2007) aponta que 61% dos policiais entrevistados afirmaram que só aqueles indivíduos dotados de vocação podem exercer a atividade de policial militar, *“uma tarefa tão desafiadora e importante só poderia, idealmente, ser desempenhada por indivíduos com verdadeira vocação”*. (Idem:97)

Em contraposição, há uma parcela minoritária de policiais que invocam como característica principal os conhecimentos formais adquiridos através de treinamento. A qualificação dos indivíduos, a aquisição de um conjunto de conhecimentos formais é apontada por esta minoria como um recurso capaz de

minimizar a influencia de características pessoais em campo, nivelando as desigualdades de experiências vividas por cada policial. (Monjardet, 2002).

Monjardet (2002) argumenta que toda profissão se organiza para reivindicar e manter o monopólio de uma determinada atividade, ao comprovar que seus membros são dotados de conhecimentos únicos e habilidades específicas, um grupo profissional é capaz de manter e ampliar o domínio sobre suas próprias atividades.

A defesa da vocação é uma parcela visível e uma autodefesa policial. Ao apontar para inclinação natural do policial, é colocada em voga a existência de indivíduos pertencentes à corporação dotados de uma habilidade singular, capaz de tornar mais eficiente o policiamento. A discussão sobre a existência ou não de uma vocação policial é apenas um indicativo de uma forte cultura policial.

Em sua versão contemporânea, a Cultura é comumente descrita como um conjunto de valores, significados, símbolos e práticas partilhadas por um determinado grupo. Laraia (2001) defini cultura como:

O modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura. (...) Indivíduos de culturas diferentes podem ser facilmente identificados por uma série de características, tais como o modo de agir, vestir, caminhar, comer, sem mencionar a evidência das diferenças lingüísticas (Laraia, 2001:70).

Neste trabalho será considerada como cultura policial o conjunto de normas, ritos, linguagem, percepções, modos de agir, pensar, sentir (re)conhecidos e compartilhados por todos os membros da corporação policial. Estes elementos operam como geradores de uma nova forma de autopercepção – uma identidade policial, dotada de uma enorme gama de recursos simbólicos a

disposição de um guerreiro que, ornado com “Lealdade e Constância”<sup>6</sup>, tem como principal missão “Servir e Proteger”<sup>7</sup>. “*Essa identidade se apresenta para os postulantes como um estilo de vida, uma forma mesma de se pôr no mundo*”. (Muniz, 1997:102)

“Um dos tipos ideais esculpido pela cultura policial é aquele agente da lei impávido e assertivo que é capaz de levar aos extremos os adjetivos acima mencionados, não se deixando contaminar pelas fraquezas humanas que ele assiste, socorre, protege ou reprime. A idéia de um paladino ou de um cavaleiro errante, no bom estilo *Clint Eastwood*, que se utiliza de meios por vezes controvertidos e heterodoxos para produzir o bem inquestionável”. (Muniz, 1997:186).

As crenças disseminadas e perpetuadas pela cultura policial têm grande impacto sobre o cotidiano do policiamento, influência de forma contundente a organização do trabalho policial. Para entender a polícia como uma organização complexa de trabalho, é necessário conhecer como sua divisão estrutural, suas metas e de como forma os policiais se organizam suas atividades em torno desta organização.

“The concept of organization is defined as having some determining power over action that takes place under the scope of its jurisdiction. This power to produce an intended result is uncertain and depends for its effectiveness on complex structural conditions”. (Bittner, 1965:250)

Uma cultura organizacional é responsável por dotar de sentidos as ações dos indivíduos pertencentes a esta organização.

---

<sup>6</sup> “Lealdade e Constância” é o lema da Polícia Militar de São Paulo.

<sup>7</sup> “Servir & Proteger” é o lema da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

“Uma organização é ambiente propício à emergência de símbolos e processos rituais que fornecem base para sua própria legitimidade, tanto frente ao público externo, como também em relação às suas estruturas internas de poder” (Oliveira Jr., 2007:13).

A organização policial é baseada em uma estrutura quase militar cujos pilares são a hierarquia e a disciplina. Bittner (2000) aponta que, desde a seleção dos futuros policiais, a obediência é exaltada como característica fundamental. As virtudes másculas: agressividade, lealdade, honestidade e coragem são condições *sine qua non* para o ingresso na corporação. Sobretudo, é esperado que o novo recruta seja capaz de apreender os regulamentos e cumprir ordens sem críticas ou questionamentos.

A polícia como organização pode ser, em alguns aspectos, analisada sob a perspectiva goffmaniana de *instituição total*<sup>8</sup>. Durante o treinamento para efetivo ingresso na corporação policial militar, os soldados recrutas e os alunos oficiais são socialmente isolados. A estes candidatos são ensinados os valores da corporação e novas regras de conduta. Embora permaneçam voluntariamente enclausurados, suas vidas são minuciosamente observadas e administradas pelos praças e oficiais superiores.

Ao ingressar na corporação policial, os recrutas se deparam com uma estrutura interna de comando, este mecanismo disciplinar interno regula as relações internas à organização e funciona como importante disseminador de uma solidariedade funcional. Os policiais desempenham a mesma função, enfrentam os meios desafios e opositores externos, suas escolhas só podem ser verdadeiramente compreendidas por seus pares Bittner (2000:24). Este tipo de laço grupal pode ser considerado como um paralelo à solidariedade mecânica de Durkheim.

---

<sup>8</sup> “instituição total (...) um local de residência ou trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade por considerado período de tempo, leva uma vida fechada e totalmente administrada” (Goffman, 2010:11).

Com uma organização cultural forte e totalizante, a polícia modifica significativamente a vida do indivíduo após a sua entrada na corporação. A respeito dos egressos em instituições totais, Goffman (2010) argumenta que “*Não apenas a sua posição social intramuros é radicalmente diversa do que era fora, mas, como chega a compreender se e quando sai, sua posição social no mundo externo nunca mais será igual à que era*” (p:68).

Bittner (2000) descreve a organização policial como uma força sectária, com três traços característicos fundamentais. O primeiro traço é que o trabalho policial é uma ocupação corrompida, o policial é uma figura temida, recebe desprezo por parte da população e suas funções possuem baixo prestígio social. O segundo traço se refere à expectativa das pessoas em relação a (re)ação policial no controle de alguém que transgride as regras, é esperado que a polícia proceda violentamente, de forma injusta e ofensiva. O terceiro e último traço se refere ao fato dos policiais serem as figuras materializadas dos preconceitos públicos, combatendo as minorias e as classes consideradas como perigosas.

Há um estigma sobre a atividade policial. Seus agentes possuem uma imagem pouco colaborativa por parte da população. A resistência externa fomenta os laços internos e enrijece as barreiras existentes entre polícia e sociedade.

“Essa questão é fundamental quando falamos do policial, que tem por interlocutora uma sociedade que tende a estigmatizá-lo, ao mesmo tempo em que deve representar perante a mesma o papel de representante da autoridade do estado e da lei” (Oliveira Jr. 2007:44).

Nos lugares onde a violência é elevada, a relação entre a polícia e a sociedade tende a se tornar ainda mais exasperada. A figura do policial é a imagem do carrasco do Estado, suas ações são encaradas pela sociedade como punitivas e marcadoras das desigualdades sociais – é importante ressaltar que,

assim como a população menos favorecida, estes agentes de polícia também não permanecem incólumes desta relação mútua de hostilidade.

Este capítulo teve como objetivo principal analisar a construção da polícia, seus papéis e suas principais características. A compreensão destes três pilares é fundamental para, posteriormente, analisarmos os impactos que tais pilares têm sobre a vida dos agentes da lei. No capítulo 5 deste estudo, serão analisadas como as características discutidas neste capítulo podem ser observadas na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o caso escolhido para realização deste estudo.

O próximo capítulo discute a metodologia adotada por este estudo. Um longo caminho foi percorrido para ter acesso aos policiais militares cariocas. Como anteriormente apontado, o suicídio é um tema tabu em diferentes sociedades, na polícia militar esta interdição está acentuada pelas características de uma organização rígida e masculinizada. Entretanto, embora o caminho tenha sido árduo, foi possível abordar o tema do suicídio com os policiais militares como veremos a seguir.

### 3. Histórico da pesquisa

O presente trabalho de dissertação utiliza como fonte de dados o material coletado no Projeto “Suicídio e Risco Ocupacional: o caso da polícia militar carioca”<sup>9</sup>, desenvolvidas no Laboratório de Análise de Violência (LAV/UERJ, sob a coordenação da Prof<sup>a</sup>. Dra. Dayse Miranda (LAV/UERJ e PDJ-CNPQ). A metodologia descrita a seguir é semelhante à adotada no citado projeto, com algumas adaptações que serão apontadas ao longo desta seção.

No projeto original, foram escolhidos dois grupos principais de entrevistados: policiais militares e familiares de policiais mortos (vítimas de homicídio e acidente). O grupo de policiais militares estava dividido em cinco categorias:

- 1- policiais que declararam ter tido pensamentos suicidas nos últimos doze meses;
- 2- policiais que declararam ter tido pensamentos autodestrutivos anteriores aos últimos dozes meses;
- 3- policiais que declararam ter tentado suicídio em algum momento da vida;
- 4- policiais que disseram nunca ter tido ideação suicida; tentado suicídio em toda a sua vida, como também não ter amigo ou colega policial morto por suicídio (o grupo controle) e;
- 5- policiais que declararam ter tido algum amigo ou colega policial morto por suicídio

---

<sup>9</sup> O Projeto “Suicídio e Risco Ocupacional: o caso da polícia militar carioca” investigou duas hipóteses principais: “A primeira é: o risco de suicídio policial não é consideravelmente superior ao de grupos ocupacionais distintos, apesar das especificidades de seus fatores associados. A segunda hipótese é que policiais militares homens, de baixa patente, com baixa satisfação profissional; divorciados e dependentes de álcool têm mais chances de cometer suicídio. Essa hipótese é testada a partir de entrevistas qualitativas com policiais que tentaram suicídio e com outros que não tentaram, bem como com os seus parentes e amigos”. (Projeto Suicídio e Risco ocupacional, 2012. CNPQ)



Neste trabalho, apenas os quatro primeiros grupos de policiais serão objeto de estudo, ou seja, os familiares e amigos de policiais mortos não serão considerados. Além da exclusão destes dois grupos de participantes, todos os policiais militares que declararam ter tido ideação suicida ou mencionaram ter atentado contra a própria vida serão analisados como pertencentes a um só grupo (Grupo de Risco). Esta é uma adaptação em relação à pesquisa original, cujo esforço de análise foi realizado em cada grupo separadamente.

Não há consenso, mas grande parte da literatura epidemiológica sobre suicídio considera ideações e tentativas dois fenômenos bastante diversos. Apesar disso, devido ao baixo número de entrevistas e a possibilidade desta baixa frequência afetar futuros testes estatísticos, este trabalho assumirá ambos os casos como um mesmo processo de adoecimento, realizando um esforço no levantamento dos fatores organizacionais associados a ambas as manifestações suicidas.

Este trabalho tem como objetivo compreender como as características da atividade ocupacional e da organização da polícia militar podem tornar, por vezes, um indivíduo mais vulnerável a episódios suicidas. Dessa forma, nos pareceu mais apropriado delimitar a análise aos discursos dos próprios policiais sobre suas experiências como agentes da segurança pública, analisando as pressões a que estes estão constantemente submetidos, a descrição dos atores sobre sua organização de trabalho e os impactos que estes fatores têm sob sua vida cotidiana.

Para tanto, em uma primeira etapa, será apresentada uma descrição dos dados na qual serão analisadas as seguintes dimensões: 1- perfil do policial entrevistado; 2- relações internas à corporação policial e relações familiares e; 3- sofrimento psíquico e ou experiência com situações estressoras no trabalho. Estes três eixos de análise do perfil foram escolhidos após uma leitura exploratória das entrevistas dos policiais militares cariocas, o que nos permitiu escolher estes pontos como os mais proeminentes nos relatos.

### **3.1 A Fonte de Dados e o Trabalho de Campo na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro**

#### **3.1.1 Escolhas Metodológicas**

Para escolha dos policiais militares participantes do Projeto *Suicídio e Risco ocupacional*, partiu-se de um universo de voluntários, construído a partir de uma amostragem não aleatória. O estudo não adotou uma amostra probabilística dos entrevistados por duas razões. A primeira deve-se à impossibilidade da pesquisa atender a uma das exigências do Comitê de Ética e Pesquisa- SR2 da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) - as quais o projeto foi submetido: o primeiro contato com os policiais militares deveria ser feito apenas por um representante da instituição policial. A segunda razão está associada à primeira. A PMERJ não pôde designar um funcionário para a realização deste fim, por esta razão, optou-se por uma amostra por conveniência.

A pesquisa por conveniência é feita a partir de elementos da população que aceitarem participar da pesquisa, ou dos que estiverem mais disponíveis. O universo investigado foi construído a partir de convites feitos a policiais militares (praças e oficiais) em dois momentos da pesquisa. Primeiramente, os convites foram feitos por meio de palestras abertas a todos da Polícia. E, num segundo momento, era confirmado o interesse dos candidatos em participar da pesquisa por meio ligações telefônicas.

Coletamos 984 fichas, incluindo as preenchidas e aquelas em branco. Desse total, encontramos 81 menções de policiais que declaravam ideações e tentativas de suicídio em algum momento de suas vidas. Registramos 242 declarações de policiais que informavam não ter vivenciado nenhuma das situações citadas. Esse tipo de policial foi cadastrado no grupo de entrevistados “controle”. Houve também três policiais que preencheram a ficha de cadastro da pesquisa, mas não informaram o grupo de entrevistado do qual gostaria de fazer parte. Por esta razão, eles foram primeiramente classificados na categoria dos “Sem Grupo”.

Ao término de cada palestra, foi dada a orientação aos participantes para que assinalassem apenas uma das opções descritas acima. Contudo, o esperado não aconteceu. Houve policiais que declararam ter vivenciado mais de uma situação. Encontramos policiais que não somente informaram ter tentado suicídio em algum momento de sua vida, como também ter tido um colega e/ou amigo policial morto por suicídio; entre outras combinações. Na tabela 1, estão os resultados das primeiras consultas aos policiais militares que estiveram nas palestras.

Tabela1: Resultado das Consultas aos Policiais Militares nas Palestras

Batalhão	Tentativa	Teve ideação nos últimos 12 meses	Teve ideação anterior aos 12 meses	Amigo morto por suicídio	Controle	Sem Grupo	Total de Recusas
2 BPM	1	2	1	2	16	0	32
40 BPM	1	1	3	3	13	0	38
10 BPM	5	1	3	5	4	0	14
11 BPM	3	3	5	9	22	0	123
15 BPM	0	2	2	1	3	0	29
3 BPM	4	2	2	6	25	2	44
5 BPM	5	4	4	17	12	0	18
6 BPM	1	4	2	5	16	0	28
16 BPM	0	1	1	1	9	0	21
19 BPM	1	1	0	1	20	0	31
9 BPM	1	1	0	6	2	0	21
DIP	0	2	0	5	17	0	2
Choque	1	1	2	4	26	0	19
Renascer	3	1	2	3	1	0	0
22 BPM	2	2	4	3	11	1	50
QG	3	3	4	10	14	0	7
Florestal (BPFMA)	2	0	0	1	9	0	29
BOPE	0	0	2	5	21	0	62
Sem Informação	0	0	0	2	1	0	1
Total	33	11	37	89	242	3	569
		81					

Fonte: Projeto Suicídio e Risco ocupacional, 2012

A Tabela 02 resume o resultado do cadastramento dos participantes das palestras segundo o *ranking* de preferências adotado pela coordenação.

Categorias de Participantes das Palestras	Total Geral		Total de Casos Válidos	
	n	%	n	%
	984	100	415	100
Tentativa	33	3	33	8
Ideação nos últimos 12 meses	32	3	32	8
Ideação anterior aos 12 meses	31	3	31	7
Controle (não pensou, não tentou e nem tem um amigo policial suicida)	238	24	238	57
Colegas e/ou Amigos de Policial "Suicida"	81	8	81	20
Recusas	569	58		

Fonte: Projeto Suicídio e Risco ocupacional, 2012

Das 415 declarações válidas, 8% correspondem aos casos de tentativas; 8% equivalem aos casos de ideações suicidas nos últimos 12 meses; 7% às ideações suicidas anteriores aos 12 meses (ao longo da vida); 57% aos casos “controle” e 20% aos casos de colegas e/ou amigos de policiais “suicidas”. O surpreendente destes resultados foi o número de recusas. Quinhentos e sessenta e nove policiais militares se recusaram a participar da pesquisa, isto é 58% dos que assistiram às palestras nas unidades visitadas da PMERJ.

### 3.2 Resultados da Aplicação dos Questionários

A Tabela 3 mostra que entrevistamos 85% dos 274 policiais militares consultados. Foram 3 entrevistas exploratórias e 6 pré-testes e 224 questionários aplicados. Por outro lado, tivemos 41 recusas, isto é, 15% desse total de policiais. Muitas delas se devem ao intervalo de tempo do primeiro encontro (nas palestras) até o segundo contato (no agendamento das entrevistas por telefone). O tempo médio podia levar até dois meses.

O espaço de tempo elevado entre os contatos com os policiais ocorreram, essencialmente, em função: 1-do pequeno número de pesquisadores; 2-dos endereços de residências de difícil acesso e; 3-às mudanças repentinas de escala de trabalho (algumas entrevistas eram agendadas no dia de folga do policial,

entretanto, este dia de descanso poderia ser postergado por uma necessidade da Instituição). Portanto, a maioria das entrevistas foi realizada nos locais de trabalho dos entrevistados. É importante ressaltar que, muitos dos policiais militares do grupo de risco (os que tiveram ideações e/ou tentativas de suicídio) preferiram dar entrevistas em suas residências ou em locais “neutros” (nem nas residências e nem nos locais de trabalho).

	Total		Total de Casos Válidos	
	n	%	n	%
<b>Policiais Militares Contactados</b>	274	100		
Pré-teste	9	3		
Recusas/Desistências	41	15		
<b>Questionários Aplicados segundo as Categorias de Participantes Declaradas</b>	224	82	224	100
Tentativa de Suicídio	22	8	22	10
Ideação Suicida (nos últimos 12 meses e Ideação anterior aos 12 meses)	50	18	50	22
Controle (não pensou, não tentou e nem tem um amigo policial suicida)	152	55	152	68

Fonte: Projeto Suicídio e Risco ocupacional, 2012

Dos 224 respondentes ao questionário aplicado, 68% informaram nunca ter pensado e nem tentado suicídio ao longo da vida; 22% comunicaram ideações suicidas nos últimos 12 meses e anterior aos 12 meses; e 10% declararam ter tentado suicídio em algum momento de sua vida. Esses resultados sugerem um dado importante. Sabemos que o suicídio não é um tema fácil de ser abordado com qualquer público. A conversa com a própria vítima sobre o desejo, as ideias e o próprio ato de tentar uma violência contra a sua vida é tema ainda mais sensível. Talvez por vergonha, insegurança ou medo de se revelar, poucos dos policiais militares compartilharam as suas experiências.

Ao longo desse trabalho, tivemos três encontros com os nossos entrevistados: 1- nas palestras; 2- na aplicação dos questionários e 3- na realização das entrevistas biográficas. A natureza das declarações do fato foi alterada a cada encontro com a nossa equipe. Nas palestras, por exemplo, tivemos 33 policiais militares cadastrados no grupo dos que informaram ter tentado suicídio em algum momento de sua vida. No segundo contato, esse número sofreu uma redução de 11 casos. Esses podem ter migrado para o grupo dos

desistentes; de ideias ou o de controle. Também tivemos policiais que ao responder o questionário negaram ter “tido pensamentos autodestrutivos”, contudo, no terceiro contato (nas entrevistas biográficas), confessaram ter ao menos pensado. E vice-versa.

### 3.3 Técnicas Qualitativas

Como técnica qualitativa para conhecer as histórias dos policiais militares voluntários foi adotada a *entrevista biográfica*. O emprego das entrevistas biográficas teve como meta conhecer as trajetórias de vida de policiais militares contada por eles próprios e o sentido dado por eles às suas ações e vivências dentro e fora do ambiente de trabalho, sem perder de vista as consequências de uma estrutura organizacional rígida e hierarquizada para a saúde mental e a qualidade de vida de seus membros. Foram realizadas entrevistas biográficas com todos os policiais que aceitaram responder ao questionário de perguntas sobre ideias e tentativas de suicídios.

O desenvolvimento desse tipo de entrevista exigiu muita criatividade do pesquisador. A situação de incerteza, que enfrentamos em contato com o policial, muitas vezes esteve associada a combinação de fatores institucionais e familiares. Em relação às características do ambiente organizacional da PMERJ, podemos citar: 1- as mudanças da escala de trabalho; 2-transferências dos policiais de uma unidade para outra; 3- a alteração de gestores; e 4- a inadequação ao dia do serviço extra, conhecido por “bico” e, em particular, a sua vida familiar.

A ausência de privacidade dos sujeitos de pesquisa ao longo da entrevista também dificultou a aproximação entre pesquisador e entrevistado. Nessas circunstâncias, ainda que o entrevistado estivesse aberto a compartilhar suas experiências de vida, a condução da entrevista era difícil. Além disso, embora tivéssemos investido no treinamento uma abordagem “adequada”, a qualidade das entrevistas esteve muitas vezes condicionada à familiaridade do entrevistado com o pesquisador. Se o entrevistado “simpatizasse” ou se sentisse “acolhido” pelo

pesquisador, a qualidade da entrevista estava garantida. Do contrário, a entrevista não durava mais do que 10 minutos. O policial se fechava completamente ou era superficial.

Ao final do trabalho, concluímos que precisávamos de um número maior de encontros que nos permitissem ganhar a confiança de nossos entrevistados. Não obstante, para isso, teríamos que ter tido o apoio logístico da instituição, criando um ambiente favorável. O campo no décimo primeiro Batalhão, em Nova Friburgo é um bom exemplo de ambiente favorável. Nesse local, recebemos mais do que a autorização para a realização da pesquisa. Recebemos as condições que não somente facilitou o nosso trabalho em termos de logística, mas também nos permitiu conduzir todas as entrevistas num local reservado, resguardando a privacidade e a dignidade do policial.

### **3.3.1. Resultados das Entrevistas Qualitativas**

Em relação às entrevistas biográficas, ouvimos 211 trajetórias de vidas. Dos 224 sujeitos que responderam o questionário, 13 desistiram de compartilhar as suas autobiografias. Essas perdas se distribuem por 9 policiais que perderam o interesse pela pesquisa; 3 policiais que não foram localizados e 1 policial que faleceu por morte natural.

## **3.4 Balanço Final do Trabalho de Campo**

Foram entrevistados 60% do total dos 415 policiais militares cadastrados nas palestras. Apesar das diversas dificuldades para sensibilizar; localizar e acessar os nossos entrevistados, este resultado foi considerado pela equipe como satisfatório. Principalmente, no que concerne à riqueza e à diversidade do

material coletado ao longo do trabalho de campo na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. No próximo capítulo, serão descritos alguns dos resultados do questionário sobre as manifestações suicidas (ideação e tentativas de suicídio) aplicado no universo pesquisado.



## **4. Perfil dos Entrevistados**

Nesta seção analisaremos alguns dos resultados obtidos do questionário aplicado aos policiais militares do estado do Rio de Janeiro. Foram selecionadas apenas as questões com maiores índices de resposta. O primeiro grupo de questões se refere ao perfil sociodemográfico do entrevistado, em seguida é descrito o perfil profissional do policial. Por fim, serão analisadas as situações estresse e problemas relacionados ao trabalho e ou adoecimento psíquico do policial. Todas as análises estão separadas entre o grupo de risco (policiais que mencionaram ter tido ideação ou tentativa de suicídio) e grupo controle (policiais que nunca tentaram ou pensaram em tirar a própria vida).

### **4.1. Perfil Sociodemográfico do Policial**

No Brasil, a maior parte do efetivo<sup>10</sup> das forças policiais militares é composta por homens, em 2012, cerca de 90,5% do total. A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro também reflete esta disparidade entre os sexos, apesar de o ingresso de mulheres ter ocorrido pela primeira vez há mais de duas décadas (1º Março 1983), em 2012, o efetivo feminino não compunha 9% do total de policiais militares do estado do Rio. O baixo número de mulheres também foi uma característica presente neste estudo, dos 224 entrevistados 95,5% eram do sexo masculino.

---

<sup>10</sup> Os dados sobre o efetivo policial foram obtidos na publicação: Pesquisa perfil das instituições de segurança pública 2013 (ano-base 2012) /coordenação geral: Isabel Seixas de Figueiredo, Gustavo Camilo Baptista.– Brasília : Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

Tabela 4 – Sexo dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ - 2011

Sexo	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Masculino	70	97,22	144	94,74
Feminino	2	2,78	8	5,26
Total	72	100	152	100

Fonte: Elaboração própria

A faixa de idade é um fator relevante quando se trata do suicídio, na população em geral, há uma forte correlação entre o aumento da idade e o aumento das taxas de suicídio (Durkheim, 2004; Minayo, 2005). A maior parte dos entrevistados de ambos os grupos tem idade compreendida entre 30 e 49 anos (Tabela 2), a distribuição etária não é um fator de diferenciação entre os dois grupos analisados.

Tabela 5 - Faixa de Idade dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ - 2011

Idade	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
De 24 a 29 anos	2	2,78	18	11,84
De 30 a 39 anos	45	62,50	70	46,05
De 40 a 49 anos	20	27,78	52	34,21
50 anos de idade ou mais	5	6,94	12	7,89
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

A maior parcela dos entrevistados de ambos os grupos tem como grau de escolaridade o ensino médio completo (Tabela 3). O grupo controle possui um maior percentual de policiais com ensino superior completo. Outro fator relevante a ser observado em ambos os grupos é percentual de pessoas com ensino superior incompleto. As entrevistas qualitativas indicaram que, nesta categoria estão compreendidos: 1-aqueles policiais que conseguiram ingressar no ensino superior graças a estabilidade financeira do funcionalismo público e; 2- os policiais que não conseguiram concluir sua formação superior devido a instabilidade das escalas de trabalho.

Tabela 6 - Escolaridade dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ - 2011

Escolaridade	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Ensino Fundamental completo	2	2,78	2	1,3
Ensino Médio incompleto	1	1,39	8	5,3
Ensino Médio completo	44	61,11	74	48,7
Superior incompleto	18	25,00	35	23,0
Superior completo	7	9,72	25	16,4
Pós-graduação	0	0,00	8	5,3
Total	72	100,00	152	100,0

Fonte: Elaboração própria

Tabela 7 - Raça/Cor dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ - 2011

Raça/Cor	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Branca	28	38,89	44	28,95
Preta	10	13,89	26	17,11
Parda	32	44,44	80	52,63
Amarela	1	1,39	0	0,00
Indígena	1	1,39	0	0,00
Não Respondeu	0	0,00	2	1,32
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

A distribuição racial (Tabela 4) dos entrevistados é semelhante em ambos os grupos, a maior parte dos entrevistados se declarou preto ou pardo. Com relação a situação conjugal (Tabela 5) também há grande similitude entre os grupos analisados, mais de 70% dos policiais entrevistados são casados ou moram junto(a) com um(a) companheiro(a).

Tabela 8 - Situação Conjugal dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ - 2011

Situação Conjugal	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Casado/mora junto	57	79,17	109	71,71
Desquitado	2	2,78	5	3,29
Divorciado	3	4,17	8	5,26
Viúvo	0	0,00	1	0,66
Solteiro	10	13,89	28	18,42
Não Respondeu	0	0,00	1	0,66
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

Na tabela 6, é possível observar que o número de filhos da maioria dos policiais está compreendido do intervalo de 1 a 3 filhos(as), isto é observado em ambos os grupos. A presença de filhos, sobretudo durante a infância destes, é apontada como um fator protetivo ao suicídio (Durkheim, 2004). De acordo com a teoria durkheimiana, o grupo dos casados é o mais protegido contra o suicídio, isto ocorre não somente pela relação com cônjuge, mas principalmente pela relação familiar caracterizada pela presença de filhos. Para além da violência auto-infligida, as entrevistas qualitativas de ambos os grupos apontaram que a proximidade com filhos(as), esposas, pai e ou mãe agem como motivadores de autoproteção para os policiais.

Tabela 9 - Número de Filhos dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ - 2011

Número de Filhos	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Sem filhos	10	13,89	40	26,32
De 1 a 3 Filhos	51	70,83	105	69,08
4 Filhos ou mais	11	15,28	7	4,61
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

No que se refere à possuir religião, uma diferença percentual de 14% pode ser observada entre os dois grupos (tabela 7). O elemento religioso é mais forte entre os policiais do grupo controle (87,5%) do que entre os policiais do grupo de risco (73,6%). Estudos apontam que a religião, mais especificamente a sua prática, é capaz de fornecer ao indivíduo uma rede de apoio espiritual e, em alguns casos, material (Botega et al, 2006)

Tabela 10 - Possui Religião, Policiais Militares Entrevistados, PMERJ - 2011

Tem Religião	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Sim	53	73,61	133	87,50
Não	19	26,39	19	12,50
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

A maior parcela dos entrevistados, em ambos os grupos, possuem renda mensal bruta de até 3000 Reais. É importante ressaltar que esta renda não se refere apenas o trabalho na PMERJ, mas também é composta por outras atividades de trabalho do entrevistado. A baixa remuneração foi uma queixa constante por parte dos entrevistados, este fator é apontado como uma das principais fontes de estresse.

Tabela 11 - Renda Mensal Bruta dos Policiais Militares Entrevistados, PMERJ - 2011

Renda Mensal Bruta	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
De 1000 a 2000 Reais	23	31,94	35	23,03
De 2001 a 3000 Reais	34	47,22	72	47,37
De 3001 a 4000 Reais	12	16,67	32	21,05
Mais de 4000 Reais	3	4,17	13	8,55
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

#### 4.2. Perfil Profissional do Policial

As principais motivações para os entrevistados ingressarem na corporação policial militar foram: estabilidade financeira e profissional e ou desemprego. A vocação e a influencia de conhecidos ou familiares também uma variável importante para a escolha pela profissão.

Tabela 12 - Motivações para Ingressar na Corporação, PMERJ - 2011

Motivações para Ingressar na PMERJ	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Baixa concorrência às vagas no concurso público	1	1,28	0	0,00
Estava desempregado	10	12,82	10	6,06
Estabilidade financeira e profissional	27	34,62	70	42,42
Salário	3	3,85	8	4,85
Vocação	17	21,79	44	26,67
Influencia de conhecidos ou familiares	12	15,38	20	12,12
Outros	8	10,26	13	7,88
Total	78	100,00	165	100,00

Fonte: Elaboração própria

As principais motivações para os entrevistados ingressarem na corporação policial militar foram: estabilidade financeira e profissional e ou desemprego. A vocação e a influencia de conhecidos ou familiares também uma variável importante para a escolha pela profissão. Bittner (2003) afirma que policiais que escolhem a atividade policial por vocação tendem a apresentar mais insatisfação em relação a estrutura e organização do trabalho policial, esta tendência não foi observada em nossa amostra.

Tabela 13 - Graduação ou Patente, PMERJ - 2011

Patente/Graduação	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Major	1	1,39	1	0,66
Capitão	0	0,00	3	1,97
Tenente	0	0,00	5	3,29
Aspirante	0	0,00	1	0,66
Subtenente	2	2,78	4	2,63
Sargento	29	40,28	52	34,21
Cabo	32	44,44	57	37,50
Soldado	8	11,11	29	19,08
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

Os policiais praças compõem a maior parte de nossa amostra em ambos os grupos, apenas 11 dos 224 respondentes ao questionário fazem parte do quadro de oficiais da PMERJ. Somente um dos oficiais entrevistados revelou fazer parte do grupo de risco. No tempo de serviço não foi observada diferença entre os dois grupos (Tabela 11), os policiais tem em média 6 a 15 anos de serviço. Entretanto, na análise das entrevistas, os policiais militares apontam o tempo como um fator relevante para desilusão com a corporação, aumento do desgaste com o trabalho, perda de amigos e vivência de grandes frustrações intracorporação. Este assunto será melhor (re)tratado na próximo capítulo.

Tabela 14 - Número de Anos de Trabalho, PMERJ - 2011

Tempo na PMERJ	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
De 1 a 5 anos	5	6,94	23	15,13
De 6 a 10 anos	19	26,39	37	24,34
De 11 a 15 anos	24	33,33	46	30,26
De 16 a 20 anos	8	11,11	7	4,61
De 21 a 25 anos	8	11,11	16	10,53
Mais de 26 anos	8	11,11	23	15,13
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

A divisão dos entrevistados dedicados a trabalho internos (administrativos) e trabalho externo (patrulhamento de rua, atendimento de chamados etc) é bastante similar, não obstante no grupo de risco há um maior percentual de policiais que se dedicam a atividades administrativas. É importante ressaltar que a dedicação a este tipo de atividade já pode ser resultado de algum tipo de adoecimento, ou seja, quando policiais militares apresentam algum tipo de adoecimento físico ou mental podem receber restrições médicas para atuar nas ruas e, conseqüentemente, são redirecionados para atividades internas e ou administrativas.

Tabela 15 - Tipo de Atividades Desempenhadas, PMERJ - 2011

Tipo de Atividade Desempenhada	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Internas	39	54,17	72	47,37
Externas	33	45,83	75	49,34
Não Informado	0	0,00	5	3,29
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

As transferências de unidade também são assuntos mobilizadores de queixas entre os policiais militares, não foi observada grande disparidade entre o número de transferência dos dois grupos analisados (Tabela 12). A mudança de unidade de trabalho tem muitas implicações na vida particular dos policiais, desorganiza seus horários, sua relação com familiares e, sobretudo, as atividades extras de trabalhos. Além disso, grande parte das transferências de unidade

ocorreu sem a concordância ou aviso prévio do policial, outras vezes o policial é transferido como forma de punição por agir em desacordo com a vontade de superiores.

Tabela 16 - Foi Transferido nos Últimos 5 Anos, PMERJ - 2011

Foi Transferido nos últimos 5 Anos	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Sim	34	47,22	71	46,71
Não	37	51,39	81	53,29
Não Informado	1	1,39	0	0,00
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

Cerca de 12% dos policiais do grupo de risco mencionaram desconhecer os motivos de sua última transferência, este tipo de deslocamento involuntário é chamada de “bico”, também é motivo de grande insatisfação por parte dos entrevistados (Tabela 14). O “Bico” é frequentemente descrito como desrespeito, uma falta de consideração por parte dos superiores com o serviço previamente prestado. Para além da insatisfação, uma vez transferido, o policial militar frequentemente terá que reorganizar significativamente sua vida pessoal, sobretudo, no que se refere a atividades de estudo e/ou trabalho extracorporação. Esta mudança abrupta de rotina agrega mais uma fonte de estresse a atividade policial, no próximo capítulo este tema será melhor abordado.

Outro fator relevante a ser analisado é a transferência por “problemas de saúde”, majoritariamente, observada no grupo de risco. Em contraposição, a mudança de batalhão por “vontade própria” foi maior entre os policiais do grupo controle. A frequente transferência por motivos de saúde, ou melhor, pela ocorrência de doenças físicas e/ou mentais aponta a maior vulnerabilidade e estigma dos agentes da lei que adoecem. Um policial enfermo é, segundo os entrevistados da PMERJ, encarado como um problema a ser repassado adiante, alguém cuja presença gera insatisfação nos superiores hierárquicos. Em alguns casos, para além das complicações ocasionadas pela transferência, se tornar um



policial doente e indesejado agrava o estado de saúde do sujeito, sobretudo, nos casos de doenças psíquicas.

Tabela 17 - Motivo da Última Transferência, PMERJ - 2011

Motivo da Transferência	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
"Bico"/Motivo Desconhecido	4	11,76	6	8,45
Conclusão de Curso de Formação	1	2,94	4	5,63
Convite/Ascensão Profissional	2	5,88	2	2,82
Extinção/Mudança de Área do Batalhão	6	17,65	6	8,45
Incompatibilidade/Inadaptação com o Trabalho	3	8,82	0	0,00
Insatisfação/Problemas/Desavenças no Local de Trabalho	2	5,88	9	12,68
Mudança/Ordem do Comando	3	8,82	12	16,90
Permuta/Resposta a uma Demanda do Comando	3	8,82	8	11,27
Problemas de Saúde (física e ou psíquica)	2	5,88	0	0,00
Suspeito de Crime/Reintegração a Corporação	0	0,00	2	2,82
Vontade Própria/Interesse Pessoal	8	23,53	21	29,58
Não Informado	0	0,00	1	1,41
Total	34	100,00	71	100,00

Fonte: Elaboração própria

### 4.3 Dificuldades no Trabalho e Vivência de Situações Estressoras

O terceiro bloco de variáveis se refere às dificuldades e ou vivências estressoras vividas pelos policiais em seu cotidiano. Neste bloco de perguntas, é possível observar um afastamento entre as experiências dos policiais do grupo de risco e os do grupo controle. Cerca de 80% dos policiais do grupo de risco dizem ter pouco interesse ou pouco prazer em suas atividades de trabalho no último ano, no grupo controle apenas 36% responderam esta mesma categoria.

Tabela 18 - Pouco Interesse ou Prazer em Fazer as Atividades de Trabalho, PMERJ - 2011

Pouco interesse ou pouco prazer em fazer as suas atividades de trabalho	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Diariamente	56	77,78	55	36,18
Raramente	10	13,89	46	30,26
Nunca	5	6,94	51	33,55
Não Informado	1	1,39	0	0,00
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

Ter sofrido algum tipo de insulto, humilhação ou xingamento no exercício de sua função policial também é um elemento diferenciador entre os dois grupos. Policiais do grupo de risco revelam uma frequência muito maior de exposição a este tipo de situação. A vivência de alguma situação de amedrontamento ou perseguição no trabalho também foi apontada como muito mais frequente entre os policiais do grupo de risco, cerca de 22% foram amedrontados ou perseguidos, enquanto apenas 3% dos policiais do grupo controle afirmaram ter vivenciado este tipo de situação.

Tabela 19 - Sofreu Insulto, Humilhação ou Xingamento, PMERJ - 2011

Nos últimos 12 meses sofreu insulto, humilhação ou xingamento	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Sim	26	36,11	26	17,11
Não	46	63,89	125	82,24
Não Informado	0	0,00	1	0,66
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 20 - Sofreu Amedrontamento ou Perseguição, PMERJ - 2011

Nos últimos 12 meses sofreu amedrontamento ou perseguição	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Sim	16	22,22	5	3,29
Não	56	77,78	145	95,39
Não Informado	0	0,00	2	1,32
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

Muitos policiais do grupo de risco afirmaram ter problemas no sono (76%), atribuindo a maior parte destes problemas a questões referentes ao trabalho. Já no grupo controle, apesar do percentual de policiais com problemas de sono ser menor (40%), os problemas no trabalho também têm centralidade. Os demais fatores mais apontados são: estresse, ansiedade e ou preocupação; problemas financeiros e problemas de saúde. Estas questões estão presentes em ambos os grupos, embora sejam mais acentuadas no segundo grupo.

Tabela 21 - Teve Problemas com Sono, PMERJ - 2011

Nos últimos 12 meses, o(a) Sr.(a) teve algum problema no sono	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Sim	55	76,39	61	40,13
Não	17	23,61	91	59,87
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 22 - Principal motivo da sua dificuldade para dormir, PMERJ - 2011

Principal motivo da sua dificuldade para dormir	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Problemas financeiros	9	12,50	6	3,95
Problemas no trabalho	22	30,56	23	15,13
Problemas Familiares	2	2,78	3	1,97
Problemas de Saúde	5	6,94	10	6,58
Problemas com Drogas	2	2,78	0	0,00
Estresse, Ansiedade, Preocupação	10	13,89	10	6,58
Outros	1	1,39	1	0,66
Não Informado	4	5,56	8	5,26
Não se Aplica	17	23,61	91	59,87
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

Tabela 23 – Desejos de se ferir de alguma maneira ou pensamentos de que seria melhor estar morto/a, PMERJ- 2011

Desejos de se ferir de alguma maneira ou pensamentos de que seria melhor estar morto/a	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Diariamente	14	19,44	2	1,32
Raramente	24	33,33	6	3,95
Nunca	34	47,22	144	94,74
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

Duas últimas questões se referem aos desejos de ferir a si mesmo e/ou a outras pessoas. Os desejos de ferir a si mesmo ou de estar morto é muito mais freqüente entre os policiais militares do grupo de risco do que no grupo controle, respectivamente 19,5% e 1,32%. No que se refere ao desejo de matar ou ferir outra pessoa, a mesma tendência anterior é observada, entretanto, o percentual de policiais do grupo controle que tem diariamente o desejo de matar ou ferir outra pessoa e bem mais elevado, quando comparado o desejo de ferir a si mesmo.

Tabela 24 – Desejos de matar ou ferir de alguma maneira outra pessoa, PMERJ- 2011

Desejos de matar ou ferir de alguma maneira outra pessoa	Grupo de Risco		Grupo Controle	
	N	%	N	%
Diariamente	21	29,17	19	12,50
Raramente	21	29,17	26	17,11
Nunca	30	41,67	107	70,39
Total	72	100,00	152	100,00

Fonte: Elaboração própria

A partir da análise dos dados, é possível observar que as características sociodemográficas dos policiais do grupo controle e do grupo de risco são bastante similares. Com relação ao perfil profissional os dois grupos também apresentam perfis semelhantes. Somente no último bloco, no qual são descritas as situações estressoras e problemas vivenciados no trabalho são observadas diferenças mais marcantes entre os dois grupos, sendo o grupo de risco o mais afetado pelas situações estressoras analisadas.

Com base na semelhança apresentada por ambos os grupos no que se refere às características sociodemográficas e laborais, se faz necessário o aprofundamento do estudo sobre as questões que diferenciam os dois grupos, a saber – as questões referentes às dificuldades enfrentadas no trabalho e a vivência de situações estressoras.

Dessa forma, analisaremos nas próximas seções os relatos dos policiais militares do grupo de risco, buscando compreender melhor as características de seu trabalho, a dificuldades enfrentadas por estes em seu dia a dia e a descrição das situações apontadas pelos policiais militares como estressoras e facilitadoras

de sua condição de risco. A ênfase no grupo de risco se faz necessária para uma melhor compreensão dos fatores anteriormente pelos policiais apontados com relevantes para sua autoidentificação como grupo de risco. A questão norteadora para a análise das entrevistas deste grupo é: quais as dificuldades e vivências estressoras estão presentes no cotidiano dos policiais militares pertencentes ao grupo de risco?

## **5. A vida intramuros: o trabalho, o estresse e os modos de adaptação à PMERJ**

O estresse, associado às características estruturais de determinadas ocupações, está entre os mais citados preditores de risco de morte por suicídio. Bedeian (1982) & Stack and Wasserman (1992) mostraram que ocupações, nas quais existe relação de dependência de clientes - atividades nas quais os indivíduos lidam diretamente com aqueles a quem atendem e têm contato direto com suas (in)satisfações - são altamente suscetíveis ao risco de suicídio em função do estresse ocupacional.

O estresse ocupacional é um dos elementos centrais do suicídio entre policiais. Existem poucos estudos sistemáticos que explorem a relação entre estresse policial e suicídio, sobretudo, considerando as perspectivas dos próprios agentes. Esta é uma lacuna que o presente estudo pretende preencher. Neste capítulo, serão analisados os principais fatores de estresse presentes na atuação dos policiais militares cariocas e as consequências deste estresse no dia a dia destes agentes.

O estresse policial é um dos fatores de risco de suicídio mais citados por especialistas da área. A agenda de pesquisa sobre o referido tema inclui trabalhos que testaram a relação entre níveis de estresse distintos, suicídio e atividades de polícia. Um estudo recente confirma a relação entre taxas elevadas de suicídio policial e o estresse ocupacional. Frédéric Deschamps et al., (2003) investigaram a associação entre policiamento, estressores potenciais e níveis de estresse nos membros da força metropolitana francesa.

Essa pesquisa considerou grupos de policiais de posições institucionais distintas (policiais responsáveis pelas atividades operacionais e oficiais gestores da cúpula administrativa da instituição). Variáveis sociodemográficas (idade, sexo), características ocupacionais e de saúde e níveis de estresse foram analisadas. Segundo Deschamps et al (2003), os policiais que apresentaram

maiores níveis de estresse ocupacional são aqueles que tinham mais de 15 anos de serviço; sargentos; oficiais que exercem funções administrativas; divorciados, com mais de 30 anos, que não tem lazer em suas horas vagas; e os que não têm hobbies. Os autores concluem que estresse ocupacional na polícia decorre tanto de fatores estressantes do ofício de policial, assim como das características da vida privada.

J P Cummings (1996), por exemplo, pesquisou os determinantes de suicídio entre policiais de oito agências municipais em Illinois. O estudo encontrou uma relação entre estresse policial e suicídio. Fatores organizacionais são um dos preditores relevantes identificados. Entre os aspectos organizacionais indicados, podemos citar: a relação hierárquica entre policiais superiores e subordinados; a alta rotatividade policial, políticas e regras ambíguas; o medo de investigações internas; burocracia e pressão dos seus pares (*peer pressure*).

À exemplo desses estudos, na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, o estresse também é apontado como parte da atividade rotineira. Porém, embora descrito como corriqueiro, o estresse é constantemente mencionado como um elemento desestimulante para o agente, sendo capaz de retrair suas atividades laborais, causar perturbações em sua relação com seus pares e superiores, modificar sua forma de interagir em suas relações pessoais e com seus familiares e, em alguns casos, acometem os agentes da lei com problemas mentais de ordem psicológica e/ou psiquiátrica.

Como analisado na seção anterior, enfrentar dificuldades no trabalho e viver situações estressoras são alguns dos elementos que diferenciam os policiais militares cariocas entre o grupo controle e o grupo de risco, isso foi observado a partir da análise do questionário. As entrevistas de história de vida nos deram a oportunidade de aprofundar ainda mais essas questões, fornecendo um amplo espectro de situações passíveis de análise sobre a atividade policial e seus estressores. Com base na literatura discutida anteriormente e na grande riqueza do material coletado, foram eleitas algumas questões proeminentes sobre o estresse na PMERJ. Os temas de análise serão:

1. A alta pressão exercida sobre os policiais;
2. O medo iminente de falhar;
3. O desamparo da Instituição Policial;
4. A hierarquia militar e as relações internas à Instituição;
5. Más condições de trabalho;
6. A corrupção interna à Instituição e
7. Falta de reconhecimento da atividade policial.

Essas categorias foram construídas com base na leitura e tratamento das entrevistas dos policiais militares cariocas. A literatura sobre o trabalho policial – os papéis de seus membros, suas funções e a forma de organização da instituição – também nos ajudará a entender alguns aspectos estressores dessa atividade. É de fundamental importância observar que as situações aqui descritas estão inter-relacionadas, ou seja, se influenciam e se fortalecem mutuamente. Ao final deste capítulo, também serão analisadas as respostas dos agentes da lei a estas situações estressoras. O principal objetivo é compreender as diferentes formas de adaptação dos policiais militares à estrutura de sua corporação, para tanto, a “*tipologia de modos de adaptação individual*” proposta por Robert K. Merton (1970) orientará e aparecerá no texto como o pano de fundo dessa análise.

### **5.1. A alta pressão exercida sobre os policiais militares**

No mundo do trabalho da pós-modernidade<sup>11</sup>, a multiplicidade de funções

---

<sup>11</sup> Entre as principais características do mundo de trabalho pós-moderno podemos destacar: a estrutura produtiva descentralizada ao redor do mundo; o crescimento exacerbado do setor de serviços; a instabilidade dos postos/funções de trabalho; um achatamento dos valores salariais e; multiplicidade de



e as cobranças constantes que são bases vibrantes para o estresse ocupacional não são exclusividade da atividade policial. Isso nos remete a algumas questões: quais as pressões sofridas pelos policiais em suas atividades cotidianas que são comuns as demais ocupações? Por que a multiplicidade de funções parece impactar mais aos agentes da lei? Que tipo de cobranças (co)movem com mais frequências os policiais militares cariocas?

O estresse da atividade policial é relacionado pelos entrevistados às atividades diárias em geral, a cobrança por resultados está fortemente presente nos discursos dos agentes da lei (Monjardet, 2002). Na atividade fim - trabalho de rua: patrulhamento ostensivo, incursões policiais, atendimento a chamados etc – o policial lida diretamente com a população, sendo esperado do *bom policial* a realização de prisões, atendimento a chamados e apreensões de drogas e/ou produto de roubos.

A imagem do *bom policial* é formada durante o ingresso na corporação. Esse policial é construído idealmente como um excelente combatente, que atua em prol da sociedade, reprimindo o crime, engrandecendo a sua própria imagem e, ainda mais importante, a da corporação policial junto à sociedade. Ser um *bom policial* foi quase sempre descrito no início das entrevistas como um alvo inicial, algo que todo recruta, tendo ele ingressado na corporação por vocação ou não, almeja ser – um valor e/ou uma meta a ser perseguida.

“aí eu cheguei vamos dizer assim, eu entrei não sabendo o que era a Polícia, eu achei que era tudo, da maneira que eu entrei pensando poxa e tal vou querer ser um bom policial e tudo e tal, prender muito vagabundo”. (Subtenente entrevistado da PMERJ)

Entretanto, exercer a função de *bom policial*, com o passar do tempo, se torna uma atividade de alto risco e sobrecarga de estresse. Ao tentar exercer sua

---

funções atribuídas a um determinado indivíduo. (Giddens, A. 1997; Sennet, R. 1999; Sorj, B. 2000; Shin, T. 2008; Siqueira, E. 2001).

função com a excelência descrita durante a formação, o polícia militar se depara com uma série de empecilhos. O primeiro deles é o fato de que as ocorrências de grande visibilidade ocorrem em menor número, ou seja, a maior parte do tempo o policial é submetido a atividades rotineiras, para as quais não é atraído o olhar de reconhecimento dos superiores hierárquicos, nem da sociedade e, muito menos, dos próprios policiais.

Nesse sentido, Bittner (2000) explica que a faceta mais exaltada da atividade policial é o combate ao crime. Ironicamente, a maior parte das atividades policiais está relacionada à manutenção da ordem, os agentes da lei atuam a cotidianamente como mantenedores da paz. Segundo o autor, esses agentes da paz têm de lidar frequentemente em sua rotina com problemas do cotidiano das populações, usando seu conhecimento, treinamento e conhecimento diário para tanto.

“É briga de marido e mulher, é catar mendigo, catar cracudo, é acidente de carro, é assalto, é seqüestro, é briga de família, é um... qualquer coisa que acontece é 190, então o policial tem que, às vezes a gente acha que o policial “ah, ele sabia”, não sabia, não tem a mínima ideia, se a gente pudesse passar assim um filme como é a polícia acho que hoje não teria ninguém” (Cabo entrevistado da PMERJ)

Os policiais são treinados simbólica e materialmente para o combate ao crime (Monjardet, 2002; Bittner, 2000; Muniz, 1999). Porém, no trabalho diário, há uma clara quebra de expectativa entre os valores de combatente a que os policiais são expostos e as atividades exercidas nas ruas. Muitos dos policiais entrevistados apontam que suas ações estão relacionadas aos setores problemáticos da sociedade. Tal qual como o bombeiro, um policial é chamado em situações sociais incendiárias e, a espelho dos garis, lidam com detritos, ou melhor, recolhem a sujeira da sociedade (Paixão, 1982).

“É o que eu falo pra minha mulher “Podia até ser gari, que não é vergonha nenhuma, mas porra, o cara cumpre o horário dele e vai embora “Ah, tá catando lixo”, “Po, e a gente aqui faz o quê?”, catando defunto, droga, arma, cracudo no meio da rua, lidando com vagabundo, levando tiro” (Cabo entrevistado da PMERJ)

Para além das expectativas de ser um bom herói combatente do crime e do mal, descobre-se também que há de se lidar com uma parcela deteriorada da sociedade. Além disto, o *ethos guerreiro* imbricado nos valores policiais torna o policial sempre disposto a uma pronta resposta a seu opositor, comumente descrito e encarado, sendo esse último de implicação mais relevante, como um inimigo a ser combatido. Para o combate a esse rival visto como alguém que milita em uma facção oposta, por esta razão, é necessário agir de forma contundente. Na maioria das vezes, as reações dos policiais:

“está relacionada a um sentido exacerbado de orgulho masculino e da bravura do guerreiro de acordo com os quais insultos e ataques devem produzir uma reação igual, com a esperança de que o medo inspire respeito, e ignorando o fato de isso causa apenas ódio.” (Bittner, 2000:197).

As (re)ações dos policiais ocorrem em espaço público, diante de olhos perspicazes de toda população, de seus superiores hierárquicos e da mídia em geral. Esse é outro elemento apontado como sobrecarga de estresse: a constante vigilância a que estão submetidos os agentes da lei. Por toda parte estão os olhares atentos e críticos da sociedade, o trabalho policial é constantemente avaliado pelos cidadãos e pelos pares.

No caso da PMERJ, os policiais relatam haver um proeminente avaliador interno. A chama *supervisão*, comumente ocupada por oficiais superiores, é a responsável por avaliar a atuação policial quando estas ainda estão em curso. Sobretudo quando se refere a postos fixos de atuação - neste tipo de atuação, o policial não pode se afastar de um determinado ponto fixo, pois, se o fizer o agente pode ser acusado pelo crime militar de deserção. Os policiais cariocas

apontam este tipo de controle como um dos mais importantes estressores em sua atividade.

As situações descritas pelos policiais apontam que, em sua maioria, os pontos fixos de trabalho são locais com pouca ou nenhuma infraestrutura. Apesar disso, não é permitido aos policiais militares que se ausentem destes postos de trabalho sem autorização prévia. Os postos de trabalho fixos e patrulhamento são menos valorizados, a impressão dominante é de que qualquer pessoa poderia realizar este trabalho, não sendo necessária nenhuma expertise ou habilidade (Bittner, 2000:69).

Somado a essa exigência de imobilidade (na ação de presença) e a iminência punitiva da *supervisão*, está o fato de que, na PMERJ, o patrulhamento rotineiro e os pontos fixos são destinados a agentes que estão sendo informalmente punidos ou não estão dispostos a pagar pelos melhores postos de trabalho - mais adiante trataremos melhor sobre este tema da corrupção interna em torno dos melhores postos de trabalho.

“Logo que eu me formei, aí fui servir no GEP, que é o policiamento de estádios, aí fui transferido pra trabalhar na linha vermelha, chamavam de MOVI, a gente trabalhava doze horas na linha vermelha, a gente não podia abordar, a gente não podia fazer trabalho de polícia, essa é que era a verdade, a gente tava ali só pra manter as aparências, manter presença – ó a polícia está aqui. Nisso eu me decepcionei com o comandante, no MOVI ele pegou no meu pé, ele me deixou afastado da minha família por onze dias, eu me decepcionei muito com isso sem razão” (Soldado entrevistado da PMERJ).

Nos casos relatados pelos policiais militares não é incomum que seus direitos mais básicos, como por exemplo: ir ao banheiro, beber água ou se alimentar sejam cerceados pelos responsáveis pela *supervisão*. Relatar a terceiros tais situações tendem a agravar ainda mais as punições informais e o estresse e, conseqüentemente, as frustrações relativas à profissão decorrente destas. Frustração é uma palavra chave para *strain theory* presente nos estudos de

Merton, segundo este autor a frustração é uma das respostas às pressões – este aspecto pode ser claramente observado no discurso dos policiais.

“Ah, isso faz uns quatro anos mais ou menos, quatro ou cinco anos. Eu me decepcionei muito com isso, porque era um local que você pedir pra ir ao banheiro a pessoa demorava de duas a três horas pra te liberar pra você ir ao banheiro. Como é que você pede, e está necessitado de naquela hora fazer a sua necessidade fisiológica, um oficial vai ao seu lugar que você está baseado, pra vê se ele ainda vai te liberar isso me decepcionou muito”. (Cabo entrevistado da PMERJ).

Outro fator descrito como estressor é a impossibilidade policial responder a querela de algum cidadão que passa por seu posto fixo de trabalho. Neste caso, por não poder se ausentar do local, o agente suscita uma grande insatisfação do cidadão, podendo ser acusado pelo mesmo de *prevaricação*. O policial fica entre a cruz e a espada, entre a *supervisão* e a *prevaricação*. É importante ressaltar que este dilema que deve ser resolvido rapidamente, no momento no qual alguma perturbação e/ou crime estão em curso.

A força policial é empregada para deter perturbações sociais, empregando meios coercitivos contra determinados indivíduos. Para tanto, os agentes da lei lançam mão de uma *economia de intervenção*, isto é, sua atuação em campo deve avaliar qual a necessidade de intervenção, a quantidade de força a ser utilizada e as possíveis consequências de seus atos. Essa avaliação requer uma pronta resposta, os policiais são pressionados a agir sem hesitar (Bittner, 2000).

“A vida do policial é muito... Você sofre pressão aqui dentro, sofre pressão aqui dentro, pressão na rua, pressão na rua, aqui dentro, porra, muita cobrança, muita, muita, muita, não tem noção, muita cobrança” (Cabo entrevistado da PMERJ).

A rapidez na decisão a ser tomada, além dos olhares atentos da supervisão e da ameaça da prevaricação, envolve o risco de lesão e/ou morte de um cidadão

e/ou do próprio policial militar. No relato dos policiais é possível observar um espectro perturbador da iminência do erro e da morte. Em seus discursos é constante a frase *ao policial só é permitido errar uma vez*, pois um erro pode leva-lo a exclusão ou a morte. Independe se de fato há esta condição de irrepitibilidade do erro no trabalho policial, seus agentes operam no dia a dia com este fantasma do erro fatal, este tema será melhor abordado na próxima seção.

A exigência de resultados é uma característica comum à atividade policial e as demais ocupações. Com relação à vigilância constante por superiores, é possível observar algumas condições distintas entre civis e militares. Ao contrário de um ambiente não militarizado de trabalho, na polícia, os superiores são membros de uma hierarquia rígida e endógena, capaz de favorecer algumas arbitrariedades. Essa é uma condição descrita como singular pelos policiais militares, pois a esses é negado o direito de tornar público um excesso cometido sem sofrer represálias internas veladas.

A multiplicidade de funções também é uma característica corriqueira entre os diversos ambientes de trabalho atuais. A falta de delimitação de tarefas, entretanto, é o elemento que torna os policiais entrevistados mais queixosos. A indefinição de tarefas é descrita como falta de especialização, o que impele ao trabalho e a seu executor a ideia de que qualquer um pode exercer tal função. As tarefas exercidas pelos policiais em seu cotidiano são múltiplas, comuns e sem grande reconhecimento (Bittner, 2000:167).

As cobranças mais relatadas pelos policiais militares se relacionam a atender as demandas da corporação - ser um *bom policial*, recebendo destaque por suas (re)ações perante seus pares. Por outro lado, é necessário estar atento as poucas oportunidades de se destacar entre seus pares e respeitar as ordens da *supervisão*, sem sucumbir a prevaricação. Nossas indagações iniciais sobre a que tipos de estresse estão submetidos os policiais militares cariocas não foi completamente respondida nesta seção, daremos continuidade a este tema ao tratar os próximos temas analisados.

## 5.2. O medo iminente de falhar

O medo está comumente associado à presença de perigo, seja esse imaginário ou real. A atividade policial é vista como perigosa. Em campo, o agente da lei deve estar sempre pronto para (re)agir as situações de risco que lhes são postas. Os perigos e incertezas da profissão envolvem ocorrências que podem começar de forma simples e ter como conclusão um grande êxito ou gigantesco fracasso. Em seus discursos, os policiais militares da PMERJ se descrevem diante de uma interminável linha tênue entre o “ato de bravura<sup>12</sup>” e a execração social.

Os limiares constituintes da bravura e do erro costumam ser comuns. Por se tratar de uma situação que “ultrapassa os limites normais do cumprimento do dever”, é comum que os policiais não tenham um protocolo pré-estabelecido para lidar com tal situação. A discricionariedade<sup>13</sup> tão presente na atividade policial se faz necessária, é preciso tomar uma decisão e lidar com as consequências.

Mais uma vez é necessário apontar que: estar diante de uma escolha e enfrentar seus revezes possíveis não é, em si mesma, uma particularidade da ocupação policial. Dessa forma, o que pode haver de particular no erro de um policial militar? Quais as consequências individuais e coletivas que sua falha pode acarretar? Como a Instituição (re)age quando um de seus membros comete um engano?

---

<sup>12</sup> Segundo consta no “Regulamento de Promoção de Praças” da PMERJ, um policial militar pode ser promovido de graduação e, conseqüentemente ter seu soldo melhorado, caso seja contemplado pela “Promoção por ato de bravura é aquela que resulta de atos não comuns de coragem e audácia que, ultrapassando os limites normais do cumprimento do dever, representam feitos indispensáveis ou úteis às operações policiais militares, pelos resultados alcançados ou pelo exemplo positivo deles emanados”.

<sup>13</sup> A discricionariedade faz referência aos ajustes práticos das normas a realidade social, isto é, são práticas que os policiais lançam mão durante a realização de seu trabalho de rua. Este assunto foi discutido neste estudo no capítulo 2.

“E se eu errar, eu tenho três situações se eu errar: ou eu vou preso com perda de função, ou eu fico tetraplégico, ou eu vou pro cemitério. Eu não posso errar. Policial militar é uma máquina e é gente como a gente. E só eu sou cobrado”. (Cabo entrevistado da PMERJ).

“Você pega uma arma dessas aí e dá um tiro, às vezes, você não acerta quem você quer acertar, ou você acaba acertando um inocente. Só que a justiça não quer saber, quer saber que você atirou. A imprensa quer saber que você atirou, diz logo que você matou um inocente. Não quer saber se você... Realmente, se você matou alguém, você errou. Mas você pode responder de uma outra maneira. Não, mas eles querem te responder num homicídio doloso, como se você teve a intenção de matar aquela pessoa. E não é isso. Então, hoje em dia, eu tenho muito medo de trabalhar na rua. Gosto, sinto muita falta, sinto falta, mas eu não vou não”. (Sargento entrevistado da PMERJ).

A natureza do erro cometido pelo policial militar não é comum a todas as atividades. Como bem exemplificado pelos entrevistados nos trechos acima, a falha de um destes agentes da lei acomete vidas, seja a sua própria ou de outrem. Se a *economia de intervenção* indica ao policial que é necessário fazer uso da arma de fogo, neste mesmo momento, é facultada a ele a possibilidade de errar (Bittner, 2000). No caso do Rio de Janeiro, historicamente, o pêndulo que rege o *combate ao inimigo e a guerra contra o tráfico de drogas* é direcionado a utilização da arma de fogo e, conseqüentemente, multiplicando erros e vítimas fatais policiais e, sobretudo, civis.

As conseqüências dos erros de um policial militar podem variar em diferentes níveis. Segundo os policiais entrevistados, os resultados mais comuns de uma falha são: 1-punição interna disciplinar, em casos menos graves; 2-julgamento pela justiça comum e justiça militar, nos casos mais graves e/ou de grande repercussão midiática; 3- expulsão da corporação policial militar; 4- sofrer um ferimento grave ou incapacitante e; 5- a morte.

“Você vê, fica com medo de apertar o gatilho, hoje polícia morre por quê? Porque tem medo de apertar o gatilho, porque depois que ele aperta se ele acertar, às vezes você recebe meus parabéns, que foi o caso daquele policial que acertou um tiro na perna daquele cara que matou as crianças lá em Realengo, acertou na perna, quem deu o tiro



na cabeça foi o próprio marginal. Mas se ele erra um tiro ali e acertar numa criança? Meu Deus ele ia ser crucificado, que se dane que ele matou o vagabundo, não interessa que ele deixou, cessou ali a reação do vagabundo que ele ia matar mais crianças e tudo mais, ele errou o tiro e acertou uma criança, é um despreparado, é um animal, é...” (Cabo entrevistado da PMERJ).

É de fundamental importância pontuar essa dualidade recorrentemente descrita pelos policiais militares: duas intervenções de mesma natureza podem, em um piscar de olhos, tornar o agente herói ou um algoz. Diante de todas essas situações, o medo iminente de falhar é parte constituinte da atividade policial.

A estabilidade do funcionalismo público, um dos principais motivadores para o ingresso na corporação, é apontado como algo fictício para os policiais militares de baixa graduação, os praças. Isto porque, consumado o erro, o policial terá de lidar com o *desamparo institucional*. Quando um de seus membros comete um engano, a reação institucional, segundo os policiais entrevistados, é punir e/ou extirpar de seu corpo os membros defeituosos. Dessa forma, embora o *dever do guerreiro* seja uma construção coletiva, a falha em sua *missão gloriosa* recai sobre aquele que não a desempenhou com destreza.

“porque não vale a pena, a gente comete um erro, se você prende, prende e prende se você fizer um desvio de qualquer coisa, a Polícia te prende, tira você da tua família, não apura, não faz uma sindicância não querem saber de nada primeiro querem te prender, e te isolar”. (Soldado entrevistado da PMERJ).

### **5.3. Policiais desamparados pela Instituição Policial**

A polícia militar carioca é uma instituição baseada na disciplina e na hierarquia, um egresso de suas escolas de formação recebe uma clara e definitiva mensagem: ele não é mais um membro comum da sociedade civil, uma vez

formado, se torna um militar – representante de toda uma corporação. Nas palavras de Muniz (1999):

“Como se pode notar, o ethos policial militar apresenta-se a tal ponto internalizado que as suas manifestações soam como algo extremamente normal, natural e corriqueiro para um integrante da força. Por outro lado, ele evidencia - pelo caráter exagerado e ostensivo de sua ritualização, sobretudo quando observado de fora da vida intramuros - que se trata de um conjunto de valores institucionais que é constantemente cultivado e “policiado” por todos os membros da organização. A conduta militar do policial é exercida como uma espécie de patrimônio incomensurável que se recebe, que se preserva e que, fundamentalmente, deve permanecer sendo um bem ambicionado e perseguido ao longo da carreira profissional”. (Muniz, 1999:95).

Ao ingressar na corporação policial militar, os novos membros da instituição são socializados em *outro mundo*. Embora faça parte da sociedade em geral, o ambiente policial é composto por valores, formas de condutas e perspectivas próprias da vida na caserna. No imaginário dos policiais militares cariocas, os mesmos muros que os isolam, também deveriam os proteger das ameaças exteriores e suportá-los diante do erro.

Entretanto, diante de falhas, a corporação tende a responsabilizar os indivíduos por seus atos, negando ao policial militar a qualidade de membro de um corpo. Neste contexto, algumas questões nos parecem relevantes: quais são as principais queixas dos policiais em relação ao desamparo da instituição? Quais situações podem isolar um policial dentro de sua própria corporação? Como esta negação/punição de um membro concorre para manter *imaculado* o patrimônio imagético da instituição?

A instituição policial é caracterizada por regras, interesses e cultura próprios. Esses elementos são pilares fundamentais para formação da identidade policial, uma divisão entre *nós e eles* – pessoas comuns e policiais – é fomentada para dar origem a um exaltado espírito de corporação. Diante das ameaças exteriores, esta entidade corporativa dá origem a uma frente unida necessária a

autoproteção de todos aqueles que partilham desta condição singular que é: *ser um policial* (Monjardet, 2002:199-201).

Segundo os policiais, após ingressarem na corporação, os agentes são fortemente exigidos por serem representantes de uma instituição – é preciso emanar com sua imagem pessoal a disciplina e seriedade presentes na corporação. Muniz (1999) aponta que na PMERJ ocorre uma espécie de ritual de incorporação, o qual implica o “*aprendizado de uma “ordem unida” - que visa a condicionar os cadetes a agirem e a se pensarem como uma fração de tropa sempre engajada, solidária e indivisa*” (p.92). Porém, o descontentamento dos entrevistados, refere-se ao fato de que da perspectiva desses a reciprocidade da instituição não é plena. Quando se encontram em uma situação vulnerável, o corpo militar se exime da responsabilidade de corpo para com seus membros.

Os casos de erro durante a atuação profissional, denúncias sobre abuso ou envolvimento com crime, ser acometido por doenças físicas e/ou mentais e ter de assistir a familiares doentes são as situações mais relatadas pelos policiais militares cariocas como formas principais de desamparo da instituição. É necessário que os policiais lancem mão de seus próprios meios e recursos financeiros para lidar com essas situações e isso é forte motivo de frustração.

“Me decepcionei muito com essa polícia, me decepcionei muito, muito, muito, muito. Eu, na verdade, eu respondo, hoje em dia, um processo por homicídio, me envolvi numa ocorrência policial, a qual resultou na morte de uma pessoa, e assim, fui a júri popular duas vezes, o meu processo ele já passou de R\$ 30 mil, não tenho mais da onde arrancar dinheiro, o mal que isso me causou dentro da minha vida pessoal, familiar quanto profissional, foi um mal muito grande, irreversível, porque você chega uma hora, você começa a perceber que o tempo vai passando, vai passando, vai passando e aos poucos você vai ficando sozinho. uma corporação a qual você se entregou de corpo e alma, aí de uma hora pra outro, quando você mais precisa dela, você precisa dela, você acha que você... ela vai estar de braços abertos para te receber, ela vai estar ali do seu lado para te ajudar, não é assim que aqui funciona, não importa o que você já fez pra trás” (Cabo entrevistado da PMERJ).

A expectativa revelada na fala do entrevistado aponta para o que Bittner (2002) descreve como “solidariedade defensiva”. A existência de uma estrutura única de comando e um mecanismo disciplinar interno produz entre os policiais um sentimento de obrigação recíproca, um tipo de solidariedade mecânica. No imaginário coletivo de nossos entrevistados, quiçá de toda a corporação, devido a todos os riscos a que estão expostos todos os dias em nome da polícia militar, o amparo da instituição em um momento de crise profissional e pessoal, seria um pressuposto, uma retribuição a todo o serviço prestado em seu nome.

Por outro lado, cometer um erro, estar doente ou permitir que seus problemas familiares - separação conjugal, endividamento e morbidade de familiares foram os mais relatados - interfiram em sua atividade policial é estar em dissonância com os pilares da instituição, cujas virtudes dominantes são a bravura, a honra e, acima de tudo, o cumprimento do dever. Viver uma dessas situações favorece o isolamento dentro da própria instituição.

“É difícil. Mas é isso, aqui você não tem. Ninguém chega e te apoia em nada. – Como é que você está? Você está bem? Você tá precisando de alguma coisa? E a tua família como é que está, está precisando de alguma coisa? Você não vê isso” (Sargento entrevistado da PMERJ).

Outra queixa recorrente dos policiais militares é a inconstância de sua função, a estabilidade assegurada ao servidor público não é a mesma para a polícia militar. Segundo os entrevistados, ao contrário do que é veiculado pelos meios de comunicação, a instituição militar age com mãos de ferro no momento de punir seus servidores, sobretudo, quando estes pertencem às bases da corporação.

“você pensava numa estabilidade, hoje com esse tempo, com esse período que eu tou aqui, eu vejo que é uma falsa estabilidade, a polícia militar, você como servidor público, é uma falsa estabilidade, Porque acontece alguma coisa aqui, eles te prendem, abrem um processo, te excluem, e você que prove que você não tava errado, que você não tava roubando, que você não tava nisso” (Sargento entrevistado da PMERJ).

Há relatos de policiais que foram excluídos da corporação antes de ser realizado qualquer julgamento - pela justiça civil e/ou pelo conselho de disciplina própria instituição militar. Outro aspecto relevante é o fato do desamparo institucional ser diretamente proporcional a visibilidade social do problema ocorrido. Como resposta contundente à opinião pública, a instituição policial pune severamente seu agente não somente por seu erro, mas porque sua falha pública expôs à crítica toda a corporação.

É importante ressaltar que, mesmo após a exclusão da corporação, quando são inocentados pelo tribunal de justiça civil, muitos policiais militares conseguem retornar as fileiras da corporação. O único entrave para este reingresso costuma ser a falta de um corpo jurídico que sirva de apoio aos policiais militares. Uma vez suspeito ou acusado de algum crime, é necessário que o policial disponha de recursos próprios para arcar com a defesa e provar sua inocência. Embora esta seja uma situação que acomete a toda população, estes agentes da lei argumentam ser mais vulneráveis a sofrerem processos devido à natureza de sua atividade. Por esta razão, a seu ver, a instituição policial ou o Estado a que servem deveria dispor de um auxílio jurídico específico para seus agentes da lei.

Diferente do que ocorre quando o policial militar comete um erro, não é comum sofrer punição no caso de doenças do próprio indivíduo ou de familiares. Nesses casos, o desamparo mais recorrente é a falta de meios para lidar com a situação segundo os policiais – não são disponibilizados pela corporação recursos médicos, financeiros, nem o tempo necessário para o tratamento de saúde. Muitos relataram a necessidade de aguardar a chegada de suas férias para realizar cirurgias e tratamentos médicos de urgência, tanto deles próprios como de familiares.

É frequente o relato de policiais doentes (ou com familiares enfermos) sendo perseguidos e identificados por seus superiores como problemáticos e indesejados - a estigmatização de policiais doentes será melhor tratada no próximo capítulo deste trabalho. O desamparo da instituição é frequentemente atrelado, pelos entrevistados, ao pouco reconhecimento dado aos policiais

militares, sobretudo, os praças. Esses últimos costumam se referir a PMERJ como dois mundos distintos no interior da corporação, um dos oficiais superiores e outro dos praças, este tema será o cerne da próxima seção.

#### **5.4. A hierarquia militar e a relações internas à PMERJ**

A estrutura de uma organização policial é comumente construída nos moldes das forças militares, baseando-se em valores de masculinidade e patriotismo (Bittner, 2002). Na PMERJ, a organização interna de postos de trabalho corresponde a uma ordenação de autoridade, na qual os oficiais são responsáveis pelo comando, liderança, planejamento e gerenciamento das atividades da corporação. Na ponta oposta, os policiais praças são responsáveis execução de atividades diversas e pelo policiamento ostensivo.

A divisão hierárquica da atividade policial tem como objetivo central a ordenação do trabalho, priorizando a eficiência do serviço prestado a população. No Rio de Janeiro, segundo o regulamento disciplinar da PMERJ aponta-se como manifestações essenciais da disciplina: 1- a correção de atitudes; 2- a obediência às ordens de superiores; 3- a dedicação integral ao serviço; 4- a colaboração espontânea a disciplina interna e a eficiência dos serviços; 5- consciência das responsabilidades e; 6- a rigorosa observação dos regulamentos”<sup>14</sup>. Contudo, ainda segundo o regulamento, “*a subordinação não afeta, de modo algum, a dignidade pessoal do policial militar e decorre, exclusivamente, da estrutura hierarquizada da Polícia Militar*”<sup>15</sup>.

O quadro a seguir melhor explicita os postos e graduações existentes na PMERJ, assim como suas respectivas funções:

---

<sup>14</sup>Trecho adaptado do Regulamento Disciplinar da Policiais Militares do Estado do Rio De Janeiro – Decreto 6579/1983 – Capítulo II, artigo 6.

<sup>15</sup>Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio De Janeiro – Lei Estadual nº443/1981.

### ESTRUTURA HIERÁRQUICA

	POSTOS/GRADUAÇÕES	FUNÇÕES
<b>CÍRCULO DE OFICIAIS</b>		
Superiores	Coronel PM Tenente-Coronel PM Major PM	Comando, liderança, direção e planejamento.
Intermediários	Capitão PM	Gerência e administração; elos de comunicação entre o comando e as Praças
Subalternos	Primeiro-Tenente PM Segundo-Tenente PM	
Praças especiais	Aspirante a Oficial PM Aluno-Oficial PM	Estágio probatório supervisionado Formação para a carreira
<b>CÍRCULO DE PRAÇAS</b>		
Subtenentes e Sargentos	Subtenente PM Primeiro Sargento PM Segundo Sargento PM Terceiro Sargento PM	Execução das diretrizes administrativas e operacionais. Instrução, adestramento e controle das praças. Participação direta nas atividades rotineiras e especiais de policiamento ostensivo
Cabos e Soldados	Cabo PM Soldado PM (classes A, B e C)	Execução direta das tarefas normais e especiais de policiamento ostensivo

**Fonte:** Estatuto dos Policiais Militares - Lei Estadual nº 443, de 01/07/81, complementada pela Lei Estadual nº 1008, de 18/06/1986 *in* Musumeci & Muniz (2000), p:11.

A experiência do trabalho de campo e os relatos dos entrevistados indicam uma realidade bastante diversa das proposições legais oficiais. Cotidianamente, a subordinação dos policiais praças aos oficiais é confundida com subserviência; uma espécie de obediência incondicional é um dos pressupostos de boa relação interna à corporação. A respeito de sua relação com os membros do oficialato, um policial praça explica: “há um abismo que nos separa”. Embora essa seja a fala de apenas um membro da instituição policial, retrata o sentimento coletivo dos praças em relação ao enorme afastamento e privilégios resguardados aos oficiais.

A relação com superiores hierárquicos é descrita pelos entrevistados como uma das maiores fontes de estresse da atividade policial. É importante ressaltar que a cobrança por resultados não é a queixa mais comum, mas sim o controle excessivo que os superiores têm sobre seus subordinados e os revezes que estes tipos de vigilância minuciosa e constante trazem a sua vida profissional e pessoal. Três questões se colocam como fundamentais para compreender o elo entre a hierarquia militar e o estresse na atividade policial: como a hierarquia policial pode ser convertida em opressão por parte dos superiores? Qual o impacto que o (des)mandar dos oficiais têm sobre a vida de seus subordinados?

Como o regimento disciplinar e o caráter militarizado da polícia podem favorecer a perpetuação das situações abusivas no interior da PMERJ?

“Agora, eu vejo aqui, na PM, tudo é um problema; tudo é um problema. Você tem que fugir do seu superior. O primeiro, no meu caso, na minha graduação, tenho que fugir de 12. Hoje mesmo, eu estava falando isso: tem que fugir do sargento, do outro sargento, do capitão... são 12, além da vagabundagem na rua; são 13, na verdade” (Cabo entrevistado da PMERJ).

No trecho em destaque, é possível observar o tipo de relação que pode existir entre praças e superiores dentro da corporação policial, o entrevistado explica ser necessário “fugir de seus superiores”, na mesma medida em que é preciso se esquivar “da vagabundagem”. Embora a fala tenha um tom jocoso, este policial aponta para algo recorrente entre os praças da PMERJ – lidar com seus superiores coloca -os sempre em uma situação de vulnerabilidade.

Comumente a hierarquia militar se converte em opressão pelo poder ilimitado dado àqueles que estão ocupando os mais altos postos hierárquicos da PMERJ. Em tese, o Regimento Interno administra as ações tanto de praças, quanto de oficiais. Porém, a estes últimos é reservado o papel de disciplinar os primeiros e, os comandados de baixa graduação apontam para um constante tolher de seus direitos. Neste sentido, uma ação punitiva não tem um fim imediato - são capazes de gerar uma gama de intempéries nas vidas profissionais e particulares dos praças. Segundo os entrevistados, não há fiscalização efetiva sobre as punições indevidas e relações abusivas que ocorrem internamente.

Os desmandos de superiores se manifestam em forma de castigo. Muitas punições resultam de situações comuns a qualquer atividade laboral: atraso na chegada ao trabalho; desentendimento com algum colega; incompreensão de alguma ordem dada; desacordo em realizar (ou não) uma determinada atividade e; necessidade de sair antes do horário. As consequências, por outro lado, não são comuns a todos os cidadãos. Muitos policiais relataram terem sido presos internamente por uma destas situações, foram privados de ir para casa após o



término do serviço e, em alguns casos, não puderam avisar a seus familiares que estavam detidos no batalhão. Reclamar da punição recebida funciona como agravante, aqueles que o fazem são escalados para os piores tipos de serviço e/ou estão prestes a serem enviados para os batalhões mais distante possível de sua residência. Tais punições generalizadas aparecem como motivos da frustração do policial em relação aos seus superiores e à instituição policial.

“Que você vê, a sacanagem dos caras, normalmente de patente, de posto, porque aqui é graduação pra praça, e posto pra oficiais. Pô, você pra passar por aqui e continuar assim próximo daquela sua vida inicial antes de você iniciar na polícia militar, porra muito difícil, entendeu, aqui você se revolta, você vê a polícia, não é o polícia matar não, você vê a polícia matar o polícia” (Sargento entrevistado da PMERJ).

Ter um desentendimento com um superior torna a vida do policial militar bastante instável. O chamado “bico” é a punição mais comum entre os praças, neste caso, o policial é transferido sem qualquer aviso prévio, no momento que ele chega para trabalhar é avisado que não está mais lotado naquele batalhão e informado o novo local onde deve se apresentar. Esta mudança desorganiza a vida pessoal do policial militar de maneira significativa, muitas vezes o impedindo de: estudar, passar mais tempo com familiares, realizar a atividade extra de trabalho e, em casos mais graves, ser promovido de graduação.

O Regimento Disciplinar é descrito pelos entrevistados como arcaico, um dos pilares da hierarquia punitiva presente na polícia militar carioca. O Regimento possui uma listagem de 125 transgressões passíveis de punição. Dentre essas, algumas aparecem nos relatos dos policiais como meios facilitadores para que as situações internas abusivas se perpetuem:

Frequentar ou fazer parte de sindicatos ou associações profissionais com caráter de sindicatos ou similares;	Autorizar, promover ou tomar parte em qualquer manifestação coletiva, seja de caráter reivindicatório, seja de crítica ou de apoio a ato de superior;
Simular doença para esquivar-se ao cumprimento de qualquer dever policial militar;	Afastar-se de qualquer lugar em que deva estar por força de disposição legal ou de ordem;
Portar-se sem compostura em lugar público;	Não cumprir ordem recebida;
Apresentar-se desuniformizado, mal uniformizado ou com o uniforme alterado;	Dirigir-se, referir-se ou responder de maneira desatenciosa a superior;
Penetrar o policial militar, sem permissão ou ordem, em aposentos destinados a superior ou onde esse se ache;	Usar, quando uniformizado, barba, cabelos, bigode ou costeletas excessivamente compridos ou exagerados, contrariando disposições a respeito.

A queixa sobre a inexistência de canais para diálogo e escuta é constante no relato dos policiais entrevistados. Como vemos na listagem acima, é vedado aos policiais o direito de associação, assim como, é passível de punição fazer parte de qualquer tipo de manifestação de caráter reivindicatório ou de crítica dos atos de superiores hierárquicos. A aparência do policial, seu comportamento em público e o trato com superiores também estão listados como critérios punitivos. É importante ressaltar que, o superior hierárquico é o responsável por decidir se a aparência, a conduta pública e/ou trato com superiores foram (in)adequados, estando também a cargo deste determinar o tipo de punição que seu subordinado irá receber.

“Mas vou colocar 80% que tem que ser aquilo, a gente sabendo que vai dar coisa, vai dar errado, mas é uma ordem, e a gente tem que cumprir aquela ordem; então, é complicado. Aqui dentro é complicado. Eu costumo dizer que aqui dentro é uma ditadura. (...) a gente não tem direito de greve; pelo militarismo, não tem direito de greve, a gente não pode reivindicar nada” (Cabo entrevistado da PMERJ).

Ter o direito a greve vedado não é exclusividade da polícia militar carioca. Ao tratar o tema do sindicalismo policial, Monjardet (2000) explica que os

direitos sindicais dos policiais foram conquistados tardiamente e ainda são restritos de muitas formas, sobretudo, no que concerne ao recurso à greve como forma de reivindicação de melhorias nas condições de trabalho. Apesar das limitações, a existência dos sindicatos policiais é defendida com afinco, pois sua atuação reivindicatória foi responsável por importantes melhorias na remuneração e nas condições de trabalho.

Bittner (2002) ao tratar da rigidez das instituições policiais argumenta ser “característico da postura da instituição militar que ela seja tão severa consigo própria como é com seu inimigo” (p.142). Os relatos dos policiais militares entrevistados corroboram a proposição do autor, apontando a inexistência de meios para denunciar situações degradantes a que estão submetidos. É obrigatório cumprir as ordens, caso contrário, o policial terá de lidar com as represálias de seus superiores.

A disciplina e a hierarquia mantêm os policiais praças submetidos a seus superiores, o regimento assegura punição severa àqueles que transgridem as regras. Neste contexto, elementos estressores importantes - como, por exemplo: as más condições de trabalho; a corrupção interna; a incompreensão de sua própria atividade e a falta de reconhecimento da atividade policial - se diluem no agregado da obediência silenciosa, porém seus efeitos estão presentes na frustração, no desânimo, no retraimento e no adoecimento de alguns policiais militares.

### **5.5. Más condições de trabalho**

O primeiro contato dos policiais militares com a precariedade da estrutura da corporação é durante o treinamento. Os policiais entrevistados, em sua maioria praças, descrevem o momento de ingresso na corporação como dúbio – ao mesmo tempo em que são embriagados com valores de um destemido e imponente agente da lei, são expostos há um ambiente precário, cujos cuidados

de limpeza e manutenção estão sob a responsabilidade dos novos recrutas, a alimentação é de baixa qualidade, assim como os alojamentos. O armamento também é antigo e as munições escassas. Esta seção tem como objetivo responder a uma questão principal: como as condições precárias de trabalho afetam a atividade policial militar?

As más condições de trabalho acompanham os policiais após sua formação. A estrutura da maior parte dos batalhões é antiga e não passa por manutenção, muitos postos de trabalho não dispõem de banheiro, nem área adequada para descanso e alimentação. Sabemos que ter condições precárias de trabalho não é exclusividade da força policial, mas é importante ressaltar que as situações acima descritas são incrementadas pelas rígidas relações internas da corporação. Em muitos casos, os policiais militares relatam terem sido impedidos de se ausentar do local de trabalho para se alimentar, usar o banheiro ou descansar.

A baixa remuneração e os “serviços extras” foram reclamações unânimes entre os policiais militares entrevistados. O “serviço extra” é frequentemente descrito como uma enorme fonte de estresse, capaz de acirrar enormemente as precárias condições de trabalho. As escalas extras de trabalho ocorrem sem aviso prévio - o que desorganiza suas atividades externas à corporação. Além disso, este tipo de serviço não é remunerado e ocorre frequentemente em datas festivas.

Outro fator estressor neste tipo de atividade é ter uma natureza diferente daquela que o agente está habituado, isto é, o “serviço extra” pode ocorrer em outro batalhão, em jogos de futebol, festas e grandes eventos. Nessas situações, policiais que trabalham internamente são colocados no trabalho de rua e alguns têm suas restrições médicas desrespeitadas – dentre elas: não usar coturno, não passar muitas horas em pé em ponto fixo e, ainda mais grave, não portar armas de fogo. Alguns entrevistados argumentam que desconhecer previamente o local e a atividade a ser executada torna os policiais mais vulneráveis a cometer erros e a serem vitimizados.

“Segunda foi enterro de um colega aqui, ele foi escalado no Rock in Rio e trabalhava aqui na parte administrativa e o que acontece; assim como todos nós, ele trabalha com imagem eu trabalho com imagem, com notícias então o estado quer tapar o buraco, você não tem um efetivo suficiente então tem um mega evento como Rock in Rio, é um evento particular, só que a responsabilidade do policiamento externo é da Polícia Militar, então você é escalado fora do seu ambiente de trabalho (...) quer dizer você sai do seu ambiente natural de trabalho em que você atua; uma coisa que você está rotineira na massa do sangue. Escalaram um colega lá no Rock in Rio, ele pagou com a vida na segunda feira. Ele morreu. Ele tirou o serviço dele lá à noite, quer dizer o serviço nosso é aqui durante o dia, ele tirou serviço no Rock in Rio à noite cinco e meia da manhã vindo embora pra casa foram assaltar a moto dele morreu; tava com a farda dentro da bolsa né, com a arma na cintura você é obrigado a se deslocar com o seu fardamento, porque a gente foi pro Batalhão 31 na Barra, você não tem armário no batalhão, obrigatoriamente você tem que ter um carro ou ter algum lugar pra você guardar o seu fardamento, quer dizer a corporação, a instituição não respeita o seu profissional. Você tem minimamente uma condição de trabalho, um armário, um local pra você fazer uma refeição” (Cabo entrevistado da PMERJ). .

O relato acima descreve um “serviço extra” que terminou de forma trágica. Embora esta não seja uma situação tão frequente, pelo menos não entre os nossos entrevistados, expõe com clareza como funcionam as escalas extras e exemplificam as limitadas condições de trabalho na PMERJ. Em contraposição à falta de estrutura existente na instituição, os policiais militares são cobrados pelo cumprimento satisfatório de suas atividades.

Policiais militares entrevistados relataram a necessidade de disponibilizar recursos próprios para: comprar materiais de escritório; adquirir coletes a prova de armas de fogo e armas não letais e consertar e abastecer viaturas. Essas situações foram comumente associadas ao receio de serem punidos por não realizarem um bom trabalho e/ou estar inventando motivos para não cumprir a ordem de um superior. Segundo os relatos, também é comum os policiais militares pedirem favores a comerciantes para obter estes materiais sem comprometer sua própria renda, em troca, oferecem policiamento privilegiado e/ou futuras compras de materiais.

“Você vê, fardamento, você não ganha fardamento; você trabalha no DPO onde você não ganha uma lâmpada, você tem que... dar-se um jeito. E a administração. Agora a viatura é terceirizada; antigamente, não te dava um litro de óleo pra colocar na viatura; você ficava num DPO cinco anos com a viatura, sem ganhar um litro de óleo do estado” (Cabo entrevistado da PMERJ).

Na polícia militar carioca, o estresse gerado pelas más condições de trabalho está intimamente relacionado às relações internas a instituição. Como discutido na seção anterior, não há canais de diálogo, nem meios de expor suas reclamações e necessidades. Dessa forma, ainda que a infraestrutura não seja fornecida de forma satisfatória, os resultados do trabalho dos agentes nas ruas devem ser proeminentes. Para não ter que lidar com estas situações, alguns policiais militares *optam* por melhores postos de trabalho, ou melhor, pagam por eles. A troca de favores, a venda de postos de trabalho e o favorecimento dos apadrinhados são os temas da próxima seção sobre a corrupção interna à PMERJ.

## **5.6. A corrupção interna à Instituição**

A imagem da instituição policial é constantemente associada à prática de diferentes tipos de corrupção. O contato frequente com a população, sobretudo, aquela envolvida em práticas ilegais, favorece a exposição dos agentes da lei às oportunidades de corrupção. A realização do policiamento ostensivo sempre é descrito como meio mais fértil para prática da corrupção, nas palavras de Bittner (2002):

“É difícil imaginar uma profissão em que há mais oportunidade e maior tentação de corrupção do que o policiamento. Isso fica mais óbvio no policiamento criminal, em que um policial tem apenas que olhar para o outro lado para receber uma propina. Claramente, algumas tarefas estão mais expostas ao risco de corrupção do que outras – por exemplo, aqueles policiais envolvidos com drogas, prostituição e jogatinas” (p.37).

É interessante observar como a corrupção policial está constantemente associada à existência de uma tentação externa, alimentada pela fraqueza moral de alguns agentes da lei. Manter os policiais reclusos à caserna e reduzir significativamente a convivência social com os meios mais deteriorados, possibilitaria um maior controle disciplinar e hierárquico sobre suas ações, resultando disso um menor número de oportunidades de ceder à corrupção (Muniz, 1999).

Entretanto, nenhuma dessas estratégias seria eficaz quando os atos corruptores têm origem no seio da própria instituição. Nesta seção abordaremos o tema da corrupção interna a PMERJ, analisando dois pontos principais: como a corrupção influencia as relações de trabalho no interior da corporação policial? De que maneira a existência de uma corporação internamente corrupta pode tornar a atividade policial mais estressante?

A corrupção foi descrita pelos policiais militares entrevistados como uma característica estrutural da corporação. Tanto nas bases, quanto nos mais altos postos da instituição policial são observadas práticas corruptas. Em alguns batalhões as relações de trabalho estão organizadas em torno de transações pecuniárias. Segundo os relatos, a maioria dos benefícios obtidos pelos policiais no interior dos batalhões é concedido somente mediante pagamento. É importante apontar que nem sempre os favores reivindicados são da ordem da ilegalidade - muitos policiais disseram pagar para conseguir tirar folgas e/ou férias; não serem escalados seguidamente em serviços extras e; ter uma escala de trabalho fixa para conseguir estudar fora da corporação<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Ao trabalhar a questão da corrupção interna a PMERJ, não podemos ignorar o conceito de “Mercadoria Política” proposto por Misse (2010). Segundo o autor, a participação de diferentes atores sociais nestas ações extralegais pode ser explicada: “em parte constrangida pelo poder e pela autoridade ou violência do outro, em parte decorrente do interesse em fazer a transação daquele que aceita participar da troca negociada, a mercadoria política aparece como o recurso mais importante para obter vantagens econômicas e políticas nas margens do mercado regulado pelo Estado” (p.103).

“A pessoa pensa que o policial é corrupto, o policial é corrupto, porque ele é corrompido aqui dentro, a maior corrupção da Polícia Militar tá aqui dentro, sabia? Se a senhora quiser trabalhar num serviço bom, a senhora tem que pagar por aquele serviço, é pago, não é de graça. Eu, eu, eu falo muito... É só... Quer ver a realidade da polícia hoje? Tropa de Elite um e dois, é a realidade da polícia aquilo, é a realidade da polícia, a maior corrupção tá aqui dentro, então isso faz com que os policiais se corrompam lá fora” (Cabo entrevistado da PMERJ).

Lidar com um ambiente corrupto é algo constante na atividade policial militar carioca. A convivência entre os pares da PMERJ costuma ser conflituosa quando pagamentos são requeridos em troca de benefícios. Foram relatados diferentes casos de acusações mútuas, desentendimentos e ameaças veladas. Os policiais que não querem se envolver em atividades corruptas enfrentam percalços – estão sempre sob a vigilância dos corruptos; têm suas escalas de trabalho modificadas com frequência e ocupam os piores postos de trabalho.

“o que acontece na polícia é o seguinte: há muita covardia com relação a dinheiro, entende? Às vezes o policial quer ficar em casa, ele vai, perde o dinheiro, perde lá R\$ 100,00, R\$ 200,00, aí, tem que botar alguém no lugar dele, porque o buraco não pode ficar vazio. se um policial, ele não quer trabalhar, ele pega, vai na sargenteação<sup>17</sup>, e dá lá R\$ 200,00: Ó, não quero trabalhar domingo; só que o setor dele não pode ficar vazio, alguém tem que trabalhar naquele setor. Aí o que é que o cara faz? Te liga, e fala: Ó, tu está de serviço extra domingo (Sargento entrevistado da PMERJ).

Entre os policiais entrevistados, há três explicações principais para a corrupção interna na PMERJ: 1- a supervalorização do dinheiro; 2- a necessidade de lidar com a escassez de recursos na instituição e; 3- assegurar a si mesmo melhores condições de trabalho. O primeiro caso parece ser o mais comum e o menos aceitável internamente, os policiais militares que têm a arrecadação de dinheiro ilícito como prática corriqueira foram descritos como “*bandido*

---

<sup>17</sup> “Sargenteação” é o local onde estão os superiores imediatos dos praças – principalmente, sargentos e subtenentes – pessoas responsáveis pela escala de serviço, dispensas, indicação do local de trabalho e atividades a serem realizadas.



*disfarçado de policial*”. Por outro lado, atitudes que envolvam conseguir materiais para a corporação junto a comerciantes, pagar por uma escala melhor ou obter uma folga extra são reconhecidas como extralegais, porém, não recebem a mesma reprovação moral.

Independente das práticas corruptas serem mais ou menos aceitas nos discursos dos policiais há ampla concordância sobre um fato: estas ações configuram uma fonte adicional de estresse na atividade policial. Muitos policiais se descrevem como desanimados, impotentes e omissos diante desta conjuntura corrupta e corruptora arraigada no interior corporação – *“isso é tudo contaminado”*, aponta um dos entrevistados. Driblar as investidas da corrupção interna se torna uma prática diária e, segundo um dos entrevistados, desperta os piores sentimentos de um ser humano.

“Porque eu trabalhava no patrulhamento de praia, bom resumindo era pra ficar passeando na praia de quadriciclo de bermuda e tênis. Só me entristecia é que dentro desse meio têm pessoas que se parasitam e percebem que você está bem ali, que aquilo ali é bom pra você e, querer se aproveitar disso e, querer tirar proveito disso – Você está bem aonde você está? Tá gostando? Então tem que me dá um dinheiro pra continuar aí. Eu vou ter que pagar pra ficar trabalhando! Só porque eu me enquadrei nessa, tá entendendo. Aí aquela situação desperta em você o pior que você tem dentro de você. Por exemplo, de você matar um cara desse. Eu pensei em matar – pô merda o cara querendo dinheiro pra eu trabalhar onde eu estou feliz! Aí foi aonde aconteceu isso, não eu vou sair disso que isso não presta é uma instituição doente, é uma corporação doente. Porque a corrupção tá no meio disso aqui, tá em tudo” (Cabo entrevistado da PMERJ).

Uma instituição internamente corrupta gera em seus membros uma imagem autodeteriorada. Os policiais da PMERJ estão sujeitos a uma grave dissociação de valores – os valores de um bravo guerreiro contra o crime lhe foram imbuídos, porém, aqueles que deveriam assegurar o cumprimento da lei são os primeiros a praticar atos ilícitos contra seus próprios pares.

Este espectro negativo ultrapassa os muros da corporação, os entrevistados afirmam que independente de seus esforços para prestar um bom serviço, no

discurso midiático e no imaginário da população, a atividade policial é corrupta e contaminada - não há qualquer reconhecimento de seus esforços e dedicação. Estes pontos nevrálgicos da falta de reconhecimento e a incompreensão de suas próprias atividades serão abordados na próxima seção.

### **5.7. Falta de reconhecimento da atividade policial**

Uma imagem deteriorada - este traço da atividade policial é amplamente abordado por diferentes autores (Bittner, 2000; Monjardet, 2002; Paixão, 1982). Ter o desprezo e a desconfiança de grande parte dos cidadãos favorece o isolamento dos policiais militares, somente aqueles que partilham de sua *missão gloriosa* são capazes de compreender e partilhar suas aflições. Entretanto, ao empenhar sua própria vida em meio a tantos riscos diários, os policiais militares almejam ser reconhecidos, se não pela população em geral – que é incapaz de compreender a amplitude de sua dedicação, ao menos por seus pares e superiores com os quais eles partilham “*o fardo que é vestir uma farda*”.

O baixo reconhecimento dado às atividades policiais não é uma temática nova, “*a aparência visivelmente mordaz do policial esconde um grande descontentamento, desmoralização e uma qualidade marginal de trabalho*” (Bittner, 2000:151). Sob esta perspectiva, nesta seção serão analisadas as principais queixas dos policiais militares cariocas com relação ao pouco reconhecimento de seu trabalho, tanto internamente – por seus superiores hierárquicos, quanto externamente – pela sociedade em geral. Mais relevante do que listar uma série de queixumes será compreender a seguinte questão: como o baixo reconhecimento de sua atividade pode se tornar um poderoso estressor - um estopim para que alguns policiais militares apresentem um comportamento desviante dos valores primaciais de sua corporação?

A multiplicidade de funções do trabalho policial é normalmente relacionada à baixa especialização de seus agentes. Os agentes da lei separam

brigas familiares, patrulham as ruas, aconselham jovens problemáticos, fazem segurança de grandes eventos, etc. Por se envolverem em tantas atividades corriqueiras e, sobretudo, lidar com membros dos círculos mais pobres da sociedade, as ações policiais têm baixo status profissional. De acordo com a opinião pública, com exceção de saber manusear uma arma de fogo, a realização do trabalho policial parece não requerer nenhum tipo conhecimento especializado ou habilidade especial (Bittner, 2000).

“Mas eu vou falar: me decepcionei um pouco com a polícia, porque você não tem o valor que a gente espera que quem comanda a gente dê pra gente, que a sociedade dê pra gente. A gente não vê isso, como é que eu vou dizer pra senhora, eu não vejo a sociedade me valorizar” (Soldado entrevistado da PMERJ).

A sociedade e a instituição policial se empenham em estabelecer uma relação de afastamento mútuo. Aos olhos da sociedade, o trabalho sofre com uma espécie de contaminação por contato - em todos os casos de desordem, acidentes graves, mortes violentas, crimes bárbaros e perversidade a figura do policial está presente (Bittner, 2000; Paixão, 1982). No caso do Rio de Janeiro esta situação é ainda mais delicada, pois não são raros os casos nos quais os policiais não estão apenas envolvidos nas ocorrências, mas são os principais algozes.

Os agentes da lei não se mantêm incólumes dessa relação mutuamente hostil. Muitos dos policiais entrevistados explicam ter modificado grande parte de sua vida pessoal após o ingresso na corporação – não frequentam mais lugares públicos, nem participam de festejos familiares. Ser identificado publicamente como policial militar, não somente pode colocar sua vida em risco, mas também costuma causar desgastes em sua autoimagem. O ideal que se sobressai na sociedade é: “se alguém não deseja ter o trabalho de se tornar alguém que valha a pena, ele sempre pode se tornar um policial” (Bittner, 2000:177). Nesse sentido, o policial de partida já seria alguém que busca atingir as metas sociais por outros meios. Impedido de ser bem sucedido na sociedade civil, ele buscaria inovar e ser

bem sucedido empreendendo uma carreira policial. Mas como policial ele acaba mal visto pela sociedade civil, vivendo, neste caso uma dupla frustração.

“no nosso Estado, pelo menos, aonde a nossa presença incomoda. Ao invés de trazer segurança, trazer paz. Na verdade é uma presença que incomoda, que atrapalha. A gente sente que a gente tá sobrando, é alvo de preconceito. Eu me sinto alvo de preconceito da comunidade” (Sargento entrevistado da PMERJ).

É fácil supor que, diante desses olhos sequeiros por condenar dos cidadãos, os policiais militares construíssem para si uma rede de apoio no seio da própria corporação. Esta suposição, entretanto, não se sustenta ao analisar os relatos dos entrevistados. Há muitas cisões no interior da PMERJ, além de uma divisão clara e permanente entre oficiais e praças, os batalhões são permeados por acirradas disputas internas pelas poucas oportunidades existentes – segundo os entrevistados, as relações interpessoais influenciam mais as possibilidades de promoção do que “prestar um bom serviço” e/ou “ser um bom policial”. *“No trabalho policial, comparado a qualquer outro trabalho, inevitavelmente, interessa menos “o que você sabe” do que “quem você conhece”*” (Bittner, 2000:166<sup>18</sup>).

“a polícia é muito desunida, a polícia pra mim, eu há 10 anos na polícia eu vejo isso é uma das classes mais desunidas que existem. É muito... Auto... Não é autossuficiente, pra nada, é muito eu, tá bom pra mim, problema, pro resto que tá lá na rua, tou aqui dentro no ar condicionado...” (Cabo entrevistado da PMERJ).

A falta de reconhecimento foi descrito pelos policiais militares como um de seus mais importantes estressores e desmotivadores. Segundo os entrevistados, sempre que possível a sociedade ignora sua existência, já seus pares/superiores

---

<sup>18</sup>Estas relações de personalidade que permeiam as organizações policiais também é um ponto abordado por estudiosos da polícia brasileira, dentre eles, Kant de Lima (1997; 2003) e Paixão (1980;1982).

os tratam como: “um número”. Esses agentes não são dotados de individualidade, não despertam empatia e são facilmente substituíveis. *Servir e proteger* uma sociedade (e/ou uma corporação) incapaz de reconhecer e retribuir seu esmero perde o significado para alguns policiais.

No interior da corporação os policiais militares se disseram expostos a: alta pressão por resultados; medo de falhar; desamparo institucional; uma hierarquia rígida e opressora; más condições de trabalho; imponente corrupção interna e; falta de reconhecimento. A luz da *tipologia de modos de adaptação* de Merton (1970), a próxima seção analisará as formas mais comuns de adaptação descritas pelos policiais militares entrevistados da PMERJ. Ao deixarem de agir como “combatentes”, quatro caminhos possíveis foram indicados pelos agentes: se render a corrupção; se tornar omisso; ficar isolado no interior da corporação ou deixar a instituição policial militar.

## **5.8 Os Modos de Adaptação à vida na PMERJ**

Como os indivíduos se inserem na estrutura social quando há disjunção entre as metas estabelecidas e os meios legítimos de alcançá-las? Esta questão norteia o estudo de Merton (1970) sobre a estrutura social, a anomia e o comportamento desviante. A proposição mertoniana indica que os indivíduos estão sujeitos a diferentes pressões conforme o tipo de estrutura social e optam entre diferentes modos de adaptação individual a esta. Este desvio, entretanto, não é resultado de uma patologia individual, nem deve ser atribuído a um traço de personalidade – para entender um comportamento desviado é necessário compreender a estrutura na qual esta (re)ação está imbricada.

A *Tipologia dos Modos de Adaptação Individual* proposta por Merton (1970) é representada pelo seguinte esquema:

<b>Modos de Adaptação</b>	<b>Metas Culturais</b>	<b>Meios Institucionalizados</b>
<b>I. Conformidade</b>	+	+
<b>II. Inovação</b>	+	-
<b>III. Ritualismo</b>	-	+
<b>IV. Retraimento</b>	-	-
<b>V. Rebelião</b>	±	±

Fonte: Merton (1970:213).

Como vimos anteriormente, os cinco tipos de adaptação estão esquematizados a partir de três símbolos que indicam: “(+) aceitação; (-) rejeição e; (±) rejeição de valores predominantes e sua substituição por novos valores” (Merton 1970:212). No presente estudo, a tipologia mertoniana passou por uma adaptação. As proposições do autor serão aplicadas não a uma sociedade, mas à Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro – uma instituição dotada de valores, metas e meios próprios (e nesse sentido pode ser pensada enquanto tal). O esquema acima, quando aplicado a microssociedade policial, será uma ferramenta para compreender como os policiais militares entrevistados se adaptam a sua instituição, ou melhor, de que forma esses sujeitos respondem as discrepâncias entre fins e meios existentes no interior de sua corporação.

Uma primeira forma de adaptação é a conformidade, descrita como uma estabilidade entre metas culturais e meios institucionalizados. Na polícia militar carioca, este tipo de adaptação é corporificada pela figura quase mítica do *combatente*. Estes indivíduos acreditam plenamente em sua *missão gloriosa* de combate a criminalidade, também há confiança de que a corporação é capaz de prover os meios para realização dessa meta. Segundo os entrevistados, os *combatentes* costumam ser encontrados nos cursos de formação e nos anos iniciais de trabalho, isso porque, com o passar do tempo, os *combatentes* se tornam figuras raras.

O comportamento inovador ou desviante adere fundamentalmente ao ideal de êxito, não há preocupação se os meios a serem utilizados serão ou não os

legítimos. Quando os fins são a prioridade, pode ser necessário burlar regras e correr riscos. Na PMERJ, assim como apontado por Merton (1970), este tipo de adaptação é comumente adotado por indivíduos astutos, policiais dispostos a agir na ilegalidade para alcançar um determinado objetivo. Este comportamento desviante predomina entre os policiais cujo desejo é “se dar bem” - ter acesso aquilo que nem todos podem ter. É importante ressaltar que, o grupo de *inovadores* da PMERJ não é composto apenas pelos policiais que recebem dinheiro ilícito, cujo objetivo central é ter sucesso pecuniário. Todos aqueles que criam meios para burlar a estrutura policial de baixas oportunidades – por exemplo, os militares que pagam por folgas, pelas melhores escalas ou para ter acesso determinados postos de trabalho - também podem ser enquadrados neste grupo inovador.

O ritualista é aquele que opta por abandonar ou reduzir as elevadas metas culturais, mas mantém consigo a obediência às normas institucionais. Grande parte dos entrevistados se descreve como adepto do ritualismo ou, em sua própria definição, *um policial omissos*. As atividades de trabalho diário são realizadas com decoro, porém não são dotadas de entusiasmo, expectativas, nem muito esmero. O policial omissos estabelece para si uma rotina segura, suas decisões têm como alvo “dosar seu esforço no dia a dia”.

Este tipo de comportamento é comum entre os policiais militares que vivenciaram diferentes situações de frustrantes – dentre elas: sofreram algum ferimento ou ficaram doentes, mas não receberam o apoio que esperavam; foram acusados por algum crime/transgressão e tiveram o direito de defesa negado; se sentiram injuriados pelos abusos de superiores; precisam assistir a um familiar, mas foram impedidos ou punidos e se empenharam em alguma ocorrência exitosa, com risco de morte, sem receber qualquer tipo de reconhecimento (interno e/ou externo a corporação).

Merton (1970:224) afirma que “as altas aspirações convidam à frustração e ao perigo, ao passo que as aspirações mais baixas produzem satisfação e segurança”. Para alguns entrevistados participar de corrupção não é uma opção, estas atividades seriam execráveis diante de seus valores morais. Por outro lado,

suprimir os ímpetos do combatente também não é exatamente uma forma de satisfação. Entretanto, ao considerar o quanto sua existência na corporação pode ser fugaz e seu material humano substituível, se tornar um *policial omissa* surge como um ato de autopreservação.

A rejeição das metas culturais e dos meios institucionais indica a opção do indivíduo por um comportamento retraído, este tipo de adaptação é menos comum (Merton, 1970). O retraimento torna o indivíduo um excluído do sistema vigente - alguém incapaz de se ajustar as normas e/ou almejar as metas socialmente (com)partilhadas. Na polícia militar carioca, este tipo de comportamento também é pouco frequente. Contudo, entender o caminho percorrido por um agente da lei até adotar este tipo de (re)ação é um principais objetivos deste estudo.

O policial militar retraído não tem mais como meta ser um *combatente*. Agir como *inovador*, utilizando a rota ilegítima da corrupção, também não lhe parece um caminho viável. Para se tornar *ritualista*, ou melhor, *omissa* seria necessário se submeter a normas institucionais com as quais o policial não consegue mais compactuar. A última e única via a ser tomada é o *retraimento* – uma fuga completa.

Um policial militar retraído pode ser entendido como um resultado extremo para o fracasso continuado. Na PMERJ, os meios institucionalizados oferecem poucas oportunidades de ascensão na carreira, baixo reconhecimento e um cenário interno altamente competitivo. Sujeito a essas condições ambientais adversas, alguns policiais militares fracassam repetidas vezes, ao tentar se tornar um *exímio combatente do mal*, como resposta ao insucesso destroem a possibilidade de manter consigo as metas apregoadas pela corporação militar.

Muitos entrevistados mencionaram ter ingressado na corporação militar por falta de boas oportunidades de trabalho no *mundo civil* – atuar como um agente da lei lhes pareceu uma opção satisfatória para obter estabilidade financeira. Neste contexto, abandonar a atividade de policial militar é o prenúncio de um fracasso completo. O retorno ao trabalho civil é frequentemente



descrito como um enorme obstáculo ou uma impossibilidade, sobretudo, entre os policiais mais velhos e com menor escolaridade.

O policial retraído se torna um indesejado no interior da corporação, sujeito a transferências constantes de posto e/ou batalhão de atuação. Por não (com)partilhar os objetivos e, principalmente, não ser apto a obedecer às normas institucionais, este indivíduo é tachado como desviante e como problemático. Seus pares o chamam de “maluco” e seus superiores, sempre que possível, os repassam ao comando de outrem. No interior da PMERJ, restam poucas alternativas aos indivíduos descritos por Merton (1970) como “deserdados sociais” – 1. ocupar os piores postos de trabalho, sofrendo com os estigmas de alguém que ousa repudiar os estimados valores da corporação; 2. conseguir meios de reverter sua atual condição ou; 3. abrir mão de sua própria existência.

O rompimento dos policiais militares retraídos também pode ser analisado sob a perspectiva do suicídio anômico proposto por Durkheim (2004). Segundo o autor, as atividades laborais atuam como relevante construtor de uma identidade comum, transmissor de valores e, caso fossem desenvolvidas de maneira adequada, poderiam fazer com que as “relações entre eles e o grupo de que fazem parte fossem tão estreitas e contínuas, que nasceriam sentimentos de solidariedade” (Durkheim, 2004:498). Em contrapartida, o rompimento de tais laços submeteria o sujeito a uma vida desregrada cujos laços de solidariedade se tornariam frouxos e ineficazes.

Por fim, a rebelião é um modo de adaptação no qual os indivíduos propõem uma nova estrutura social. Para tanto, é necessário um completo afastamento dos objetivos dominantes e dos padrões vigentes (Merton, 1970:229). Entre os policiais entrevistados da PMERJ, há muitas críticas sobre a estrutura arcaica, os objetivos demasiado elevados, a falta de reconhecimento e a necessidade de ser implementada uma reforma institucional. Entretanto, não foram feitas propostas para sua completa transfiguração. Entre os policiais militares entrevistados, o único comportamento que mais se aproxima da rebelião é a possibilidade de deixar a corporação – se tornar um ex-policial.

O quadro a seguir organiza de forma sintética as principais características da tipologia de Merton e os modos de adaptação apreendidos dos discursos dos policiais militares cariocas.

		<b>Tipologia de Merton</b>	<b>Tipos de Adaptação dos Policiais Militares</b>
<b>Modos de Adaptação</b>	I. Conformismo	Metas e meios em equilíbrio: comportamento modal.	<b>Combatente do Mal:</b> padrão exaltado pela corporação – é comum entre: recrutas; jovens policiais, e batalhões especiais.
	II. Inovação	Ênfase sobre as metas, porém com meios limitados – homens hábeis e astutos – fenômeno comum.	<b>Corruptos e Espertos:</b> envolvimento em ganhos ilícitos de capital e/ou aqueles que aceitam pagar para ter acesso a melhores postos de trabalho; férias e folgas.
	III. Ritualismo	Redução das metas e obediências as normas – pessoas em decadência.	<b>Omisso:</b> respeito às normas institucionais, mas se limita a fazer o estritamente prescrito. Não há empenho para além do obrigatório.
	IV. Retraimento	Renúncia aos objetivos e inadaptação as normas – são pouco comuns estes “deserdados sociais”.	<b>Maluco ou problemático:</b> não têm mais incorporadas as metas institucionais. Estão/são inaptos a obedecer às normas. Se tornam indesejados, estigmatizados/rotulados e isolados no interior da corporação.
	V. Rebelião	Afastamento dos objetivos e padrões vigentes – proposição de uma nova ordem.	<b>Ex-policial:</b> a única forma de rompimento com a Polícia Militar é deixar de ser um de seus membros.

A multiplicidade de vivências estressoras anteriormente descritas e os tipos de adaptação dos policiais militares propostos nesta seção apontam para uma evidência relevante – esses agentes da lei fazem parte de uma cultura específica, um mundo particular dotado de metas e meios próprios. Fazer parte deste ambiente específico, no entanto, embora não mantenha os policiais militares completamente isolados do mundo exterior, faz, do mesmo modo que na

sociedade mais geral, com que aqueles que se desviam (das metas e regras estabelecidas) sejam rotulados como desviantes e tenham dificuldades em seguir opções alternativas de comportamento diferente daquela que o leva ao retraimento.

Nesse sentido, os dados sugerem ser interessante lançar mão para a análise proposta também da abordagem da rotulação. Assim, no próximo capítulo esta abordagem será utilizada para auxiliar na compreensão de como certos indivíduos se tornam desviantes e estigmatizados dentro da corporação policial. Mas antes, pretende-se analisar a atividade policial como uma “carreira desviante”. Assim, em um primeiro momento, à luz da proposição de Becker (2008), serão analisadas as similaridades e especificidades entre duas carreiras desviantes - os músicos de casa noturna e os policiais militares.

## **6. Duplo desvio: policial militar - um grupo ocupacional desviante e a carreira dos agentes da lei marginalizados**

Um grupo pode ser descrito como uma pequena associação, um certo número de coisas ou pessoas que guardam entre si alguma característica comum. Becker (2008) explica que, para além de ser um mero agregado de indivíduos similares, os grupos sociais criam regras, significados, perspectivas, comportamentos e, ainda mais relevante para este estudo, dão origem a constrangimentos para aqueles que infringem suas normas – *os outsiders*.

As regras sociais podem ser expressas de forma objetiva, promulgadas em formato de leis e/ou normas prescritas. Por outro lado, embora não componha uma listagem pública, os acordos informais representam um meio igualmente relevante para controle dos comportamentos individuais. Independente da forma como são expressas as regras, existem sanções sociais correspondentes a sua transgressão, há um ciclo de autopreservação entre penalidades e normas – ao impor o castigo a um transgressor, o grupo reafirma seus valores, sua identidade e, acima de tudo, perdura sua própria existência (Becker, 2008:15-16).

Um grupo de indivíduos nunca é completamente uniforme em sua conduta, sempre há aqueles que divergem em perspectiva, contestam valores ou se apartam do comportamento esperado. Este *outsider* é, portanto, todo indivíduo que se desvia, em maior ou menor grau, das regras de grupo. (Becker, 2008:17). Para manter a eficácia de suas normas e fomentar a coesão interna, os grupos sociais costumam rotular estes indivíduos como desviantes - pessoas inaptas a partilhar de seus valores, incapazes de (co)responder as normas do grupo de forma satisfatória.

Compreender como um indivíduo se torna desviante não é um empreendimento simples. Para tanto, Becker (2008) lança mão do conceito de *carreira*. Esta noção, originada no estudo de ocupações, denota uma sequência ordenada de movimentos - o processo através do qual um indivíduo se

desenvolve até alcançar um determinado ponto, frequentemente, descrito como sucesso. Do ponto de vista ocupacional, uma carreira bem sucedida é constituída por diversas etapas e, para entender a construção deste caminho exitoso, é fundamental considerar que “a explicação de cada passo é assim parte da explicação do comportamento resultante” (p.34).

Quais fatores tornam possível o desenvolvimento de uma *carreira desviante*? Para responder a esta questão, é preciso analisar a sequência ordenada de mudanças comportamentais, isto é, observar os passos percorridos pelos indivíduos até que estes se tornem um *outsider*. A perspectiva dos sujeitos sobre suas ações, escolhas e os caminhos percorridos é fundamental para compreensão de como uma pessoa se torna desviante (Becker, 2008).

Para se tornar um desviante o ato do indivíduo deve ser visto como um ato inapropriado, algo que destoe do comportamento tido como normal pelo grupo. Esta ação pode ser intencional ou não – dotada por diferentes motivações ou pela simples omissão. Uma vez apanhado (ou publicizado o ato) e rotulado, a pessoa se afaste das linhas de comportamento convencionais, aceitando para si mesma uma nova identidade – *outsider*. Receber esse rótulo de outrem ou de si mesmo tem um impacto significativo na vida do sujeito:

“ser apanhado e marcado como desviante tem importantes consequências para a participação social mais ampla e a autoimagem do indivíduo. A mais importante é uma mudança drástica em sua identidade pública. Cometer o ato impróprio e ser apanhado lhe confere um novo status. Ele revelou-se um tipo de pessoa diferente do que supostamente era. É rotulado de “bicha”, “viciado”, “maluco” ou “doido”, e tratado como tal” (Becker, 2008:42).

O que é chamado de desvio, nesta perspectiva, não é a desobediência a regras, mas a reação social a um determinado comportamento, produtora de uma série de procedimentos que faz com que o indivíduo seja visto como diferente e que este se torne aquilo que se diz que ele é (criminoso, maluco, etc...). É

importante ressaltar que a qualidade de desviante só se torna permanente nos indivíduos cujo rótulo é aplicado com êxito.

“A identificação desviante torna-se a dominante. Tratar uma pessoa como se ela fosse em geral e, não em particular, desviante produz uma profecia autorrealizadora. Ela põe em movimento vários mecanismos que conspiram para moldar a pessoa segundo a imagem que os outros têm dela” (Becker, 2008:44).

Um dos reveses gerados por esta *profecia autorrealizadora* é o isolamento social em relação à sociedade convencional. Embora as profecias nem sempre se confirmem - não é absoluto que alguém ao ser rotulado como desviante necessariamente desenvolva uma escalada de desvio - é comum a progressão do desvio e o ingresso em um grupo desviante organizado (Becker, 2008:47). Ao *outsider de carreira* são prescritos alguns meios, determinados comportamentos e um destino comum. É importante ressaltar que, tanto as regras como os desvios e, conseqüentemente, os rótulos são construções sociais, artifícios morais construídos pelos próprios membros da sociedade. Portanto, para compreender os desvios e os rótulos, é necessário compreender a cultura da qual eles emergem.

A compreensão da *cultura desviante* é de grande relevância para este estudo. Este conjunto de perspectivas, entendimentos e atividades rotineiras comuns ao grupo solidifica em seus membros uma subjetividade específica: a *identidade desviante*. Os *outsiders* são indivíduos racionais, suas ações são dotadas de uma fundamentação autojustificadora – uma ideologia própria (Becker, 2008:48). Para compreender essa cultura própria dos indivíduos rotulados - um dos principais pilares para a perenidade da *carreira desviante* - é fundamental (re)conhecer o repertório de conhecimento existente em cada grupo desviante e suas similaridades. A luz destes conceitos de Becker (2008), a próxima seção analisa a Polícia Militar como um grupo ocupacional desviante.

### 6.1. A Policial Militar como um grupo ocupacional desviante

Ser membro de um grupo cuja cultura e o modo de vida sejam rotulados como não convencionais – diferenciados dos valores sociais predominantes – é condição suficiente para que alguém seja (re)tratado como um *outsider*. Neste sentido, Becker (2008:89) descreve os músicos de casa noturna como uma ocupação desviante. Os integrantes deste grupo possuem entendimentos comuns entre si e são dotados de “um modo de vida característico”.

A atividade laboral dos músicos de casa noturna os expõe a certo grau de isolamento em relação à sociedade em geral, os submete a problemas singulares de sua ocupação, tornando possível que seus membros partilhem os mesmos prazeres e inimigos. Em resposta a todas estas peculiaridades grupais, Becker (2008) tem como proposta que a:

“cultura surge essencialmente em resposta a um problema em comum por um grupo de pessoas, à medida que elas são capazes de interagir e se comunicar entre si de maneira eficaz. Pessoas que se envolvem em atividades consideradas desviantes enfrentam tipicamente o problema de que sua concepção a respeito do que fazem não é partilhada por outros membros da sociedade” (p.90).

É inegável a existência da forte cultura existente na polícia e uma cultura específica na polícia militar carioca, alguns de seus traços mais proeminentes foram analisados ao longo deste estudo. Assim como os músicos de casa noturna, os policiais militares podem ser descritos como grupo ocupacional desviante. Sob a perspectiva de seus próprios membros, nesta seção serão explorados alguns sustentáculos à rotulação da atividade policial militar como desviante da sociedade mais geral. Esta análise está organizada em três eixos principais: quais as similaridades entre estes dois grupos ocupacionais desviantes: músicos de casa noturna e policiais militares? Quais as consequências presentes na vida social de

alguém agregado a uma atividade desviante? Quais as peculiaridades da atividade policial que são capazes de fomentar o grau de desvio de seus membros?

Lidar diretamente com o público pode ser uma tarefa difícil para diversas atividades de trabalho. Estabelecer um contato direto com o público expõe o prestador de serviço a contestações, queixas e tentativas de controle sobre sua atividade. Este é o primeiro ponto de confluência entre músicos e policiais militares, ambas as atividades entram em contato direto com o público. A interação entre músicos e quadrados (não músico) é bastante similar à relação estabelecida entre os policiais militares e os cidadãos. O primeiro grupo se sente pressionado e incompreendido pelo segundo - uma pessoa externa à atividade, seja ela quadrada ou civil, não partilha de seu dom e/ou missão e, portanto, é incapaz de compreender e valorizar de forma adequada o serviço prestado.

Policiais e músicos desenvolvem uma maneira diferente de agir, pensar e sentir – não são como as outras pessoas, seu estilo de vida é incomum e apenas seus pares são capazes de compreendê-los. Em sua própria avaliação, os músicos acreditam que sua atividade lhe capacita com uma nova gama de sensibilidades. Já os policiais militares se descrevem como seres imbuídos de uma visão aguçada, seus olhos são capazes de discernir atitudes, intenções e, até mesmo, a inclinação moral dos indivíduos.

“E a gente costuma dizer na Polícia o seguinte: a gente não sabe se é pelo cheiro, se é pelo magnetismo do pessoal, mas o policial sabe quem é o vagabundo. A gente olha pro cara e diz aquele cara é ladrão, aquele ali é marginal, já sabe, é uma coisa impressionante, sexto sentido, abdução espiritual; sei lá, mas você olha pro cara e diz, aquele cara é vagabundo”. (Cabo entrevistado da PMERJ)

Mais do que uma interação atribulada, esta distinção entre músicos/quadrados, policiais militares/civis gera diversas barreiras na interação destes opostos. Para se desempenhar sua função com destreza, é necessário preservar sua atividade do controle externo. Músicos e policiais apresentam



comportamentos de resistência e hostilidade com seus respectivos públicos, a autossegregação é característica comum às duas ocupações. Não bastasse o isolamento profissional, a concepção de si próprio como alguém diferenciado e incompreendido, quando associados às características da ocupação, pode iniciar um “ciclo de desvio crescente”:

“Muitos músicos, de maneira quase reflexa, evitam estabelecer contato com integrantes do público. Quando andam no meio deles, de hábito evitam olhar nos olhos dos quadrados, temendo que isso estabeleça alguma relação a partir da qual o quadrado viria a solicitar músicas ou tentar influenciar a execução musical de alguma outra maneira. Alguns estendem esse comportamento a sua atividade social comum, fora de situações profissionais. Até certo ponto isso é inevitável, porque as condições de trabalho – trabalho madrugadas adentro, grande mobilidade geográfica, e assim por diante – tornam difícil a participação social fora do grupo profissional” (Becker, 2008:106).

Embora o trecho acima faça referência apenas às atitudes dos músicos, se tornar evasivo a estabelecer contatos externos aos laços familiares e pares profissionais também foi um comportamento comum entre os policiais militares entrevistados. Outro ponto partilhado pelos dois grupos são as condições atípicas de trabalho noturno e instável. Devido ao caráter perigoso de sua atividade, é importante para os agentes da lei (re)conhecer o local de trabalho e ter sempre o mesmo policial como parceiro - estes dois elementos podem fomentar a confiança mútua e reduzir a sensação de exposição à violência. Na PMERJ, entretanto, a alta rotatividade entre os batalhões e as constantes mudanças nas escalas de trabalho trazem um problema adicional: o sentimento de isolamento e insegurança intracorporação.

A admiração por atos prodigiosos também é uma marca de ambos os grupos ocupacionais. Entre os músicos, as proezas estão amplamente relacionadas ao rompimento de normas e a desobrigação de se submeter às convenções sociais (Becker, 2008). Com valores que enaltecem a figura de um guerreiro combatente do mal, para os policiais militares entrevistados os feitos mais extraordinários se referem principalmente: à execução de prisões de

suspeitos renomados, as incursões em territórios dominados por traficantes, o salvamento de reféns e recorrentes trocas de tiro sem ferimento ou morte de membros da corporação. Segundo Becker (2008), contar façanhas é um mecanismo de diferenciação utilizado pelos grupos desviantes, “é mais que uma idiossincrasia; é um valor ocupacional básico” (p.96).

“Não querendo fazer comparação a ninguém, mas algumas cenas por mim vivenciadas poderiam até ser comparada a algumas cenas de filmes policiais, aquela em que o camarada se desvencilha de uma bala, de um projétil que venha a atingir e venha a ferir gravemente ou fatalmente, várias vezes ocorreu de passar centímetros da minha cabeça, vários projeteis e marcas eu tenho algumas e tudo o mais devido ao serviço, mas coisas superficiais que eu já, como se diz no linguajar policial; já fui a vários combates e sobrevivi a eles e, já socorri diversos companheiros e felizmente ou infelizmente fizemos o nosso serviço que algumas vezes como eu já retratei em algum período atrás, que veio a resultar até no falecimento de marginais da lei, porque sabe que na defesa nós não nos defender seremos nós a vítima. E consequentemente nesse confronto geralmente um ou outro acaba se tornando vítima, pra mim na época felizmente eram eles” (Sargento entrevistado da PMERJ)

Em contraste a esta autoimagem distinta, músicos e policiais militares são membros de uma subcultura. Como *outsiders*, os membros destes grupos estão constantemente expostos a rótulos depreciativos. Os primeiros são descritos como boêmios, instáveis e incapazes de se adequar a atividades e ambientes convencionais. Segundo relatos de seus próprios integrantes, é atribuída ao segundo grupo a imagem de arrogante, repressora, degradada e corrupta. Ademais de ser perigosa, a atividade policial militar é contaminada e seus membros são encarados como vetores desta depravação. Muitos policiais militares dizem ter sofrido discriminação por pertencer à corporação, dentre as vivências mais comuns estão: olhares e comentários depreciativos; rompimentos de relacionamentos amorosos e; serem estigmatizados em estabelecimentos de ensino superior.

“Você sempre escuta isso, em tudo quanto é lugar você sempre escuta isso, o policia sempre tá a margem da sociedade. Em qualquer lugar, até você... Hoje, Graças a Deus eu to casado, tenho três filhos. Mas,

na época você namorar uma menina de família... Polícia? Não quero não. Eu namorei a filha de um delegado, o cara disse, “pelo amor de deus, polícia, PM aqui não!”. Eu até me separei da menina justamente por causa disso, foi um dos fatores. Já tá essa mancha negra que tá na Corporação, tá agarrada ali” (Sargento entrevistado da PMERJ)

Ao ingressar neste grupo ocupacional desviante, os policiais militares têm sua vida social modificada de forma significativa. Alguns entrevistados relataram a necessidade de mudar de endereço – nem sempre é possível permanecer residindo em favelas ou na proximidade destas. Não frequentar bares, festas e locais com grande aglomeração de pessoas também é aconselhado pelos pares mais experientes. Em muitos casos, é preciso desfazer antigas amizades, manter distância de certos familiares e ensinar aos filhos pequenos que a identidade de um policial militar deve ser quase tão secreta quanto à de um super-herói dos quadrinhos. Ao se tornar membro da corporação, é comum o policial militar se tornar um desajustado social, uma pessoa cujos hábitos estão à margem da sociedade em geral.

“Eu vim pra PM com 21 anos, passei várias experiências boas antes de me formar, e ruins depois que você se forma, por quê? Depois que você se forma, você ganha um ponto final, acabou sua vida de civil, enquanto você tá no recrutamento, você não é nem civil, e você não é militar, eles falavam isso pra gente. "Aproveitem, depois que vocês se formarem, vocês ganham um número e você é um número". E é uma coisa que eu vejo hoje na polícia é isso, nós somos um número” (Cabo entrevistado da PMERJ)

“o estilo de vida solitária, aquele espaço dele que ninguém entra é uma coisa que já faz parte de mim, sem eu saber, desde que eu entrei na polícia em 95” (Major da PMERJ)

A análise de Becker (2008) aponta alguns aspectos fundamentais dos grupos ocupacionais desviantes: 1- possuir certo grau de isolamento; 2- partilhar entre seus membros problemas e prazeres; 3- construir para si uma rede de entendimentos e significados; 4- desenvolver padrões de comportamento próprios e meios capazes de fortalecer uma (auto)imagem diferenciada e; 5 acreditar que somente um de seus integrantes é capaz de aquilatar seus esforços e atribuir o devido valor ao serviço prestado. Apesar destas características recorrentes, é possível traçar diferentes caminhos no interior deste grupo profissional. A próxima seção analisa a formação de uma carreira desviante no interior da corporação policial militar.

## **6.2. Dupla Margem: a *carreira* dos agentes marginalizados no interior da PMERJ**

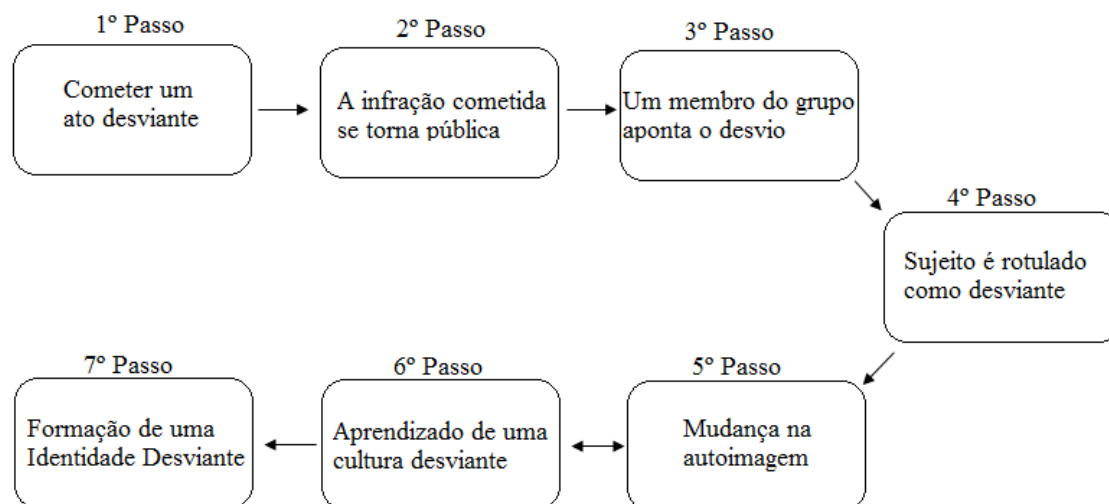
Caminho, sequência, série, percurso, trajetória - estas palavras transmitem a ideia de algo contínuo, um processo em construção. Para compreender o conceito de *carreira desviante* é necessário considerar como fundamentais cada um dos termos citados. Um *outsider* é, por definição, consciente de sua condição como sujeito desviante da norma convencional. Ao descrever sua trajetória, este indivíduo deve ser capaz de apontar o caminho percorrido por ele: sua sequência de escolhas, sua série de aprendizados, isto é, o percurso traçado entre um sujeito *apropriado* e um *desviante puro*.

Para Becker (2008) existem quatro tipos de comportamento desviante: 1- *apropriado*: indivíduo que respeita as regras, sendo percebido pelos outros como respeitador; 2- *desviante puro*: sujeito que desobedece as regras e suas infrações são de conhecimento dos outros membros do grupo social; 3- *falsamente acusado*: pessoa vitimada pelo rótulo de desviante sem ter cometido qualquer ato que desobedecesse as regras e; 4- *desviante secreto*: pessoa que cometeu algo

impróprio do ponto de vista do grupo, entretanto, seus integrantes não perceberam ou não reagiram a sua transgressão (p. 31-33).

Segundo o modelo de Becker, esses tipos de comportamento desviante têm como cerne as práticas dos sujeitos e reações de seus grupos. De forma alguma, esta proposição teórica tem como objetivo classificar os indivíduos segundo sua personalidade, mas sim de acordo com seu proceder e a reação dos outros diante do (des)respeito às regras estabelecidas. É importante ressaltar que os indivíduos são capazes de reagir à rotulação. Podem ocorrer no meio do processo reações sociais inclusivas ou rompimento da rotulação pelo próprio sujeito, tais circunstâncias são capazes de evitar que o sujeito seja excluído das rotinas normais, mantendo sua identidade prévia. Portanto, esta carreira é grandemente mutável e, acima de tudo, uma sequência reversível.

A construção de uma *carreira desviante* pode ser representada pelo seguinte modelo sequencial:



O esquema proposto por Becker (2008) fornece um constructo teórico de como uma *carreira desviante* é formada, levando em consideração a perspectiva do próprio sujeito desviante. Para chegar a este esquema, o autor analisou a

trajetória dos usuários de maconha, descrevendo como estas pessoas explicam suas práticas, suas motivações e os passos que as conduziram de uma pessoa comum a um *outsider* – “o que tentamos compreender aqui é a sequência de mudanças de atitude e na experiência que leva ao uso de maconha por prazer” (p.52).

Nesta seção serão analisadas as *carreiras desviantes dos policiais outsiders*. À exemplo do modelo beckeriano, nosso objetivo é traçar um modelo sequencial de mudanças de comportamento no interior da PMERJ. Para construir este modelo é necessário responder a três questões centrais: qual sequência de passos é capaz de tornar o policial militar um desviante no interior da própria corporação? Como podemos explicar as manifestações suicidas (ideações e tentativas) serem um resultado possível para o *duplo desvio*? Como a (re)ação dos familiares e dos pares pode fomentar ou conter o desenvolvimento desta *carreira policial desviante*?

Em capítulos anteriores foram tratadas algumas peculiaridades da instituição policial e, ainda mais relevante, algumas características culturais singulares da polícia militar carioca. Para entender as mudanças de comportamentos que ocorrem no interior dessa corporação, é necessário retomar alguns dos aspectos anteriormente discutidos, dentre eles: os valores da corporação, as relações internas e as condições de trabalho dos policiais militares membros da PMERJ.

Bravura, intrepidez e masculinidade são valores exaltados pelas corporações policiais. A missão de combate ao crime está constantemente associada à existência destas características. Para ser um bom policial é desejável ter vocação, porém é imprescindível haver a incorporação de um guerreiro destemido. Segundo os entrevistados, o tempo que passam em treinamento (no centro de formação ou na academia) se destina a quatro atividades principais: 1- aprender a disciplina necessária para ser um policial, sobretudo entre os praças; 2- zelar pelas dependências dos ambientes de ensino; 3- mantê-los isolados do mundo civil, até que os novos recrutas compreendam que jamais retornarão para

este mundo.; 4- ensinar aos novos policiais os valores da corporação até que estes deem origem a uma segunda pele.

Durante seu treinamento, os policiais militares são incorporados a um novo mundo. É importante ressaltar que a edificação dos valores policiais está associada à desconstrução do ambiente anterior, “o mundo civil”. Os novos recrutas não são mais cidadãos comuns - é preciso romper os laços, mudar os hábitos e readequar a conduta. Sob a perspectiva dominante, ingressar na corporação é um caminho sem volta, ser identificado como ex-policia militar tem um enorme apelo pejorativo. Retornar ao mundo civil quase sempre representa fracasso: não ser capaz de exercer a atividade policial militar; ter a vocação desconstruída pela dura realidade das ruas; ser excluído por ter envolvimento com corrupção e/ou algum outro crime.

#### **Hino da Polícia Militar – PMERJ**

“Aqui nós todos aprendemos a viver,  
demonstrando valor, pois o nosso ideal  
é algo que nem todos podem entender  
na luta contra o mal!

Ser Policial  
é, sobretudo, uma razão de ser  
É, enfrentar a morte,  
mostrar-se um forte  
no que acontecer

(...)

Em cada instante da vida  
nossa polícia Militar  
será sempre enaltecida  
em sua glória secular !  
Em cada recanto do Estado  
deste amado Rio de Janeiro,  
faremos ouvir nosso brado,  
o grito eterno de um bravo guerreiro!”

(Trecho adaptado)

Esta canção torna evidentes alguns dos mais caros princípios da polícia militar carioca. Policial é aquele que luta contra o mal, sua missão não pode compartilhada, nem compreendida por todos. O policial é um forte independente do que acontecer, seu papel é enaltecer a imagem da corporação com suas ações. O policial possui o grito eterno de um bravo guerreiro. Torna-se um membro da PMERJ é ser dotado de uma nova razão para existir.

O aprendizado destes valores sobre-humanos e o rompimento com o mundo civil podem ser descritos como as etapas iniciais do processo metamórfico ao qual os novos recrutas são submetidos. Durante o treinamento está em curso uma sucessão de transformações comportamentais. Para se tornar um guerreiro destemido é necessário reduzir: a sensibilidade, a individualidade e a liberdade dos indivíduos. A existência destes elementos torna o policial mais consciente de si e menos apto a comportar-se como um membro de um corpo maior e mais relevante.

Uma ferramenta fundamental para incorporar os novos policiais a este processo de desindividuação, à incorporação de uma nova identidade e de um novo status e a criação de um inimigo comum. Há um processo de adestramento no qual os policiais aprendem a identificar os civis que atuam a margem da lei como oponentes irrecuperáveis, sua existência ameaça o bem estar do próprio agente da lei, de sua corporação e da sociedade em geral. No combate ao vagabundo, a agressividade é uma ferramenta enaltecida, pois, no jargão dos próprios policiais “aquele que poupa a lobo, sacrifica a ovelha”.

“Mas, por exemplo, durante o seu processo de adestramento o seu oponente não é um ser humano que tem família, que tem uma genitora, que tem vínculos familiares, que tem filho, não ele é só um empecilho pra Polícia, assim como o coronel manda matar uma juíza não quer saber se ela tem filhos ela é só um empecilho uma coisa que atrapalha o meu caminho, e eu vou ter que eliminar entendeu. Então você tem que trabalhar a sua cabeça o tempo inteiro aquilo ali não é um empecilho pra mim, é um ser humano, tem uma mãe, tem um pai, provavelmente tem filhos, mas infelizmente as pessoas perdem a sua sensibilidade; é apenas mais um. É mais um, uma coisa que atrapalha o meu caminho, só isso entendeu”. (Cabo entrevistado da PMERJ)



Limitar os sentimentos e a empatia também funciona como instrumento de controle de vulnerabilidade. Considerando que a atividade policial apresenta uma infinidade de riscos, é necessário estar preparado para as diversas intempéries, tratando com sobriedade os males sociais a que estarão expostos todos os dias de sua missão – a interferência de fatores externos em suas tarefas pode ser uma demonstração de fraqueza e despreparo. Muitos policiais militares mencionaram ter perdido parceiros de trabalho em confronto armado, socorrerem os mesmos, regressar ao batalhão e, imediatamente, serem (re)encaminhados por seus superiores aos postos de trabalho.

“Mas é que infelizmente o primeiro processo que você sofre é a perda da sua sensibilidade, por exemplo, o colega morreu domingo de manhã, segunda-feira foi o enterro dele né e tá todo mundo trabalhando normalmente. A vida continua? A vida continua. Mas é tratado só como número. Só estão preocupados em arranjar mais um. Quando eu fui lá dar ciência ao major que nós estaríamos aqui pra dar entrevista, já tem um policial apresentando a ficha pra ela e ela já está assinando quem vem pra cá e acabou; só quem vai lamentar a falta dele vai ser o filho, a esposa ou a ex-esposa não sei aqui ele não existe mais. As coisas dele são colocadas dentro de um saco” (Cabo entrevistado da PMERJ).

Outro importante passo na construção de uma carreira policial é enfrentar o trabalho prático - ser colocado fardado e armado nas ruas. Como discutido no capítulo anterior, as condições de trabalho dos policiais militares cariocas são bastante deterioradas. Com altas metas e meios muito limitados, estes agentes da lei são submetidos a uma escolha decisiva: sacrificar os valores de super-homem, readequando o que lhes fora ensinado ao ambiente de trabalho hostil a que estão expostos ou agir como guerreiro destemido, lidando com as consequências.

Os policiais militares não são os únicos sujeitos ao que Becker (2008) denomina *incompatibilidade de metas*. Em certo ponto da carreira, os músicos profissionais têm que decidir entre o sucesso pecuniário e a manutenção de sua

independência musical, aqueles indivíduos incapazes de solucionar este dilema optam por deixar a atividade. Por outro lado, esta *incompatibilidade de metas* não é tão facilmente solucionada entre os policiais militares, readequar suas metas é tornar-se omissos e, portanto, deixar de (com)partilhar os valores de um membro eficiente da corporação. Ao mesmo tempo, manter-se um guerreiro, apesar das condições de trabalho e dos revezes iminentes, é estar constantemente exposto à glória e/ou a morte. Os resultados mais comuns obtidos pelos guerreiros são: a exaltação entre os pares; a premiação por bravura; enfrentar o conselho disciplinar; ser preso ou excluído pela corporação; sofrer um ferimento ou ir a óbito durante combate.

“o primeiro problema da formação do policial é essa mudança de pegar o pessoal civil, traz pra cá e dá uma arma, um status social, padrão de vida em que ele vive, ele tem que viver num padrão acima do que ele ganha e que é a realidade, o soldado ganha mil reais hoje, portar uma arma, risco de vida não é compatível com o que ele ganha, e que tem que viver. Eu aprendi muita coisa, fazer o serviço, quase morrer algumas vezes. Hoje eu internalizei que a minha função é de servidor público tenho que trabalhar e voltar pra casa e acabou. Eu não tenho que matar ninguém, eu não tenho que roubar, e nem morrer. Isso são coisas primordiais que eu posso fazer. Fiquei preso um ano no BEP por causa de uma ocorrência, você trabalha na rua você correr o risco, mesmo agindo certo ou errado, a gente responde pelos nossos atos” (Sargento entrevistado da PMERJ).

A fala deste entrevistado nos permite apontar mais um passo importante para construção de uma carreira policial desviante – vivenciar uma situação limite e/ou profundamente estressante. Quando a atividade policial impele o indivíduo até uma fronteira, é bastante comum ocorrer uma grande mudança de comportamento. Ser acusado de um crime ou submetido a um conselho disciplinar, presenciar o ferimento e/ou a morte de um companheiro de trabalho, adoecer fisicamente, ser alvejado por arma de fogo ou preso no Batalhão Espacial Prisional (BEP) foram as situações limites mais descritas pelos policiais militares. Ter uma destas experiências desconstrói a imagética de super-homem, expondo as fragilidades pessoais, o isolamento social e a baixa capacidade da

corporação de ser um esteio para seus membros quando estes estão em dificuldade.

### **6.3. Duplo estigma: a imagem deteriorada dos agentes da lei que adoecem**

O adoecimento físico e, principalmente, o desenvolvimento de uma patologia mental configura-se uma etapa relevante para se tornar um *outsider* no interior da PMERJ. Distúrbios físicos tornam o indivíduo menos apto ao cumprimento de sua missão gloriosa e, portanto, mais indesejado por pares e superiores. Na sociedade em geral as enfermidades da psique são dotadas de certo estigma, essas doenças estão constantemente associadas à debilidade de seu portador. Durante sua constante (re)construção, uma sociedade delimita as características e atributos comuns, mais aceitáveis para seus membros. Aqueles indivíduos que destoam destes padrões pré-determinados estão sujeitos a serem estigmatizados (Melo et al, 2005).

Segundo Goffman (2010), o estigma é frequentemente uma ferramenta de depreciação do sujeito. Este indivíduo se torna alguém cuja identidade social está deteriorada, não dispondo dos atributos necessários para ser considerado um membro comum ou da sociedade, em suma:

“deixamos de considerá-lo uma criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando seu efeito de descrédito é muito grande – algumas vezes ele é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem” (Goffman, 2010. P:12).

Em uma corporação policial militar, as doenças mentais são ainda mais rechaçadas. Quando um de seus membros apresenta uma doença mental, ele rompe com os valores primordiais da corporação, para alguns de seus pares, sua

existência é capaz de macular a imagem destemida de toda corporação. A condição de adoecimento dos policiais se torna um fator secundário, a reação dos pares é, por vezes, de completo estranhamento deste *novo sujeito*, sua enfermidade é ignorada e, para manter intacta a imagem do intrépido guerreiro, os pares daqueles que adoecem iniciam o processo contínuo de estigmatização/rotulação.

“aconteceu de eu passar dias sem dormir, nas férias, as férias não foi suficiente pra eu descansar, foi uma infelicidade, porque parece que voltei a trabalhar sem ter descansado, putzgrila velho, puta merda, caraca. E pior que você não pode falar pra ninguém, não pode chegar assim "Senhor, me dá um descanso, que eu não consegui descansar eu estou meio assim, meio defasado." ele vai te chamar de viado, "Você é viado." "Você é bicha." "Você é maluco"" (Sargento entrevistado da PMERJ).

Simbolicamente é vedado ao policial militar carioca demonstrar cansaço, fraquezas e necessidades pessoais alheias a sua atividade laboral. Comumente, a doença mental é associada à tentativa de “cabular o serviço” ou desobrigar o agente de cumprir ordens de seus superiores. Muitos policiais entrevistados disseram ter se tornado mais agressivo em resposta a esta desconfiança constante em relação a seu adoecimento mental. Também foram frequentemente mencionados os rompimentos familiares e o distanciamento dos colegas de trabalho. Ao ser rotulado como doente mental, alguns policiais militares são forçosamente convertidos em eremitas.

“São os escravos de Jó trabalham e não tem benefício nenhum e tem uma mais ainda que é do pessoal doente, não tem nem direito a vida, trabalha tanto ou mais do que muita gente que é apto, só porque trabalha na rua tem mais direitos do que nós que trabalhamos internos. Até o pessoal que trabalha interno não tem direito a nada é visto até pela imprensa como todo mundo pedante, como pessoas que não querem nada. Mas muitas das vezes a gente trabalha mais e muito mais, trabalha tanto fisicamente quanto intelectualmente, isso estressa, e isso tira você do sério. Aí você já tem problema de saúde, mais os problemas e, isso só vai agravando, agravando e, aí é problema financeiro, problema familiar e, isso vira um turbilhão na nossa cabeça

né. A gente não tem apoio de ninguém e de nada” (Sargento entrevistado da PMERJ).

O rótulo de doente mental, isto é, como “*maluco*”, no linguajar pejorativo bastante comum na PMERJ, tem consequências simbólicas e práticas para o policial militar. Nesta corporação, o “maluco” é normalmente transferido para funções administrativas e internas, submetido à vigilância constante, não lhes são atribuídas atividades de confiança, nem lhes destinam grande reconhecimento, seus pares e superiores os tratam com distância. Em termos práticos, alguns policiais têm sua arma pode ser apreendida pela corporação e, conseqüentemente, lhes são retiradas as bonificações financeiras pagas aos agentes em condição de “APTO A” (aqueles policiais que não possuem limitações para manuseio de arma de fogo e/ou trabalho nas ruas).

“Quando você estar produzindo, você tem muito valor; quando você para de produzir, já olham você com outros olhos; olham você de outra maneira, com outros olhos. Lembro. Foi num momento direto, o capitão Trix, né, passa por mim várias... Quando eu estava produzindo, ele chegava pra mim e perguntava: “E aí, Val, como é que está a apreensão?”, imitando aquele cara que vai comprar droga “Quanto é? Quanto é de droga?”, “Ah, tanto de droga”. Hoje ele passa por mim, quando vou à companhia, só dá “Oi”, e não pergunta como é que eu estou, se está tudo bem, se tomei remédio. Eu me sinto como uma boneca velha, que você não usa mais, e você encosta, não tem valor” (Sargento entrevistado da PMERJ).

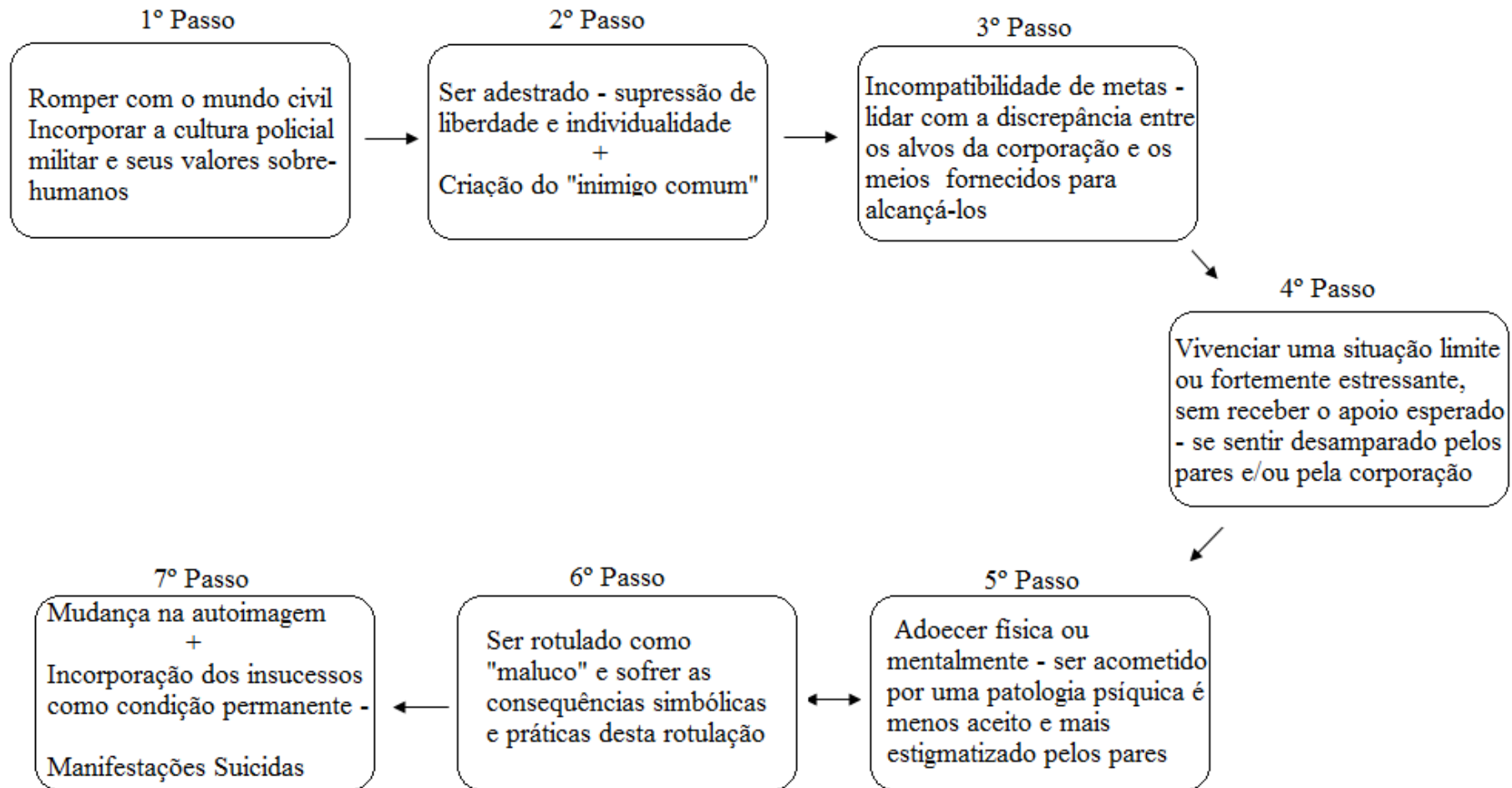
Todas estas transformações são um terreno fértil para mudança da autoimagem do policial militar. O próprio indivíduo começa a enxergar a si mesmo como irrecuperável, o momento de enfermidade lhe parece imutável – um processo de degradação contínua e irreversível. Neste sentido, Goffman (2013:16) explica que “*o indivíduo estigmatizado tende a ter as mesmas crenças sobre identidade que nós temos*”, ou seja, uma vez que o estigma – que pressupõe a existência de atributos indesejados - seja aplicado com sucesso, é bastante possível que o próprio indivíduo passe a corroborar não somente com sua existência, mas também com sua veracidade.

Entre os policiais militares cariocas, o estigma foi mais exitoso naqueles casos em que as relações familiares estão conturbadas e/ou na iminência de serem rompidas. Nestes casos, alguns policiais entram em uma espiral descendente de mudanças comportamentais. Sem enxergar uma válvula de escape, estes agentes consideram uma ruptura total e definitiva, não somente com a instituição, mas com a vida – o suicídio.

“Não sei se isso aí servir pra futuro assim, sei lá, até pra alguém que esteja entrando, que a polícia, vou falar um pouco da polícia, ela se torna assim uma ilusão, sabia? É boa, mas se torna ilusão na medida daquilo de você querer ser o que você não pode ser. Às vezes se torna até um caminho sem volta, eu já tive várias vezes pra morrer ou pra me matar, você acumula tanto problema que você não é capaz de depois, é... Sozinho, você, botar aquilo ali pra fora, e pra encara médico é difícil, como eu te falei, é recriminado, vou te falar que tem vários colegas aí, tou com um aí agora, trabalhava comigo na viatura, tá internado na psiquiatria. Uma situação muito difícil é o que eu falo assim, a gente não põe problema, vou culpar a PM? Não, não vou culpar, mas a PM não tem estrutura pra ajudar a gente, ela não tem capacidade, é o miserável do dinheiro 24 horas por dia, você pensando, tem que ganhar, tem que fazer, tem que prender, e é muita cobrança, muita cobrança, você tem que chegar ao ponto que você estoura. Se você pedir apoio, você vai parar na rua, vai tirar tua arma. Ah, se eu chegar com esses problemas todos que eu tou relatando aqui, da minha vida, o comandante vai dizer "Pera aí, manda esse cara lá pra Peribé. Lá pra Macaé"” (Cabo entrevistado da PMERJ).

As manifestações suicidas observadas no interior da PMERJ podem ser descritas como o ápice indesejado da *carreira policial desviante* – uma sequência de experiências estressoras, frustrações, mudanças comportamentais do próprio indivíduo e daqueles que o cercam, uma série de rompimentos em seus valores e relações, a incorporação do rótulo e inaptidão para reverter o processo de desvio crescente. O esquema abaixo propõe um modelo de carreira desviante análogo ao de Becker (2008), entretanto, estes são os passos trilhados pelos *policiais militares desviantes*:

### Carreira dos Policiais Militares Desviantes



A construção de uma carreira desviante proposta por Becker (2008) e a deterioração da identidade apontada por Goffman (2010), não são características inerentes aos sujeitos, mas sim construções daqueles que o cercam. Entretanto, ao invés da vivência de situações limites de estresse serem (re)tratadas como revezes da ocupação policial, tais circunstâncias são atribuídas à vulnerabilidade dos indivíduos, são percebidas como expressões de sua fraqueza e inaptidão para o trabalho policial.

Muitos policiais militares mencionaram ter ingressado na instituição policial pelo insucesso no mundo do trabalho civil – a polícia militar lhes surgiu como uma alternativa ao desemprego e à instabilidade das ocupações civis. A corporação irrompe como algo novo, um ambiente promissor. A polícia militar constitui um novo mundo próprio ao qual estes agentes são incorporados e, gradativamente, se tornam isolados do mundo exterior - seus relacionamentos externos são rompidos, seus valores modificados e sua vida profundamente impactada. Dessa forma, as manifestações suicidas submetem os policiais militares a uma condição de *duplo desvio* - se tornar um policial desviante na PMERJ pode ser encarado como fracasso total, não há um mundo para o qual retornar. Neste contexto, o suicídio surge como alternativa viável para romper a série de fracassos, a total inaptidão social.

Este modelo foi construído a partir de relatos dos policiais militares cariocas que mencionaram ter manifestações suicidas – ideação ou tentativa de suicídio. O processo de construção desta carreira policial desviante não deve ser encarado como absoluto e ininterrupto. A sequência de passos e as mudanças comportamentais podem ser modificadas em qualquer etapa da carreira, alguns dos relatos de nossos entrevistados comprovam que esta descontinuidade é possível.

É importante ressaltar que um dos elementos mais importantes para a construção de uma carreira desviante é o desvio se tornar público. No quinto passo, o indivíduo pode estar submetido a uma situação limite ou sofrer algum tipo de adoecimento, entretanto, para chegar ao sexto passo, é necessário que alguém observe e/ou aponte sua conduta desviante, dando início ao processo de



rotulação do policial militar. Em contrapartida, se o comportamento desviante é camuflado com êxito, a construção da carreira poderá ser interrompida, ao menos, temporariamente.

A interrupção na construção de uma carreira policial desviante está constantemente associada a (re)ação de familiares e pares as mudanças comportamentais apresentadas pelos policiais militares. Como membros de um grupo ocupacional desviante, os familiares dos policiais representam seu mais forte e, por vezes único, elo com mundo exterior. O apoio de familiares pode fornecer aos policiais desviantes uma alternativa às intempéries advindas da atividade laboral, uma motivação para procurar ajuda e manter-se vivo. Lamentavelmente, o esteio familiar costuma ser fortemente limitado pelo enorme desconhecimento dos familiares sobre as vivências estressoras a que os policiais militares estão expostos. Em alguns casos, os agentes mantêm sua família totalmente alheia a todos os assuntos que se referem ao trabalho policial e, até mesmo, os resguardam de seu adoecimento mental, pensamentos e/ou tentativas de suicídio.

A fissura de apoio deixada pela ignorância ou rompimento familiar pode ser preenchida pelos membros da própria instituição militar. A (re)ação dos pares à rotulação e à estigmatização pode fomentar ou interromper os passos de um policial militar desviante. Como integrantes da mesma corporação, os pares são os principais responsáveis pelo processo de rotulação. Descrever outro policial como “maluco” pode desencadear uma série crescente de desvios crescentes, isolando o policial rotulado no interior de sua própria corporação.

As (re)ações de colegas de trabalho e superiores hierárquicos têm duas consequências principais: 1- se tornar um poderoso catalisador na carreira desviante e, por vezes, uma forma de encorajamento das manifestações suicidas ou; 2- oferecer ao policial militar desviante a única via restante para reverter sua condição de duplo desviante. Ao estarem sujeitos às mesmas situações estressoras, os pares podem ser o mais forte meio de recuperação e apoio para o policial militar potencialmente suicida.

Na próxima seção, descreveremos dois casos escolhidos por demonstrarem a grande influência da corporação sobre o desenvolvimento de uma carreira policial desviante no interior da PMERJ. Os casos descritos retratam como os integrantes da corporação podem ser aliados ou dinamizadores de manifestações suicidas no âmago da instituição policial militar carioca.

## **7. Faca de Dois Gumes: a Instituição Policial Militar como Fator de Risco ou Proteção para as Manifestações Suicidas**

Nos últimos capítulos, este estudo se dedicou a compreender como os policiais militares cariocas se adaptam às frustrações, ao descompasso entre suas expectativas e a realidade com a qual se deparam nas ruas onde trabalham e, em alguns casos, ingressam em uma *carreira policial desviante*. Para tanto, foram discutidos os temas mais proeminentes nos relatos dos próprios entrevistados: as situações de estresse, os medos, as condições de trabalho, a hierarquia militar, os sentimentos de desamparo e isolamento, a corrupção e a falta de reconhecimento.

Em muitas destas situações, a corporação policial militar pode exercer um papel central na vida de seus membros – como propulsora ou protetora à ideação e ao suicídio. Pares e superiores podem se tornar ferramentas fundamentais para que o policial militar seja capaz de (des)construir *uma carreira policial desviante*. Assim, com base em dois relatos de policiais militares, nesta seção, buscar-se-á responder a uma questão essencial: como a instituição policial militar pode se tornar uma ferramenta chave para contenção ou para a facilitação de manifestações suicidas no interior da corporação?

### **7.1. Mão Amiga - A Corporação como Proteção para Policial Militar Suicida**

Grande parte dos policiais militares entrevistados possui uma origem social humilde, começaram a trabalhar ainda na infância ou pré-adolescência, não conviveram com um dos pais ou foram criados por parentes, padrastos ou pais adotivos. Os laços familiares primários de nossos entrevistados são frequentemente descritos como frágeis e/ou configuram uma fonte adicional de estresse e desamparo que podem perdurar por toda sua vida.

Nosso primeiro entrevistado, Sargento Manoel revela desconhecer seu pai biológico, já sua mãe biológica era uma prostituta. Quando menino fora deixado pela mãe biológica aos cuidados de terceiros que o abandonaram na rua até que sua futura mãe adotiva o levou para casa. O novo lar já tinha três crianças, então, a chegada de Manoel, bastante debilitado pelo abandono anterior, não foi bem aceita pelos demais integrantes da família. O pai adotivo era alcoólatra, os irmãos não aceitavam a dedicação da mãe a nova criança, a pobreza austera submetia a todos a fome e as más condições de moradia. Assim como outros agentes da lei, Manoel teve uma infância sacrificada cujos ecos emocionais se fazem presentes no relato do entrevistado.

“O banheiro da minha casa, às vezes quando quebrava a gente tinha que defecar num buraco, isso tudo é pra sempre, tudo é pra sempre. Minha irmã aos 15 anos, minha irmã mais velha, aos 15 anos teve que fugir de casa, pra morar com outra pessoa, um homem que ela conheceu, porque passava muita fome. E assim eu cresci minha mãe sempre evangélica, depois meu pai abandonou ela, ela ficou 23 anos esperando ele voltar, isso tudo eu acompanhei na minha vida. Eu botei sempre na minha cabeça que no dia que eu tivesse um emprego, eu ia montar uma família, que nunca ia deixar isso acontecer” (Sargento entrevistado da PMERJ).

Passada a infância difícil, Manoel vai servir ao exército momento no qual se casa e inicia sua própria família. Após o serviço obrigatório, Manoel se encontra desempregado e sem muitas perspectivas de como manterá financeiramente sua nova família sem conseguir algum trabalho, como alternativa, surge o concurso para polícia militar. Alguns familiares se colocam resistentes ao ingresso de Manoel na corporação, mas diante de seu insucesso no mundo de trabalho civil, lhe restam poucas alternativas.

À época da entrevista, Manoel trabalhava na PMERJ há 26 anos. Passara por inúmeros batalhões e se dedicara a diversos tipos de serviço. Entre as lembranças mais acalentadas estavam: ajudar as pessoas, alimentar moradores de rua e salvar crianças. “*Sempre botei na minha cabeça, honestidade e humanidade, o servir e proteger*”. Durante este tempo na polícia militar, o agente

menciona ter participado de ações táticas importantes, em uma dessas o policial recebeu uma condecoração.

A vida de Manoel sofre um grande revés, quando por problemas financeiros, sua esposa precisa ingressar no mercado de trabalho. A partir deste momento, são iniciados os desentendimentos entre o casal e a vida familiar é colocada em xeque. Becker (2008) explica que indivíduos dedicados a ocupações desviantes têm na família o último esteio – o único elo sobrevivente com o mundo exterior. No caso de Manoel, o arrimo familiar é ainda mais relevante, pois o policial tentou construir em sua família secundária todo apoio que lhe faltara na infância.

O núcleo familiar de Manoel é rompido, sua esposa o deixa e ainda presta queixa contra ele, acusando-o de violência doméstica. Os pilares familiares de Manoel ruíram, surgiram alguns problemas emocionais e entraves laborais. O entrevistado explica que a situação familiar reflete em sua atividade de trabalho, alguns de seus pares tomam conhecimento de seus problemas familiares e o aconselham a pedir ao comando para reduzir suas responsabilidades internas. Comumente, os entrevistados se ressentem em ocupar o posto de sargento, pois este pressupõe uma série de responsabilidades sobre a tropa, mas não há quase nenhum retorno pecuniário, somente as cobranças são intensificadas.

Em meio ao caos familiar e a depressão, Manoel recebe o apoio de seus superiores. O policial é acusado, segundo ele sem provas, de agredir a ex-exposa. Em uma das audiências, o policial militar tem seu porte de arma requerido e o juiz cogita pedir sua prisão. Neste momento, seus superiores têm um papel fundamental para a manutenção da liberdade de Manoel:

“Não, não fui preso porque eu fui condecorado muitas e eu sou muito considerado dentro do comando. O delegado chegou a pedir a minha prisão, quando fez contato com meu comandante, o meu comandante conversou particularmente com o delegado e o delegado mandou esse assunto ao juiz. Aí o juiz perguntou: "Qual a índole desse sargento?" Aí o coronel levou minha ficha ao juiz, mostrou: "Tem problema nenhum, esse homem não tem problema nenhum com a polícia, isso é um problema de família, excelência, que o senhor tem que olhar com muito carinho." Aí o que ele fez, determinou 500 metros eu longe

dela, sem contato telefônico, eu não sabia, eu continuava indo atrás” (Sargento entrevistado da PMERJ).

Manoel inicia uma espiral depressiva, é afastado do trabalho e é internado em uma clínica de psiquiátrica conveniada a instituição policial. Segundo o entrevistado, a internação foi seu momento de maior isolamento. Não manteve contato com seus filhos, parentes ou familiares. Em meio ao sofrimento extremo, somente uma alternativa lhe parecia adequada:

“Minha querida eu não aguentei, entrei em depressão, muito forte. Só suicídio eu tentei seis vezes, só aqui, foi quatro. O meu filho Lucas, esse meu filho já tirou a arma da minha mão(...) Perdi tudo. É isso que passava, perdi tudo. Porque o principal eu já tinha perdido, era minha família, que eu tinha dado valor a vida toda, é como respirar..” (Sargento entrevistado da PMERJ).

A internação de Manoel na clínica psiquiátrica foi realizada por seus próprios colegas de trabalho. Em certa ocasião, o entrevistado tentou tirar sua própria vida dentro do batalhão onde trabalhava, foi impedido por um de seus pares e imediatamente encaminhado ao Hospital Central da Polícia e, posteriormente, levado para internação na clínica psiquiátrica – *“Eles me botaram numa viatura, me levaram pra HP e me encaminharam pra Bela Vista”*.

Para iniciar uma reviravolta em sua vida, Manoel contou com o apoio da religião, de seu filho mais novo, de alguns de seus pares e velhos conhecidos.

“E na minha cabeça só vem isso sabe só vinha isso. Eu tinha que me apegar a Deus. Me apeguei a Deus, com muita ajuda, ajuda dela e de muita gente. Pra pregar a paz. Como era um sargento, um bom sargento de polícia, como dentro do meu setor de patrulhamento já tinha salvado muito casamento, então eu tive muita consideração, fui muito considerado. Teve casais que manda que viram essa fita que você viu na televisão, e mandou cartas de, como se fala, convalescência, com pena, teve abaixo assinado até do local que eu trabalhava, para o meu comandante, para que ele conversasse o que tinha acontecido comigo, porque as pessoas não estavam acreditando naquilo” (Sargento entrevistado da PMERJ).

A religião é descrita por Manoel como fonte de aprendizado para lidar com o sofrimento, além disso, ela forneceu ao policial militar uma nova rede de contatos. O filho mais novo, o único menor de idade, inspira no entrevistado um compromisso inacabado, alguém cuja sobrevivência ainda depende dele. Por fim, a instituição policial militar serviu para Manoel como apoio e incentivo para melhorar seu quadro de saúde mental - impulsionado pelas lembranças de seus feitos passados e o reconhecimento de seus pares, o policial interrompeu o desenvolvimento da carreira policial desviante. Aos poucos, Manoel retoma suas atividades laborais, reconstrói seus laços familiares e sua autoimagem de bom policial, inibindo novas manifestações suicidas.

“hoje até pro meu coronel falar comigo, ele fala de um jeito especial “Manoel, falar com você, tudo bem?” “Sim senhor, comandante.” Então, conversa de homem pra homem, porque ele sabe o policial que ele tem na mão. Um policial honesto digno. Então essas é uma das circunstâncias em que eu me honro em dizer pra você, sou feliz. Acho que se eu fechasse o olho, no caso amanhã, eu tenho certeza que eu deixei a minha estada aqui na Terra não foi em vão, porque eu ajudei alguém” (Sargento entrevistado da PMERJ).

## 7.2. Mão de Ferro - A Corporação como Fator de Risco do Policial Militar Suicida

Ao contrário de Manoel, João teve uma infância tranquila, sua família era composta por ambos os pais, frequentou uma escola particular e não sofreu com limitações financeiras. Seu pai trabalhava como zelador ensinou ao entrevistado sobre armas e alguns outros aspectos da atividade. Ao concluir o ensino médio, João serviu ao exercito, trabalhou como frentista e depois como isolador térmico em uma fábrica. Na vida adulta, João teve um breve relacionamento no qual ele teve dois filhos. Em seguida, o policial se casou com outra companheira e do matrimônio nasceram mais dois filhos.

O entrevistado aponta como motivação para ingressar na corporação policial militar a estabilidade do funcionalismo público, algo que não encontrava em suas atividades laborais anteriores. Já no treinamento o policial diz ter sido submetido a situações extremamente estressantes – jogaram gás lacrimogênio na sala de instrução; foram obrigados a correr imediatamente após o almoço e; efetuaram disparos de arma de fogo com munição real em direção à turma - *“O meu curso foi um bullying, não foi exatamente um curso”*.

Iniciado o trabalho nas ruas, João explica ter incorporado com êxito os valores da corporação. Sua vida se organizou em prol do cumprimento de sua missão de combatente. Porém, segundo o entrevistado, a dedicação integral ao dever policial lhe impôs árduos custos. Os ímpetos de João em combater o mal não foram suficientes para detê-lo, com passar do tempo, o policial militar se frustrou ao perceber como suas ações não possuíam resultados duradouros, nem lhe trazia o reconhecimento esperado.

*“uma linha tênue entre as melhores coisas que existiam na minha vida e as piores coisas que existiam na minha vida: foi entrar na Polícia Militar. Primeiro, eu ingressei; nos primeiros anos, eu vi que era combate frenético contra o mal, que o mal só vence o bem por incompetência do bem. Com o passar dos anos, foi desgastando, foi desgastando (...) Aí já peguei muitas coisas ruins; eu já prendi muita*



gente, aí... Nesses 15 anos, eu fiz muitas coisas que policiais não fizeram em 30; mas teve uma parcela de culpa, o meu cérebro acabou” (Cabo entrevistado da PMERJ).

Dada a primazia da atividade laboral, sua vida conjugal e familiar, colocada em segundo plano, também começa a apresentar os sinais de desgaste e fracasso. Becker (2008) argumenta que as relações familiares são fontes constantes de conflito para aqueles indivíduos pertencentes a uma ocupação desviante. Este constante embate entre o trabalho e a família ocorre, principalmente, pela incompreensão dos parentes (quadrados ou civis) sobre a relação que estes *outsiders* estabelecem com sua atividade laboral. Sob a perspectiva dos familiares, estes indivíduos costumam dedicar excessivamente à atividade, colocando a vida familiar como coadjuvante – “*Em ocupações desviantes (...) as expectativas profissionais não se coadunam em absoluto com as expectativas leigas*” (Idem. P.125)

Em certo momento, a atividade policial e a vida familiar deixam de ser fonte de prazer, reconhecimento e amparo para João. Ambas se convertem em fontes proeminentes de estresse e cobranças, apontando para ineficiência do entrevistado em ser bom: policial, marido e/ou pai. O policial explica que as situações de risco de morte por ele vivenciadas comprometeram sua saúde mental.

“eu tive medo ao passar em frente ao batalhão, não dormia lá, comecei a ter insônia, comecei a degradar, degradar, e não sabia o que é que era (...) a psiquiatra me falou: “Você está com depressão e TOC”. Eu levantava 20 vezes à noite pra fechar a torneira, e não sabia o que é que era; era o Transtorno Obsessivo Compulsivo; ninguém tinha me falado, a polícia não me dava assistência” (Cabo entrevistado da PMERJ).

Segundo João, os problemas familiares e as frustrações trazidas pela atividade policial desencadearam um processo de crescimento de sua irritabilidade e agressividade. Em um momento descrito como extremo e não planejado - João estava trabalhando quando foi procurado por sua esposa,

enquanto discutiam dentro do carro dela - o policial tenta por fim a sua própria vida:

“Eu estava de serviço, aí a minha esposa foi lá cobrar uma situação pra mim, aí eu peguei e disparei; peguei a pistola e disparei contra o peito; eu estava de serviço... foi dentro do carro com a minha esposa, um Ford Ka; aí eu senti uma falta de ar na hora, e pensei assim: “Perdi um pulmão”. Estava de serviço, minha esposa foi cobrar uma situação pra mim, aí eu peguei... peguei a minha pistola de serviço, botei no peito e disparei. Só que eu falo pra polícia que eu não me lembro de nada; eu estou falando hoje pra vocês aqui que eu estava consciente do que eu fiz; fiz consciente; eu sabia a minha intenção qual era, mas pra evitar dano maior na minha carreira, eu falei que não me lembrava. ” (Cabo entrevistado da PMERJ).

Após a tentativa de suicídio, João é internado para tratar os ferimentos advindos do disparo de arma de fogo que ele próprio realizou contra o peito, o policial aponta não ter recebido qualquer suporte da instituição mesmo sendo público que ele acabara de tentar suicídio. Ao contrário, após retornar ao batalhão onde trabalhava, o entrevistado menciona ter sido punido por seus superiores com uma prisão administrativa – João foi acusado por “*disparo de arma de fogo em via pública*” e punido com seis dias de detenção no interior do batalhão no qual era lotado. É importante ressaltar, mais uma vez, o peso do estigma de uma manifestação suicida ocorrida no interior da corporação. Uma vez identificada a tentativa de suicídio, o policial militar passa a ser estigmatizado e punido por seu ato.

“Fiquei 15 dias em casa; quando eu voltei pra trabalhar, eu estava trabalhando já com arma de fogo, normalmente. Não entrei nem em SINA, Serviço Interno Não Armado. Quando eu voltei, eu fiquei seis dias detido no batalhão, preso. É. Meu tratamento foi esse. Eu fiquei dois dias hospitalizado, e 15 dias em casa. No 16º dia, eu voltei à companhia. Me entregaram à tropa, e fui punido. Por disparo de arma de fogo, em via pública. Entendeu? Só que tem um erro aí; eu li “Disparo de arma de fogo, em via pública”, quando não há um fixo; o fixo era eu; eu não dei disparo a esmo; eu era o alvo. Então não foi disparo a esmo, foi um tiro consciente, em mim mesmo, não foi inconsciente. E fiquei seis dias no batalhão. Agravou? Muito. Ao invés da polícia me dá apoio psicológico, me tratar, não; primeiro, ela me puniu. Por isso que eu não procurei... todas foram... todas as

minhas perguntas que foram feitas, por intermédio da polícia, eu falo que não, e não vou procurar; o motivo é que eu estava realmente doente; agora vou caminhar com as minhas próprias pernas, e vou ter que me cuidar, por quê? Está me entendendo? Não tive apoio nenhum. Nenhum, nenhum, nenhum” (Cabo entrevistado da PMERJ).

É importante ressaltar que os dias de detenção imputados a João foram cumpridos em paralelo ao horário de serviço. Ou seja, após a tentativa de suicídio, este policial militar foi reincorporado ao serviço do batalhão, porém, quando chegava ao final de sua escala de trabalho, ao invés de retornar para sua casa, o entrevistado seguia para ala de detenção do batalhão. Este regime de trabalho e detenção foi mantido até que os dias de punição determinados pelo comando fossem cumpridos. Mesmo após ocorrência da manifestação suicida, João não recebeu qualquer tipo de tratamento pela corporação e ainda foi privado da convivência familiar, fator relevante para recuperação neste tipo de caso.

“Então, eu fui detido no batalhão hoje, mas amanhã eu estava de serviço; então, eu dormia no batalhão até amanhã, pegava a minha farda, e ia pra companhia trabalhar... Acabando as 24 horas, eu ia pro batalhão, cumpria 48, no batalhão – sem ir em casa, que se dane eu, que se dane meus remédios, que se dane a minha farda! –, voltava pra trabalhar de novo, até acabar os seis dias. Na realidade, não foram seis, foram sete, porque eu estava de serviço. É. Eu falo isso: “Foi o tratamento de choque que a polícia me deu”. Eu não sei, eu estava cheio de Diazepan. Eu peguei Diazepan com uns amigos, que são médicos, de 10. Pra evitar, eu chegava do serviço, tomava Diazepan e dormia até o outro dia; ficava lá debiloide, lá. Aí acaba o efeito, eu tomava mais dois de 10, e dormia até no outro dia; aí eu chegava pancado pra trabalhar, que é acumulativo, o Diazepan é acumulativo no seu organismo. Aí eu enrolava lá, enrolava. Amigos meus – amigos meus, são poucos – deixavam eu dormir, não trabalhar: “Não, você está cheio de remédio, você vai ficar quietinho”; eu ficava na companhia quieto. O único tratamento que eu tive foi esse; acabou. Tratamento de choque que eu tive da corporação” (Cabo entrevistado da PMERJ).

Passado o “tratamento de choque”, João retornou para sua residência, seu matrimônio foi desfeito e o convívio com seus filhos se tornou esparso. Segundo o entrevistado, depois da tentativa de suicídio, ele se tornou retraído ao convívio social - evita sair às ruas (de folga ou trabalhando), executando apenas trabalhos

internos ao batalhão. A época da entrevista, João dizia enfrentar a falta de reconhecimento interno, sofrendo com o estigma e a rotulação de um policial militar suicida. Além disso, os pensamentos suicidas ainda eram constantes. Por outro lado, em nenhum momento, João aponta a corporação policial militar como a responsável por seu rompimento familiar e adoecimento mental. Entretanto, seu relato torna evidente como a mão de ferro da corporação policial militar foi um elemento importante no desenvolvimento de sua carreira policial desviante.

Estes dois relatos foram escolhidos por serem bastante eloquentes no que se refere ao papel central que a corporação policial militar possui na vida de seus membros. A Polícia Militar foi frequentemente descrita pelos policiais como uma parte importante de sua vida e, ao se manterem segregados do restante da sociedade devido às peculiaridades de sua atividade laboral, estes agentes da lei criam expectativas sobre como a corporação deve ampará-los na mesma medida de suas abnegações.

As frustrações advindas da incapacidade de corresponder aos altos ideais (com)partilhados no interior da corporação, quando somados a vivência de uma situação limite e principalmente, uma tentativa de suicídio que vem a público na corporação, a reação a esta, a punição etc. desencadearam a construção de uma carreira policial desviante e, neste processo, a instituição policial militar se torna uma peça chave. Dessa forma, ao oferecer amparo ou punir os *policiais outsiders*, a corporação, ou melhor, seus membros são as ferramentas mais eficazes para refrear ou catalisar as manifestações suicidas no interior da instituição.

## Considerações Finais

O suicídio policial é um tema que carece de estudos específicos, sobretudo, no que se refere a investigações de natureza sociológica. Grande parte das análises sobre o suicídio entre os policiais são realizadas por epidemiologistas, abordando principalmente as características sociodemográficas dos policiais suicidas, dessa forma, os fatores organizacionais que permeiam este tipo de morte é relegado a segundo plano.

No Brasil, há poucos estudos sobre esta temática. Um complicador para a ampliação deste campo de análise é a inexistência de dados oficiais sobre a incidência de suicídios entre os policiais brasileiros. Como observamos no levantamento de notícias pela internet, a maior parte das mortes por suicídio de policiais recebem destaque por terem ocorrido em ambientes públicos e/ou envolver um drama familiar – policiais que acabam não somente por tirar a própria vida, mas também matam suas companheiras(os) e filhos(as). Para realização deste estudo foi de fundamental importância a realização e, ainda mais importante, a disponibilização dos dados da pesquisa “Suicídio e risco ocupacional: o caso da polícia militar carioca” realizada sob a coordenação da professora Dr<sup>a</sup> Dayse Miranda no ano de 2012. Sem estes dados, não seria possível a realização desta dissertação.

A partir do tratamento destes dados, foi possível apontar que os perfis dos policiais militares não divergiram em suas características socioeconômicas, quando comparados grupo de risco e grupo controle. Ao analisar o perfil grupo de risco dos policiais militares cariocas a luz da teoria durkheimiana, podemos observar algumas divergências: 1. o risco de suicídio não parece aumentar com a idade, pois a distribuição etária de ambos os grupos (controle e de risco) apresentam a mesma distribuição; 2. o casamento e/ou a existência de filhos também não aparecem como fator de proteção ao suicídio do policial carioca e 3. no grupo de risco há um maior percentual de policiais que declararam ter religião.

Embora somente um estudo mais aprofundado possa esclarecer melhor estas divergências, é possível levantar algumas hipóteses que explicam porque os perfis dos policiais não se encaixaram na tese proposta por Durkheim: 1. o risco de suicídio entre policiais sofre mais influência do tempo de trabalho, ou melhor, do tempo de exposição ao risco e a situações estressoras, do que propriamente a influência da idade cronológica; 2. por ser uma atividade peculiar, cujo *ethos* modifica de forma significativa a vida do indivíduo, por vezes, a existência de esposa(o) e filhos(as) se torna mais uma fonte de cobrança e estresse para o policial militar e 3. o policial militar lida de forma peculiar também com a religião, pois apesar de afirmarem “ter religião”, é possível afirmar a partir da análise das entrevistas que sua participação em cultos, encontros e/ou grupos é bastante limitada. Por outro lado, os perfis dos policiais suicidas e policiais controle divergem, principalmente, nas situações de estresse, exposição à violência, abusos sofridos no interior da corporação e desenvolvimento de doenças físicas e psíquicas.

Entre os estudos sociológicos, o suicídio possui diferentes perspectivas e fatores influenciadores. Para os sociólogos aqui estudados, dar fim a própria vida pode ser entendido como: rompimento de uma ordem natural; consequência de uma ordem social desigual; resultado do afrouxamento do tecido social e/ou afrouxamento de suas regras; uma forma de adaptação (retraimento) à disjunção entre metas sociais e condições efetivas de realizá-las; resposta à reação social a comportamento considerado inadequado, adotando o estereótipo que lhe foi reprovado.

Estas diferentes abordagens nos fornecem um terreno fértil para compreensão do suicídio como um fenômeno social. Foram também as fontes inspiradores deste estudo sobre o suicídio na polícia militar carioca. O autoextermínio de policiais pode ser entendido como um desvio da rota institucional proposta. O policial suicida é encarado como um *outsider* de uma cultura de valores sobre-humanos - um sujeito que está acima do tempo e de todas as intempéries para cumprir sua missão. Para compreender o suicídio como desvio na polícia é necessário compreender sua estrutura.

A polícia é comumente vista, como o braço armado do Estado, sua presença mais violenta e indesejada. Os agentes da lei são os responsáveis pela imposição da ordem e combate ao crime e, ao realizar estas atividades, são constantemente submetidos a múltiplas pressões – responder as ordens superiores; lidar com os cidadãos nas ruas; atuar em situação com risco de morte para si e para outrem; (cor)responder aos valores culturais de sua corporação e lidar com as pressões e frustrações advindas da atividade policial.

Patrulhar, resguardar o interesse público, lidar com problemas sociais e amenizar dramas humanos são algumas das responsabilidades atribuídas aos policiais em campo. Apesar desta multiplicidade de atividades, da perspectiva dos próprios policiais, somente uma costuma receber maior destaque – o combate ao crime/criminalidade. A identidade do policial está constantemente associada a uma figura destemida, intrépida, um guerreiro, um super-herói. Estes valores fomentam a necessidade de ser dotado de uma vocação, apontando a singularidade da atividade policial e de seus membros. A estrutura militar mantida pela hierarquia e disciplina exalta a rigidez e cobra de seus membros um serviço prestado com excelência.

Entretanto, a imagem da polícia externa à corporação é bastante deteriorada. Como uma espécie de contágio, a atividade policial parece corrompida pelo meio degradado de sua atuação, o contato constante com o crime e a iminência do recurso a violência torna os agentes menos estimados do que demais cidadãos. Como esperado, os agentes da lei não permanecem incólumes ao lidar com este estigma, ao ingressar na corporação, os policiais tendem a restringir suas relações externas à organização policial e uma relação de hostilidade mútua se estabelece com a sociedade em geral.

O proeminente no risco de suicídio dos agentes da lei, estresse presente na atividade policial surge como um dos fatores mais. Embora não haja consenso na literatura sobre este tema, compreender como os policiais lidam com o risco de morte e as pressões sociais sobre seu trabalho são fatores relevantes para o estudo do suicídio policial. Na PMERJ, o estresse é (re)tratado como algo inerente a atuação policial, em contrapartida, poucas são as ações institucionais

destinadas a redução do alto estresse a que estão submetidos os policiais militares cariocas.

No quinto capítulo deste estudo, foram apontadas as situações de estresse que afligem os agentes da lei da PMERJ. Da perspectiva dos policiais militares cariocas: pressão interna e externa; medo de falhar; desamparo institucional; as relações internas a corporação; a corrupção; as más condições de trabalho e a falta de reconhecimento de seu trabalho como seus principais estressores.

É importante ressaltar que estes fatores coadunam em um emaranhado de pressões e frustrações - a alta pressão sofrida pelos policiais reforça o medo de falhar. Um dos pilares deste medo constante é o desamparo institucional - a sensação (em alguns casos, certeza) de estar sozinho quando algo sai errado nas ruas - as relações internas reforçam a ideia de que só se faz parte de um corpo diante do êxito. Por fim, as más condições de trabalho são um eterno convite à corrupção e, ao mesmo tempo, um importante fomentador da falta de reconhecimento da profissão. Em meio a este ciclo cabal estão os agentes da lei, seus principais (re)construtores e suas mais frequentes vítimas.

A *strain theory* proposta por Merton nos forneceu um pano de fundo para análise das reações dos policiais a este conjunto cíclico de pressões e frustrações. Uma vez posta à realidade da corporação, é necessário adaptar-se. A luz da *tipologia de modos de adaptação individual* de Merton (1970) foram propostas cinco formas de adaptações dos policiais militares cariocas: 1. ***os combatentes do mal*** – seguidores do padrão exaltado pela cultura institucional da PMERJ; 2. ***os corruptos e espertos*** – policiais que adaptam o pouco acesso aos meios com alternativas extralegais para alcançar as metas institucionais; 3. ***os omissos*** – policiais cuja atuação está no limite das normas institucionais, não há qualquer empenho de esforços para atuar além deste limite; 4. ***os malucos/problemáticos*** – policiais inapto para compartilhar metas e normas – nosso objeto de estudo principal e 5. ***os ex-policiais*** – agentes que optaram pelo rompimento total com a corporação.

Para compreender como os policiais militares se tornam “*malucos/problemáticos*” lançamos mão da teoria de Becker (2008) sobre o



desenvolvimento do rótulo e de uma carreira desviante. O desvio é descrito como um ato que fere as regras sociais construídas, aceitas e reforçadas pela obediência dos diferentes atores sociais. Em processo de formação similar, uma cultura desviante é aquela cujos valores destoam da sociedade mais ampla, cujas características são aprendidas e reforçadas por seus membros, o aprendizado desta cultura os torna singulares em diferentes aspectos do restante da sociedade.

Sob esta perspectiva, a polícia militar carioca pode ser entendida como uma cultura desviante. Seus membros são dotados de valores e condutas ímpares, possuem uma organização laboral própria características culturais distintas do restante da população. Dotados de um modo de vista característico, assim como os músicos profissionais – grupo analisado por Becker (2008), os policiais militares levam uma vida, em muitos aspectos, à parte da sociedade. Sua relação com o mundo civil é limitada e, por vezes, hostil. Além disso, a atuação profissional como policial militar modifica de forma significativa os laços do indivíduo, rompendo seus laços anteriores. Dessa forma, quando o policial militar adocece, ele se torna duplamente marginalizado, pois muitos de seus laços anteriores (civis) foram rompidos e, ao adoecer psicologicamente, este policial também passa a não corresponder mais aos valores da corporação - tornando-se um *duplo outsider*.

O duplo outsider é rotulado como alguém incapaz de corresponder aos valores de bravura da corporação. Este sujeito inadaptado, cujas ações são incapazes de atender as altas expectativas da atividade policial, o estigma é comumente imposto por seus pares, mas as consequências dele se estendem para além dos muros da corporação. Diante do adoecimento, o policial militar se torna desacreditado, estigmatizado e retraído. Uma vez incorporado este estigma, alguns agentes ingressam em uma espiral decrescente rumo ao suicídio - a única alternativa que lhes parece viável para findar o sofrimento e decadência em curso. Entretanto, é importante ressaltar que este processo pode ser rompido a qualquer momento pelo próprio sujeito, por seus pares e/ou familiares. Atitudes inclusivas podem funcionar como freios no processo de construção da carreira policial suicida.

As ocorrências de suicídio na corporação policial são dotadas de forte estigma e costumam ser mascaradas pelo próprio policial e/ou por seus pares. Alguns policiais militares manifestaram o desejo de morrer como guerreiro – em um confronto armado, sem que parentes e colegas descubram sua intenção de autoextermínio. Embora não tenha sido encontrado nenhum documento oficial sobre o assunto, além disto, os policiais alegam desejar mascarar suas mortes também para que seus familiares não percam os benefícios recebidos pela morte em ato de serviço (seguro de morte e pensão alimentícia), nem tenham que lidar com a vergonha de seu “ato covarde”.

As principais motivações para o suicídio policial são frequentemente desconhecidas. É importante ressaltar que a abordagem sociológica responde parcialmente ao problema, mas esta perspectiva é uma relevante contribuição para ampliar a compreensão do suicídio como problema sociológico. Por esta razão, ao analisar os discursos dos próprios policiais militares e (re)tratar as principais questões que lhes afligem, este estudo buscou contribuir para melhor compreensão das manifestações suicidas existentes entre os policiais militares cariocas. Este esforço, entretanto, não foi capaz de cobrir as lacunas existentes a respeito deste tema de estudo, precisando ser ainda grandemente ampliado em diversos outros aspectos.

## Referências

BECKER, HOWARD S. **Outsiders. Estudos de sociologia do desvio.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BEDEIAN, A. G. **Suicide and occupation: a review.** *Journal of Vocational Behavior*, 21(2), 1982. 206-223.

BERTOLETE, J. M., & FLEISCHMANN, A. **A global perspective in the epidemiology of suicide.** *Suicidology*, 7(2), 2002. 6-8.

BITTNER, E. **Aspectos do Trabalho Policial** Vol. 8 Edusp, 2003.

BOTEGA, NEURY JOSÉ, et al. **"Prevenção do comportamento suicida."** *Psico* 37.3, 2006. 213-220.

BOXER, P.A.; CAROL, B.; NAOMI, S., (1995) **"Suicide and Occupation: A Review of the Literature."** *Journal of Occupational and Environmental Medicine*. 37:442-52.

BRETAS, MARCOS LUIZ. **Ordem na cidade. O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CUMMINGS, J. P. **Police stress and the suicide link.** *Police Chief*, 63, 1996. 85-98.

Deschamps, F., Paganon-Badinier, I., Marchand, A. C., & Merle, C. **Sources and assessment of occupational stress in the police.** *Journal of occupational health*, 45(6), 2003. 358-364.

DURKHEIM, É. **O suicídio.** São Paulo: Martins Fontes, 2004.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador: formação do Estado e civilização.** Zahar, 1990.

FREDERICK, C. J. **Current trends in suicidal behavior in the United States.** *American Journal of Psychotherapy*, 1978.

GIDDENS, A. et al. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Edunesp, 1997.

GIDDENS, A. **As Conseqüências da Modernidade.** São Paulo: Edunesp, 1991.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1991. *Comportamento em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos.* Petrópolis: Vozes.

HUME, D. **Da imortalidade da alma e outros textos póstumos.** Edições Nephelibata. Florianópolis, 2003.

KANT DE LIMA, R. **Polícia e exclusão na cultura judiciária**. Tempo Social, Rev. Sociol. USP. São Paulo, 9(1), 1997. 169-183.

\_\_\_\_\_. **Direitos civis, estado de direito e cultura policial: a formação policial em questão**. Revista Brasileira de Ciências Criminais, 11(41), 2006. 241-256.

KAPPELER, V.E., BLUMBERG, M., & POTTER, G.W. **The mythology of crime and criminal justice**. Prospect Heights, IL: Waveland, 1993.

LARAIA, BARROS R. **Cultura: um conceito antropológico**. Zahar, 2001.

LOMBROSO, C. **O homem criminoso**. Rio de Janeiro: Editora Rio, 1983.

MARX, KARL. **Sobre o Suicídio**. São Paulo. Boitempo, 2006.

MELO, Z. M., & DEUSTO, B. E. **Os estigmas: a deterioração da identidade social**. 2005.

MELLO-SANTOS, C. D., BERTOLETE, J. M., & WANG, Y. P. **Epidemiology of suicide in Brazil (1980-2000): characterization of age and gender rates of suicide**. Revista Brasileira de Psiquiatria, 27(2), 2005. 131-134.

MENEGHEL, STELA NAZARETH et al. **Características epidemiológicas do suicídio no Rio Grande do Sul**. Rev. Saúde Pública. vol.38, n.6, pp. 804-810. 2004.

MERTON, ROBERT K. **Estrutura social e anomia** In: Sociologia; teoria e estrutura. São Paulo, 1970.

MINAYO MCS. **Suicídio: violência auto-infligida**. In: Secretaria de Vigilância em Saúde. Impacto da violência na saúde dos brasileiros. Brasília: Ministério da Saúde; 2005. p. 205-23.

MINAYO MCS, CAVALCANTE FG, SOUZA ER. **Proposta Metodológica para a Abordagem do suicídio como Fenômeno Complexo**. Cad Saúde Pública, 2006.

MIRANDA, D. **Suicídio e risco ocupacional: o caso da polícia militar carioca**. Rio de Janeiro: LAV-UERJ. Relatório da Pesquisa/CNPQ. 2012

Misse, M. **Trocas ilícitas e mercadorias políticas: para uma interpretação de trocas ilícitas e moralmente reprováveis cuja persistência e abrangência no Brasil nos causam incômodos também teóricos**. Anuário Antropológico, 2009-2, p.89-107.

MONJARDET, D. **O que faz a polícia: sociologia da força pública**. In Polícia e Sociedade (Vol. 10). Edusp, 2002.

MUNIZ, J. (1999). **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro** (Doctoral dissertation, Tese (Doutorado)-Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), Rio de Janeiro). 286f.

OLIVEIRA JÚNIOR, A. (2007). **Cultura de polícia: cultura e atitudes ocupacionais entre policiais militares em Belo Horizonte** (Doctoral dissertation, Tese de Doutorado. Belo Horizonte, UFMG). 212f.

PAIXÃO, A. L. **A organização policial numa área metropolitana**. Dados, 25(1), 1982. 63-85.

**Pesquisa perfil das instituições de segurança pública 2013 (ano-base 2012)** coordenação geral: Isabel Seixas de Figueiredo, Gustavo Camilo Baptista.– Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter**. Editora Record, 1999.

SHINN, T. **Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento**. Scientiae Studia,6(1), 43-81, 2008.

SIQUEIRA, E. S., & SPERS, V. R. E. **Os desafios das organizações no contexto pós-moderno**. Revista de ciências sociais e humanas n 29. Piracicaba: Unimep, 2001.

SORJ, B. **Sociologia e trabalho: mutações, encontros e desencontros**. Revista brasileira de ciências sociais, 15(43), 25-34, 2000.

SOUZA, E. R., DE SOUZA MINAYO, M. C., & MALAQUIAS, J. V. **Suicídio de jovens nas principais capitais do Brasil**. Cad. Saúde Pública, 18(3), 2002. 673-683.

SOUZA MINAYO, M. C., & CAVALCANTE, F. G. **Suicídio entre pessoas idosas: revisão da literatura**. Rev Saude Publica, 44(4), 2010. 750-7.

STACK, S., & WASSERMAN, I. **The effect of religion on suicide ideology: an analysis of the networks perspective**. Journal for the Scientific Study of Religion, 1992. 457-466.

VIOLANTI, J. **Police Suicide: Epidemic in Blue**. Charles C. Thomas. Publisher LTD, 2007.

VIOLANTI JM, VENA JE, MARSHALL JR. **Disease risk and mortality among police officers: new evidence and contributing factors**. J Police Sci and Administration 1986; 14:17-23

WEBER, MAX . **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia**. Editora Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2012.

WERNECK, A. **“Teoria da Rotulação (verbete)”**. In: RATTON, José Luiz; LIMA, Renato Sérgio de [e] AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (orgs), Crime, Polícia e Justiça no Brasil. São Paulo: Contexto/FBSP, 2014. p.105-115.